



## Demonstrações Financeiras 2019

A ARTE DE ALIMENTAR  
PARA O BEM DA SOCIEDADE  
E A FELICIDADE DAS PESSOAS

## Índice

Relatório da administração .....	03
Relatório dos auditores independentes .....	23
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial .....	30
Demonstração do resultado .....	32
Demonstração do resultado abrangente .....	33
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	34
Demonstração do fluxo de caixa .....	36
Demonstração do valor adicionado .....	37
Notas explicativas às demonstrações financeiras .....	38
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras.....	102
Declaração dos diretores sobre o parecer dos auditores independentes	103
Relatório do comitê de auditoria .....	104

## Relatório da Administração

### Mensagem dos Presidentes

---

Senhores e senhoras,

O ano de 2019 foi bastante desafiador, entretanto, com a convicção no potencial de crescimento da M. Dias Branco e fieis à nossa missão, visão e valores, enfrentamos os desafios com mudanças e investimentos e, com a dedicação e empenho de todos os nossos colaboradores, foi possível iniciar a criação das condições para um novo ciclo de crescimento.

Em junho, juntamente ao Conselho de Administração, foi aprovado o direcionamento estratégico da Companhia para os próximos cinco anos, baseado num plano robusto de crescimento em nossos mercados de atuação, em criação de novas categorias e no fortalecimento de nossas exportações, alicerçados no trabalho constante e estruturado de produtividade, segurança e eficiência.

Foi um ano de mudanças no tocante à Governança Corporativa, com a contratação de novos executivos de mercado para as posições de Vice-Presidência Comercial e Vice-Presidência de Investimentos e Controladoria. Foi criado um Comitê de Governança, aprimorando, ainda mais, processos, e com implantação de novas políticas, tais como partes relacionadas, anticorrupção, patrocínios e doações, presentes, entretenimento e hospitalidade.

Com o compromisso ainda maior, a Companhia adotou políticas de responsabilidade social e ambiental, da qual passou a ser signatária do Pacto Global, alinhando a sua estratégia aos dez princípios universais nas áreas de Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção.

No âmbito dos resultados, encerramos o ano de 2019 com faturamento líquido de R\$ 6,1 bilhões, EBITDA de R\$ 772,1 milhões e lucro líquido de R\$ 556,9 milhões. A conjunção de fatores desfavoráveis, principalmente no início do ano, como os elevados custos de *commodities*, matérias-primas e alguns insumos, aliados a um ambiente de consumo retraído e por elevados níveis de estoque de nossos clientes, contribuíram, de forma negativa, para o não atingimento de nossas metas.

Dentro desse contexto, reagimos rapidamente, adotando medidas com vistas à retomada do crescimento de volume e com maior lucratividade, o qual já podemos observar os primeiros resultados no último trimestre do ano, que apresentou aumento nos volumes e melhores margens. Essa mudança alcançada nos resultados nos sinaliza a coerência dos caminhos adotados pela Companhia, projetando uma recuperação bastante positiva.

Ao longo do ano de 2019, houve uma reorganização na estrutura comercial. De modo a aproveitarmos as melhores oportunidades de crescimento, aperfeiçoamos nossa modelagem de precificação, implantamos um modelo *go-to-market* mais amplo e com foco no aumento da base de clientes, investimos em nossa cadeia de suprimentos e logística, readequamos nosso quadro de colaboradores e, dentre outras medidas, progredimos na integração da Piraquê.

Como líder nacional nos segmentos de massas alimentícias e de biscoitos, continuamos acreditando no potencial do Brasil e, imbuídos dos mais elevados propósitos, padrões de gestão empresarial e governança corporativa, estamos esperançosos e confiantes com as novas oportunidades de um novo ciclo de crescimento que se inicia na M. Dias Branco.

Agradecemos todos aqueles que, de forma direta ou indireta, tais como: clientes, consumidores, fornecedores, colaboradores, conselheiros e acionistas, mantêm-se firmes conosco no propósito e na missão de oferecer alimentos de superior qualidade, inovadores, saudáveis, saborosos, com preços justos e competitivos, proporcionando, assim, o bem-estar e a felicidade das pessoas.

Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco  
Presidente do Conselho de Administração

Ivens Dias Branco Júnior  
CEO

## Desempenho econômico-financeiro

Apresentamos os principais destaques dos resultados consolidados da Companhia, referentes ao ano de 2019. Ressalta-se que os resultados da Piraquê, referentes ao período de 17 de maio a 31 de dezembro de 2018, estão contemplados nas informações consolidadas apresentadas nesse relatório.

### ● Receita líquida

No comparativo **2019** versus 2018, a receita líquida cresceu **1,3%**, em função do aumento do preço médio de 4,2%, que compensou a retração dos volumes de 2,9%.

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS POR LINHA DE PRODUTOS *									
Linhas de Produto	2019			2018			Variações		
	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.	Rec. Líquida	Peso	Preço Méd.
Biscoitos	3.287,0	514,5	6,39	3.327,7	556,9	5,98	-1,2%	-7,6%	6,9%
Massas	1.318,2	369,7	3,57	1.274,1	388,8	3,28	3,5%	-4,9%	8,8%
Farinha e Farelo	1.025,7	789,0	1,30	953,1	781,2	1,22	7,6%	1,0%	6,6%
Margarina e Gordura	334,5	84,1	3,98	318,9	80,0	3,99	4,9%	5,1%	-0,3%
Outras Linhas de Produtos**	138,2	14,5	9,53	150,5	16,5	9,12	-8,2%	-12,1%	4,5%
Diversos	-	-	-	0,8	0,6	1,33	n/a	n/a	n/a
<b>TOTAL</b>	<b>6.103,6</b>	<b>1.771,8</b>	<b>3,44</b>	<b>6.025,1</b>	<b>1.824,0</b>	<b>3,30</b>	<b>1,3%</b>	<b>-2,9%</b>	<b>4,2%</b>

\* Receita Líquida em R\$ milhões, Peso Líquido de Devoluções em Toneladas Mil e o Preço Médio Líquido em R\$/Kg.

\*\* Bolos, Snacks, Mistura para Bolos, Refrescos e Torradas

### ● Biscoitos

Na linha de biscoitos, a receita líquida decresceu **1,2%** em **2019** frente a 2018, resultado da redução de **7,6%** dos volumes e aumento do preço médio em **6,9%**.

A retração dos volumes aconteceu principalmente na região Nordeste, nas famílias de água e sal/cream cracker e recheados. Em contraponto, é importante mencionar que

cremosos os volumes das famílias de doces/amanteigados, nas regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste, e da família de wafer no exterior e nas regiões Sul e Centro-Oeste.

Na linha de biscoitos funcionais, destacamos a ampliação do portfólio da linha Adria Plus Life com biscoitos e bolinhos sem glúten, produtos mais focados em consumidores que necessitam de cuidados especiais em suas dietas.

- **Massas**

Em **2019**, a receita líquida de massas aumentou **3,5%** frente a 2018, com aumento do preço médio de **8,8%** e diminuição dos volumes em **4,9%**.

Observando as regiões, destacamos o Sudeste e Nordeste com os principais aumentos de receita, Nordeste com a categoria de massas comum para as marcas Bonsabor, Vitarella e Imperador, e no Sudeste com a categoria de massas comum para as marcas Aldente e Basilar e com ovos nas marcas Piraquê e Vitarella. Já o decréscimo dos volumes se deve principalmente às categorias de massas comum e sêmola.

- **Farinha e farelo**

Em **2019**, a receita líquida de farinha e farelo apresentou crescimento de **7,6%** frente a 2018, impulsionado pelo aumento do preço médio de **6,6%** e aumento dos volumes vendidos em **1,0%**.

Em farinhas, o aumento do preço médio é observado tanto para a categoria doméstica quanto para a industrial, com destaque para o crescimento em volume de farinha doméstica. A região que mais se destaca é o Nordeste, principalmente com as marcas Finna para farinha doméstica e Medalha de Ouro para farinha industrial.

Destacamos a ampliação do portfólio da marca Finna com o lançamento da embalagem de 5Kg, produto de maior valor agregado.

- **Margarinas e gorduras**

Em margarinas e gorduras, a receita líquida cresceu **4,9%** no ano de **2019** em comparação com o ano anterior, com aumento nos volumes de vendas em **5,1%** e leve redução de **0,3%** nos preços médios.

O aumento de volume é observado, principalmente, na região Nordeste, tanto para a categoria doméstica com a marca Vitarella, quanto para a industrial com as marcas Puro Sabor e Medalha de Ouro. Vale ressaltar que também houve crescimento das vendas para o exterior, influenciado principalmente pela categoria doméstica.

- **Custos dos produtos vendidos**

No ano de **2019**, os custos dos produtos vendidos representaram **69,6%** da receita líquida do período (66,5% em 2018).



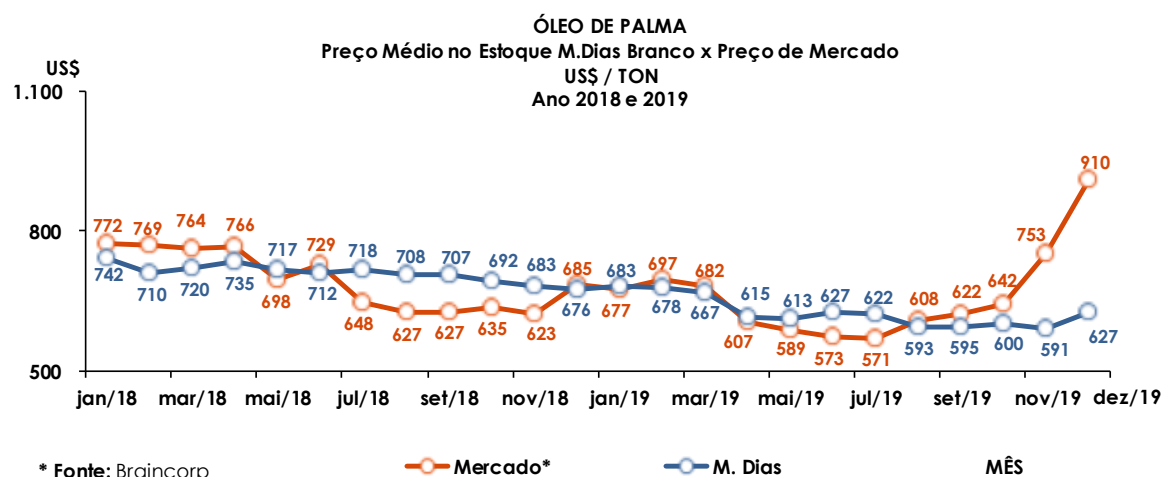
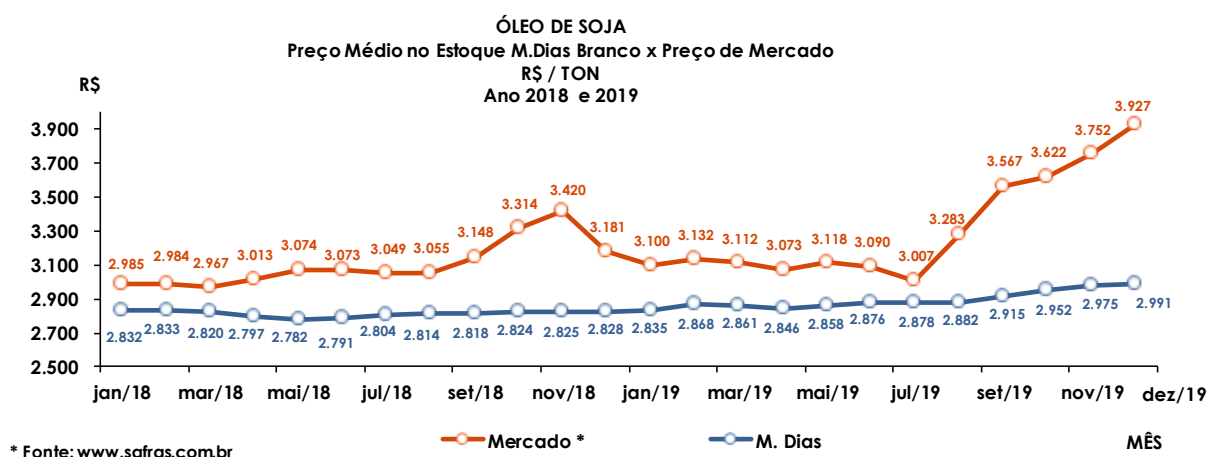
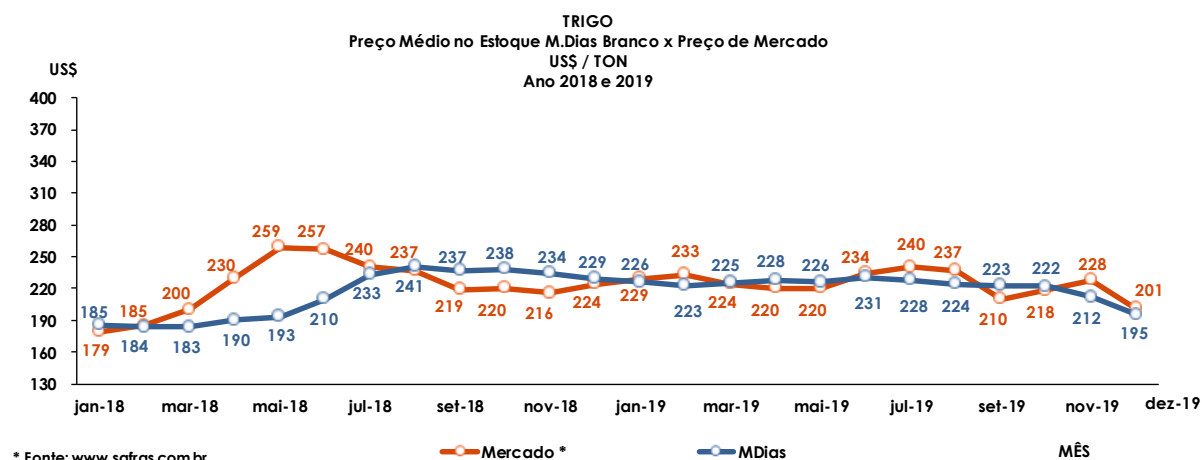
Custos dos Produtos Vendidos (R\$ milhões)	2019	% RL	2018	% RL	AH%	AH -%RL
Matéria-Prima	2.688,9	44,1%	2.530,4	42,0%	6,3%	2,1 p.p.
Trigo	1.729,2	28,3%	1.541,0	25,6%	12,2%	2,7 p.p.
Óleo	380,3	6,2%	408,8	6,8%	-7,0%	-0,6 p.p.
Açúcar	147,5	2,4%	148,1	2,5%	-0,4%	-0,1 p.p.
Farinha de Terceiros	139,9	2,3%	143,7	2,4%	-2,6%	-0,1 p.p.
Gordura de Terceiros	5,0	0,1%	3,6	0,1%	38,9%	0 p.p.
Outros insumos	287,0	4,7%	285,2	4,7%	0,6%	0 p.p.
Embalagens	414,4	6,8%	419,0	7,0%	-1,1%	-0,2 p.p.
Mão de obra	568,1	9,3%	541,3	9,0%	5,0%	0,3 p.p.
Gastos Gerais de Fabricação	412,2	6,8%	374,1	6,2%	10,2%	0,6 p.p.
Depreciação e Amortização	165,9	2,7%	141,4	2,3%	17,3%	0,4 p.p.
Diversos	1,0	0,0%	0,8	0,0%	25,0%	0 p.p.
<b>TOTAL</b>	<b>4.250,5</b>	<b>69,6%</b>	<b>4.007,0</b>	<b>66,5%</b>	<b>6,1%</b>	<b>3,1 p.p.</b>

O aumento de **3,1 p.p.** na representatividade do CPV sobre a receita líquida em **2019** vs. 2018 foi reflexo dos seguintes fatores:

- ↑ Aumento de 13,5% no custo médio do trigo consumido (BRL);
- ↑ Aumento do custo com mão de obra, em função dos reajustes salariais por acordos coletivos, em linha com a inflação;
- ↑ Aumento de gastos gerais de fabricação, em razão da alta nas tarifas de gás e energia elétrica, além de maiores custos com manutenção;
- ↑ Aumento do custo com depreciação e amortização, em função da depreciação da mais-valia de ativos da Piraquê e início da operação de novas linhas de produção, como o novo moinho de Bento Gonçalves (RS), entre outras;
- ↓ Redução de 8% no custo médio do óleo consumido (BRL);
- ↓ Redução no consumo de farinha de terceiros e aumento da verticalização nas unidades produtivas da Piraquê, Bento Gonçalves (RS), São Caetano do Sul (SP) e Lençóis Paulista (SP).

### ● Preço médio de aquisição no estoque das principais matérias-primas X preço médio de mercado

Os gráficos abaixo mostram a evolução dos preços do trigo, do óleo de soja e do óleo de palma para os períodos de 2018 a 2019:



## ● Produção e utilização da capacidade de produção

Produção Efetiva / Capacidade de Produção *	Biscoitos		Massas		Farinha e Farelo		Marg. e Gorduras		Outras Linhas de Produtos**		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Produção Total	550,8	568,8	391,0	398,4	1.503,5	1.477,5	185,2	175,4	15,2	16,5	2.645,7	2.636,6
Capacidade Total de Produção	868,6	818,5	556,6	510,7	1.962,9	1.912,0	401,3	378,3	39,5	43,4	3.828,9	3.662,9
Nível de Utilização da Capacidade	63,4%	69,5%	70,2%	78,0%	76,6%	77,3%	46,2%	46,4%	38,5%	38,0%	69,1%	72,0%

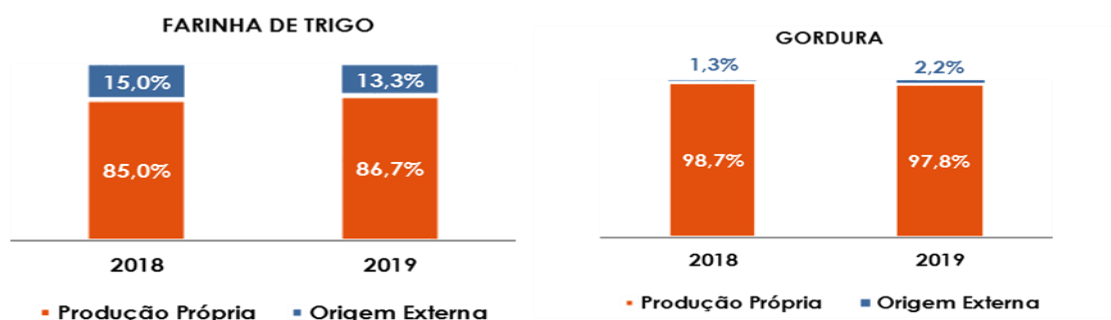
\* Em mil toneladas

\*\* Bolos, Snacks, Mistura para Bolos e Torradas

**Nota:** A Capacidade total de produção é a máxima que se consegue extrair dos equipamentos, considerando as reduções provocadas pelas paradas de manutenção, tempo de setup, limpeza das linhas, restrições quanto à quantidade máxima de turnos admitidos em cada planta, etc.

Em **2019**, a Companhia aumentou sua capacidade de produção em **4,5%**, com destaque para o início das operações do novo moinho de Bento Gonçalves (RS) no segundo semestre de 2019. Já o nível de utilização da capacidade caiu para **69,1%**, (72% em 2018), fruto da retração dos volumes vendidos no 3T19 e das férias coletivas concedidas no mesmo período com o objetivo de readequação dos estoques.

## ● Verticalização



No ano de **2019**, o nível de verticalização da farinha de trigo foi de **86,7%** versus 85,0% em 2018. O aumento é reflexo do início das operações do moinho de Bento Gonçalves (RS) que passou a abastecer as regiões Sul e Sudeste. A verticalização de gordura foi de **97,8%** em **2019** versus 98,7% em 2018, leve retração de 0,9 p.p..

## ● Subvenções estaduais para investimentos

Subvenções para investimentos (R\$ milhões)	2019	% RL	2018	% RL	AH%	AH -%RL
Subvenções para investimentos	308,2	5,0%	276,2	4,6%	11,6%	0,4 p.p.

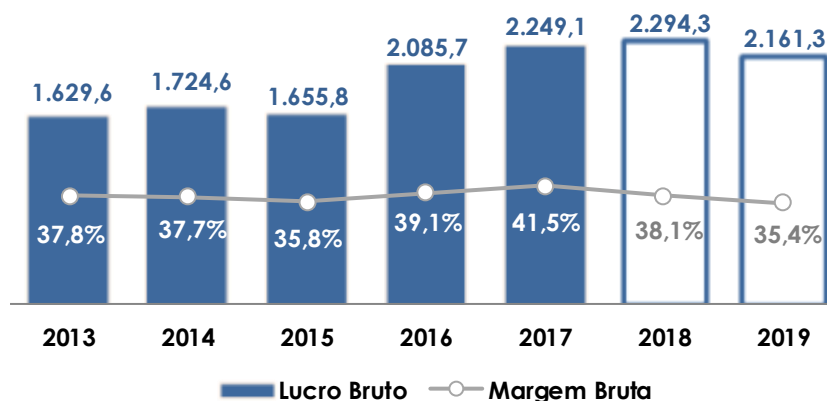
O aumento do valor a título de subvenções estaduais para investimentos decorreu, principalmente, do aumento do custo de aquisição do trigo.



## ● Lucro bruto

O lucro bruto decresceu **5,8%** em valores nominais e a margem bruta reduziu **2,7 p.p.**, em decorrência, principalmente, do menor volume de vendas e da elevação dos custos, sobretudo do custo do trigo em grão.

**Evolução histórica - Lucro Bruto e Margem Bruta**



## ● Despesas operacionais

As despesas operacionais aumentaram **5,2%** em **2019** em relação a 2018, com crescimento de **1,0 p.p.** na sua representatividade sobre a receita líquida, reflexo de: (i) menor diluição das despesas fixas face a retração dos volumes vendidos, e (ii) despesas não recorrentes com a integração da Piraquê (R\$ 10,6 milhões), a readequação do quadro de colaboradores e outras despesas com reestruturação (R\$ 60,9 milhões) e implantação do novo modelo logístico (R\$ 6,3 milhões).

Por outro lado, no ano de 2019 registramos uma receita de crédito tributário extemporâneo no valor de R\$ 191,0 milhões (R\$ 36,8 milhões em 2018), principalmente, pela exclusão de ICMS e das bonificações da base de cálculo do PIS/Cofins, do reconhecimento de crédito de PIS/Cofins sobre frete de insumos e de crédito de contribuição previdenciária sobre aviso prévio indenizado e 1/3 de férias.

Despesas Operacionais (R\$ milhões)	2019	% RL	2018	% RL	AH%	AH -%RL
Vendas	1.303,4	21,4%	1.173,0	19,5%	11,1%	1,9 p.p.
Administrativas e gerais	258,2	4,2%	239,1	4,0%	8,0%	0,2 p.p.
Honorários da administração	14,0	0,2%	13,2	0,2%	6,1%	0 p.p.
Tributárias	34,8	0,6%	35,3	0,6%	-1,4%	0 p.p.
Depreciação e amortização	67,7	1,1%	40,9	0,7%	65,5%	0,4 p.p.
Outras desp./ (rec.) operac.	(56,2)	-0,9%	40,7	0,7%	n/a	-1,6 p.p.
<b>TOTAL</b>	<b>1.621,9</b>	<b>26,6%</b>	<b>1.542,2</b>	<b>25,6%</b>	<b>5,2%</b>	<b>1 p.p.</b>

**Nota:** Na Demonstração do Resultado, as despesas com depreciação e amortização foram incluídas nas respectivas despesas com vendas e administrativas, e as despesas tributárias foram adicionadas às outras despesas (receitas) líquidas. Para maiores informações, consultar Nota Explicativa nº 26 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Vale também mencionar que em cumprimento ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, que entrou em vigor em 01/01/2019, os ativos contratados por arrendamento mercantil operacional (veículos, imóveis, área portuária e impressora) passaram a ser reconhecidos como ativos de direito de uso, em contrapartida ao passivo de arrendamento financeiro, considerando o prazo dos contratos. Anteriormente, tais operações eram reconhecidas como despesas operacionais. Assim, esta mudança refletiu na redução das despesas operacionais em R\$ 22,5 milhões, mas, em contraponto, repercutiu no aumento da amortização do direito de uso dos ativos e das despesas financeiras do arrendamento.

## ● Resultado financeiro

Resultado Financeiro (R\$ Milhões)	2019	2018	AH% 2018 - 2019
Receitas Financeiras	151,6	120,1	26,2%
Despesas Financeiras	(105,1)	(63,6)	65,3%
Variações Cambiais	(28,6)	(46,6)	-38,6%
Perdas / Ganhos com swap	12,6	36,4	-65,4%
<b>TOTAL</b>	<b>30,5</b>	<b>46,3</b>	<b>-34,1%</b>

O resultado financeiro passou de uma receita de R\$ 46,3 milhões em 2018 para uma receita de **R\$ 30,5 milhões** em **2019**, redução de **34,1%**. A variação foi influenciada principalmente pelos seguintes fatores: (i) complemento da atualização monetária das provisões trabalhistas pelo IPCA-E, (ii) redução dos rendimentos sobre as aplicações financeiras da Companhia, decorrente do resgate de aplicações para pagamento da aquisição da Piraquê e da redução na taxa do CDI, (iii) aumento de juros sobre financiamentos, decorrente da parcela retida da aquisição da Piraquê e da captação de recursos no 2T18, e (iv) reconhecimento dos juros de arrendamento no montante de R\$ 8,3 milhões em 2019, em cumprimento ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil.

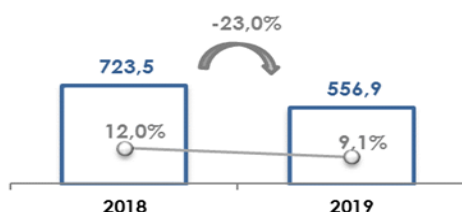
Além disso, em 2019, foram reconhecidas atualizações de créditos tributários, no montante de R\$ 95,7 milhões, fruto principalmente de processos de crédito de PIS/Cofins em função da exclusão do ICMS e das bonificações da base de cálculo, e a atualização do crédito de contribuição previdenciária sobre aviso prévio indenizado e 1/3 de férias.

Destacamos também que a M. Dias Branco continua reafirmando seu compromisso com a política conservadora manifestada pela utilização de contratos de swap, que consiste na troca do risco cambial mais taxa prefixada por percentual do CDI, para proteção dos financiamentos de importação de insumos e capital de giro, os quais são registrados pelo valor justo e contabilizados no resultado financeiro.

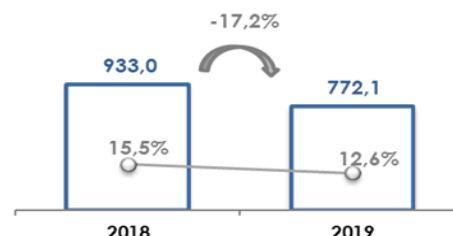
## ● Lucro líquido e Ebitda

O lucro líquido passou de R\$ 723,5 milhões no exercício de 2018 para **R\$ 556,9 milhões** em **2019** (**9,1%** da receita líquida), registrando uma retração de **23,0%**. O Ebitda alcançou **R\$ 772,1 milhões** em **2019** (**12,6%** da receita líquida), apresentando redução de **17,2%** em relação a 2018.

Lucro Líquido (R\$ MM) e Margem Líquida (%)



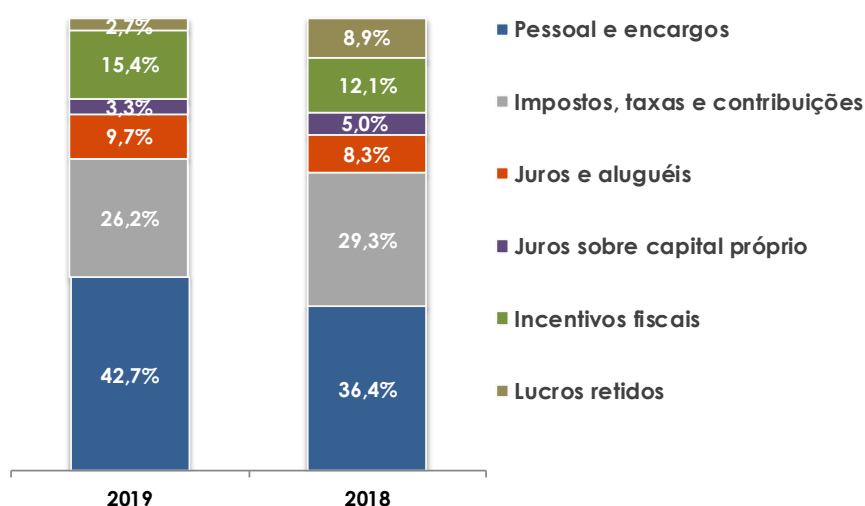
EBITDA (R\$ MM) e Margem EBITDA (%)



## ● Valor adicionado

Destaca-se no gráfico a seguir a distribuição da riqueza gerada pela Companhia em 2019:

Distribuição do Valor Adicionado



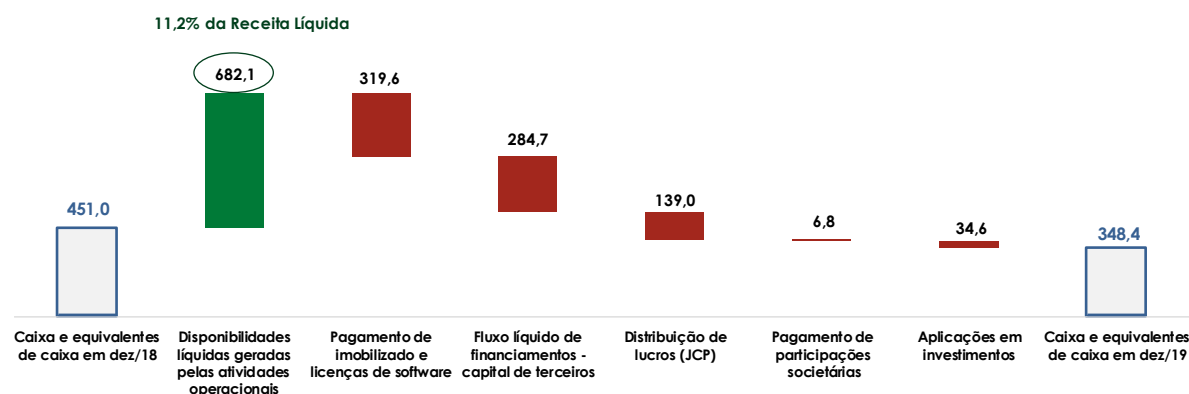
## ● Capitalização, dívida e fluxo de caixa

Capitalização (em R\$ milhões)	2019	2018	Variação
Caixa	348,4	451,0	-22,7%
Aplicações Financeiras de Curto Prazo	16,4	-	n/a
Aplicações Financeiras de Longo Prazo	3,8	13,1	-71,0%
<b>Endividamento Total</b>	<b>(979,7)</b>	<b>(1.252,8)</b>	<b>-21,8%</b>
(-) Curto Prazo	(608,2)	(697,0)	-12,7%
(-) Longo Prazo	(371,5)	(555,8)	-33,2%
<b>Instrumentos Financeiros a Receber (Pagar)</b>	<b>6,1</b>	<b>21,2</b>	<b>-71,2%</b>
<b>(=) Caixa Líquido (Dívida Líquida)</b>	<b>(605,0)</b>	<b>(767,5)</b>	<b>-21,2%</b>
Patrimônio Líquido	6.034,9	5.561,8	8,5%
<b>Capitalização</b>	<b>7.014,6</b>	<b>6.814,6</b>	<b>2,9%</b>

No tocante ao caixa, em 2019, a Companhia registrou redução nas disponibilidades, encerrando o período com R\$ 348,4 milhões (R\$ 451,0 em 2018). Essa redução foi ocasionada, principalmente pelo maior volume de pagamento de financiamentos.

Em 2019, a geração de disponibilidades líquidas pelas atividades operacionais alcançou o montante de R\$ 682,1 milhões.

### Em R\$ Milhões

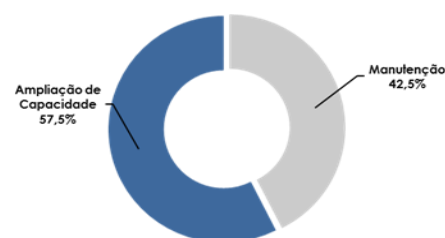


## ● Investimentos

Investimentos (R\$ milhões)	2019	2018	Variação
Instalações	51,5	46,9	9,8%
Máquinas e Equipamentos	156,6	154,3	1,5%
Obras Cíveis	69,3	68,1	1,8%
Veículos	0,6	0,1	n/a
Computadores e Periféricos	9,8	2,7	n/a
Móveis e Utensílios	12,9	6,4	n/a
Terrenos	2,9	2,0	45,0%
Licença de Uso de Software	15,8	19,4	-18,6%
Outros	1,9	1,2	58,3%
<b>Total</b>	<b>321,3</b>	<b>301,1</b>	<b>6,7%</b>

**Nota:** No total de investimentos, passamos a incluir licença de uso de softwares, marcas e patentes, sem considerar o valor de investimento com aquisição de empresas.

Investimentos 2019 - R\$ 321,3 milhões



Os investimentos totalizaram R\$ 321,3 milhões em 2019 (R\$ 301,1 milhões em 2018), um aumento de 6,7%, distribuídos entre ampliações e manutenções. Dentre os itens que compuseram os gastos com investimentos em 2019, destacam-se: (i) finalização da construção da nova unidade moageira, construção do centro de distribuição e compra de equipamentos em Bento Gonçalves (RS); (ii) redesenho logístico, compreendendo novos centros de distribuição; (iii) ampliação de capacidade dos silos metálicos (PR); e (iv) atualização tecnológica do nosso datacenter (CE).

A Companhia mantém investimentos em sociedades controladas, cujas movimentações e detalhes estão relacionados na Nota Explicativa nº 9 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

## Informações de mercado

### ● Canal de vendas

Encerramos o ano de 2019 com 29,8% da nossa receita bruta deduzida de descontos no canal varejo, com aumento de 2,6 p.p na comparação com 2018, principalmente, pela incorporação dos clientes da Piraquê e pela execução de nossa estratégia comercial focada também no aumento da nossa base de clientes e da conversão dos mesmos.

Mix de Clientes	2019	2018	Variação
Varejo	29,8%	27,2%	2,6 p.p
Atacado	24,2%	25,3%	-1,1 p.p
Key Account / Rede Regional	20,6%	21,0%	-0,4 p.p
Cash & Carry	18,9%	19,4%	-0,5 p.p
Distribuidores	4,5%	5,5%	-1 p.p
Indústria	0,9%	0,9%	0 p.p
Outros	1,1%	0,7%	0,4 p.p
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	

Nota: Mix de clientes, considerando a receita bruta deduzida de descontos.

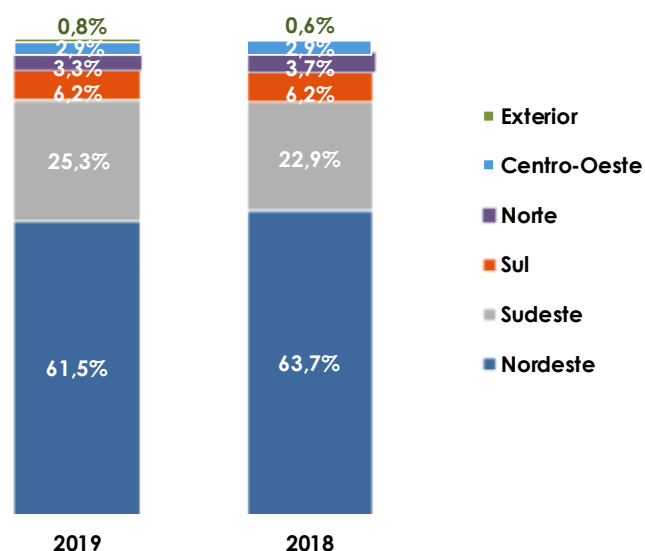
Maiores Clientes		Vendas 2019 (R\$ Milhões) *	Participação na Receita Líquida de Descontos	
Sequência	Acumulado		Na Faixa	Acumulada
Maior Cliente	1	805,1	10,8%	10,8%
49 Subsequentes	50	1.999,8	26,9%	37,7%
50 Subsequentes	100	540,5	7,3%	45,0%
900 Subsequentes	1.000	1.975,3	26,5%	71,5%
Demais Clientes	Todos	2.120,2	28,5%	100,0%
<b>TOTAL</b>		<b>7.440,9</b>		

\* Receita bruta deduzida de descontos

### ● Vendas por região

Em linha com a estratégia de diversificação geográfica das vendas com foco na expansão das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a representatividade do conjunto dessas regiões passou de 32,0% em 2018 para 34,4% em 2019. Destacamos a região Sudeste que apresentou crescimento de 2,4 p.p., reflexo das nossas ações comerciais e da incorporação das vendas da Piraquê. Nossas exportações alcançaram 35 países, com uma receita bruta de R\$ 62,2 milhões no ano de 2019 (+35,2% vs. 2018).

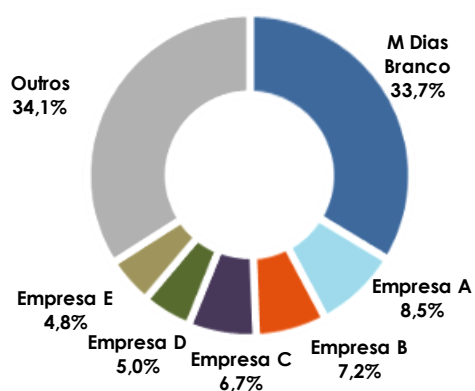
### Vendas por Região (% da Receita Líquida de Descontos)



### ● Market share

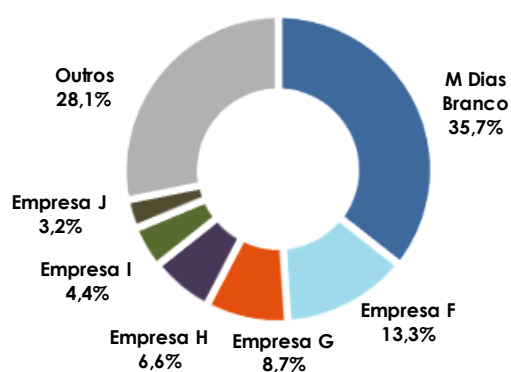
Apresentamos no gráfico abaixo o *market share* Brasil (em % de volume vendido) da M. Dias Branco, líder nacional nos mercados de massas e biscoitos, e dos principais concorrentes no período acumulado de janeiro a dezembro de 2019.

**Market Share Biscoitos\*- Brasil**  
(em % de volume vendido)



\* Dados da NIELSEN para o período de jan a dez de 2019, contemplando Piraquê.

**Market Share Massas\*- Brasil**  
(em % de volume vendido)



\* Dados da NIELSEN para o período de jan a dez de 2019, contemplando Piraquê.



## Marcas e desenvolvimento de novos produtos

### ● M. Dias Branco: principais ações das marcas

Em 2019, realizamos diversas campanhas de marketing e promoções com entrega de prêmios para alavancar as vendas no *sell-out*, tais como: “A Receita é ser original”, considerada a maior campanha da história da Piraquê, que contou com a parceria do canal de humor Porta dos Fundos e atingiu mais de 1,6 milhão de views; “Irresistível assim, só ela” da marca Vitarella; “Receita perfeita” da marca Fortaleza; “Detalhes que mudam sua vida” da marca Adria; “Mãezices e Isabelices” da marca Isabela, série de 5 episódios no YouTube; e “Treloso Dance”, com a participação do youtuber Luccas Neto e do canal FitDance. As campanhas realizadas também tinham como objetivo impulsionar as vendas de produtos com maior valor agregado e promover interações com consumidores através das plataformas digitais de cada marca.

### ● Pesquisa e desenvolvimento em novos produtos

A Companhia adota um modelo próprio de inovação para alavancar resultados financeiros e crescimento de mercado, com práticas estruturadas que viabilizam a criação assertiva de novos produtos e embalagens alinhados às necessidades e diversidades de paladares dos consumidores, tendências de mercado nacional e internacional e cenários de avanços tecnológicos. Paralelamente, a Companhia também gerencia projetos de otimização e redução de custos, bem como estudos de análises sensoriais dos produtos.

Em 2019, ampliamos os portfólios de nossas marcas aproveitando as sinergias de nossas plantas industriais, adequamos embalagens para atender demandas de mercado e avançamos na frente de produtos com maior saudabilidade.

Ao longo do ano, investimos R\$ 11,6 milhões em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e lançamos 107 novos produtos no mercado, com destaque para: (i) farinha de trigo da marca Finna, na embalagem de 5 Kg, para pastel, pizza e Tipo 1; (ii) biscoito wafer coberto com chocolate Pirachoko da marca Piraquê; (iii) bolinho Toons da marca Isabela; (iv) massas Adria Grano Duro Integral; (v) biscoitos e bolinhos sem glúten nos sabores cacau e baunilha da marca Adria Plus Life; (vi) biscoitos Maria e Maizena Integrais da marca Vitarella; e (vii) creme Vegetal Bel Campo, criado para exportação.

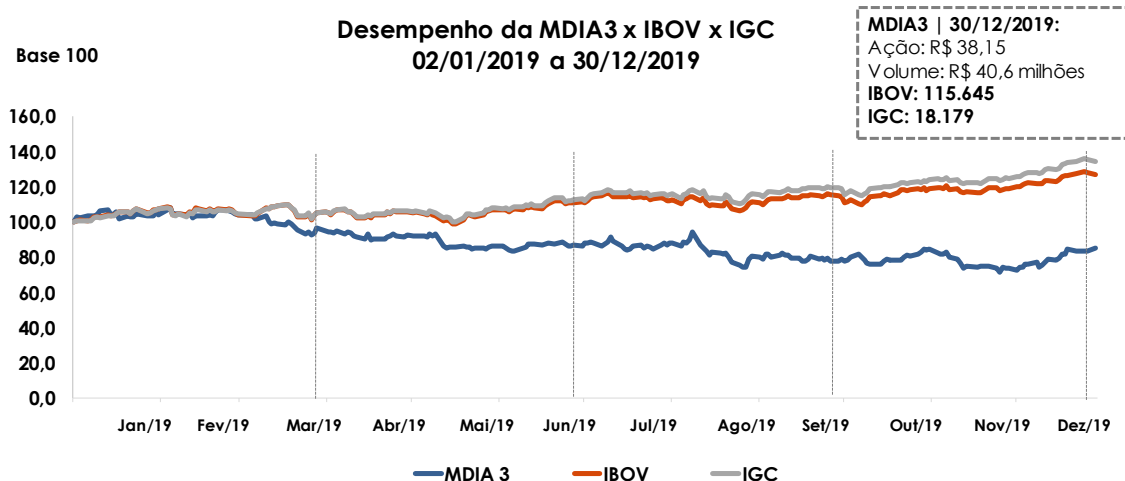
Na segunda edição do programa Germinar, que acelera o processo de inovação na Companhia, selecionamos sete *startups*, sendo quatro voltadas para Negócio Atual e três para Novos Negócios. A seleção dos parceiros levou em consideração a aplicabilidade das soluções oferecidas pelas *startups* para a Companhia, a sintonia com a visão de negócios, o engajamento e o conhecimento técnico do parceiro, além de como essas empresas influenciam a sociedade. Como continuidade do programa de 2018, realizamos um investimento minoritário em uma *startup* fabricante de alimentos sem os principais nutrientes alergênicos, bem como realizamos a terceirização da produção de biscoitos e bolinhos sem glúten, por meio de parceria com *startup* de alimentos certificada como gluten-free.

Com relação aos projetos de otimização e redução de custos, apuramos R\$ 19,5 milhões em *savings*, que contemplaram a redução de embalagens e otimizações no uso de ingredientes, sem comprometimento da qualidade dos alimentos produzidos.

## Performance no mercado de ações

A Companhia negocia suas ações na B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), com o código MDIA3, listadas no segmento do Novo Mercado. Em 30 de dezembro de 2019 havia 84.735.641 ações em circulação no mercado, representando 25,00% do capital total da Companhia, cotadas a R\$ 38,15 cada, totalizando R\$ 3.232,7 milhões. O número médio de negócios com as ações MDIA3 em 2019 foi de 3.814 (3.032 em 2018) e o valor financeiro médio diário de negócios foi de R\$ 28,7 milhões em 2019 (R\$ 25,0 milhões em 2018).

O gráfico a seguir demonstra o desempenho da ação MDIA3 em relação ao Ibovespa e ao IGC no ano de 2019.



*Nota: IBOV é o mais importante indicador do desempenho médio das cotações das ações negociadas na B3. É formado pelas ações com maior volume negociado nos últimos meses. IGC é um indicador do desempenho médio das cotações dos ativos de empresas listadas no Novo Mercado ou nos Níveis 1 ou 2 de Governança Corporativa da B3.*

A M. Dias Branco faz parte de importantes índices nacionais e internacionais do mercado de ações: IBrX-100, IGC (Índice de Governança Corporativa), ICON (Índice de Consumo), Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG), Índice de Governança Corporativa Trade (IGCT), Índice de Governança Corporativa – Novo Mercado (IGC-NM), Índice Small Cap (SMLL), Índice do Setor Industrial (INDX), Índice Brasil Amplo B3 (IBrA), FTSE4Good e ESG Rating.

## Governança corporativa

### • Estrutura de governança

Nossa Companhia está listada no segmento Novo Mercado da B3 desde 2006, contando apenas com ações ordinárias, tag along e Rating Nacional de Longo Prazo AAA(bra) Perspectiva Estável. O Conselho de Administração Titular foi eleito com 50% de membros independentes e 33% de mulheres. Adicionalmente, desde 2014, os cargos de Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração são ocupados por pessoas distintas.

Os principais mecanismos de integridade da M. Dias Branco são: o Código de Ética, que dissemina os nossos princípios e valores; Canal Ético, em linha com o Objetivo de

Desenvolvimento Sustentável da ONU – Paz, Justiça e Instituições Eficazes, como instrumento de recepção de comunicados relacionados a condutas contrárias ao seu Código de Ética; Comitê de Ética; e Comitê de Auditoria não estatutário, que conta exclusivamente com membros independentes, o que reforça nosso compromisso com a transparência das informações divulgadas.

Em 2019, em complemento ao programa de integridade da Companhia, foi constituído o Comitê de Governança Corporativa por dois membros da administração e por um membro independente do Conselho de Administração, foi criada a Secretaria de Governança Corporativa, e foram aprovadas diversas políticas pelo Conselho de Administração, como a Política de consequências; Política anticorrupção; Política de contratação com partes relacionadas e conflito de interesses; Política de remuneração de administradores; Política de doações e patrocínios; Política de brindes, presentes, entretenimentos e hospitalidades; Política de indicação de membros do conselho de administração, seus comitês e diretoria estatutária; e Política de gerenciamento de riscos.

Em busca de evolução contínua, acompanhamos um indicador interno que chamamos de iMDB – Índice M. Dias Branco de Governança Corporativa – que abrange os requerimentos dos seguintes referenciais de mercado:

- Regulamento do Novo Mercado (obrigatório);
- Código Brasileiro de Governança Corporativa (aplique ou explique);
- Índice Dow Jones de Sustentabilidade (referência de mercado);
- Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) (referência de mercado).

Assim, podemos direcionar esforços de melhoria e mensurar nossos avanços frente às demandas já consolidadas no mercado e na sociedade, com objetividade e pragmatismo.

## ● Relações com investidores

O ano de 2019 foi marcado por realizações que contribuíram para a evolução do programa de Relações com Investidores da M. Dias Branco.

Foram intensificadas as interações com o mercado, ao todo houve 661 interações em 2019 (612 em 2018). Participamos de conferências e *non deal road shows* no Brasil e no exterior (Estados Unidos, Ásia, Europa e Chile) e de várias reuniões individuais ou em grupo, além de teleconferências e visitas às nossas instalações. Participamos de entrevistas dirigidas aos investidores pessoas físicas. Em outubro, realizamos a segunda edição do M. Dias Branco Day, com apresentações dos gestores da M. Dias Branco e visita às nossas instalações. Nos dois eventos contamos com a presença de mais de 100 convidados, entre investidores e analistas brasileiros e estrangeiros.

Em 2019, conduzimos com a agência de classificação de risco de crédito *Fitch Ratings* o processo de avaliação da Companhia, que resultou na manutenção do *Rating* Nacional de Longo Prazo AAA(bra). A perspectiva é estável e esta foi a terceira vez que a *Fitch* atribui *rating* público à M. Dias Branco.

A evolução da agenda de Sustentabilidade, vista no contexto ASG (Ambiental, Social e Governança) é uma de nossas prioridades. Além da maior abertura e divulgação que demos a este tema em nossos materiais – apresentações, teleconferências e *Earnings Release* – envolvemos mais os nossos colaboradores nesta mesma agenda. Ao longo do ano, fizemos

apresentações e debates sobre a Sustentabilidade na Visão dos Investidores para colaboradores da M. Dias Branco.

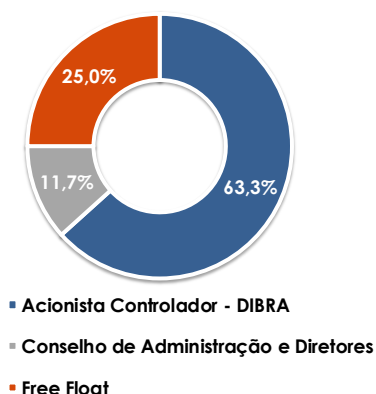
## ● Reconhecimento

Ao longo de 2019, a M. Dias Branco foi reconhecida por algumas entidades, reforçando o compromisso com as melhores práticas de gestão e de mercado. Neste sentido, destacou-se:

- entre as três melhores empresas do País na categoria Alimentos e Bebidas no *ranking* Época 360°, divulgado pela revista Época Negócios, com destaque na avaliação dos itens Governança Corporativa e Visão de Futuro;
- em segundo lugar na categoria Alimentos e Bebidas do Prêmio Empresas Mais - elaborado pelo jornal O Estado de São Paulo -, *ranking* que avalia o porte, desempenho financeiro, inovação e consistência de resultados ao longo dos últimos anos, de um total de 2,8 mil companhias abertas e fechadas;
- pelo 3º ano consecutivo, com a conquista do Troféu Transparência da Associação Nacional de Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), na categoria "Companhias com receita líquida acima de R\$ 5 bilhões, em reconhecimento à transparência e à qualidade das demonstrações contábeis;
- entre as três empresas da América Latina com melhor Investor Day, melhor profissional de RI e melhor ESG (práticas ambientais, sociais e de governança) no *ranking* da categoria Alimentos e Bebidas da Institutional Investor, instituição de pesquisa dos Estados Unidos;
- pela Vitarella, Fortaleza, Adria e Richester serem apontadas como as marcas mais escolhidas no ponto de venda pelos consumidores brasileiros no segmento de Alimentos pelo Relatório Brand Footprint, organizado pela Kantar;
- pela Vitarella ser uma das marcas nacionais de maior valor, cerca de US\$ 186 milhões, de acordo com o 12º *ranking* "60 marcas mais valiosas do Brasil", elaborado pelo Instituto Kantar Vermeer, em parceria com a revista IstoÉ Dinheiro.

## ● Controle acionário

Em 30 de dezembro de 2019, o capital social da M. Dias Branco totalizou R\$ 2.508,4 milhões, inteiramente subscrito, integralizado e dividido em 339.000.000 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações da Companhia estão assim distribuídas:



## ● Remuneração dos acionistas

Na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 23 de dezembro de 2019, foi aprovado o crédito no valor de R\$ 85,0 milhões aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio ("JSCP"), os quais foram imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social de 2019, nos termos do §3º do artigo 24 do Estatuto Social da Companhia. O valor de JSCP por ação é de R\$ 0,2507374631.

O crédito foi efetuado no dia 31 de dezembro de 2019, com base nas posições acionárias existentes no fechamento do pregão da B3 do dia 30 de dezembro de 2019, e o pagamento aos acionistas ocorrerá no dia 30 de abril de 2020. A partir de 31 de dezembro de 2019, as ações são consideradas "ex-juros sobre capital próprio".

## ● Cláusula compromissória de arbitragem

Pelo Regulamento do Novo Mercado e pelo Estatuto Social da Companhia, seus acionistas, administradores e a B3 se obrigam a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com as normas estatutárias, de regulação do mercado e legislação pertinente.

## ● Relacionamento com os auditores independentes

A empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PWC) foi contratada para auditar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e revisar as informações financeiras intermediárias (trimestrais) da M. Dias Branco do exercício. A referida empresa não prestou serviços conflitantes, conforme disposto na Instrução CVM 308. As informações não financeiras da Companhia e suas controladas, assim como as expectativas da Administração quanto ao seu desempenho futuro e de suas controladas, não foram auditadas pela PWC.

No sentido de atender ao disposto na Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia informa que durante o exercício de 2019 foram contratados à PWC outros serviços, no total de R\$ 1,5 milhão, que correspondeu aproximadamente a 248% dos honorários de auditoria. Esses serviços consistiram em honorários referentes (i) a revisão e avaliação das normas e regulamentos fiscais relacionadas aos processos judiciais que transitaram em julgado sobre a matéria de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS; (ii) a retificação de obrigação acessória e emissão do laudo de avaliação do patrimônio líquido da incorporada Piraquê; e (iii) à asseguuração limitada do relatório de sustentabilidade.

A Administração reconhece que os referidos serviços não comprometeram a independência dos citados auditores. Como parte da política interna da Companhia, todos os serviços prestados pela empresa de auditoria independente devem ser analisados pelo comitê de auditoria antes de sua realização, como forma de garantir que não haja conflito de interesse.

## Desenvolvimento e valorização do capital humano

---

Ao final de 2019, contávamos com 17.661 colaboradores, uma redução de 13,5% em relação a 2018, em razão da reestruturação que realizamos em diversas áreas, principalmente na Logística, por termos iniciado em 2019 a transição de um modelo logístico misto, com terceiros e pessoal próprio na operação, para um modelo com operadores logísticos regionais. Além dos potenciais ganhos de produtividade e escala, simplificação da gestão, contaremos com parceiros mais estruturados, contribuindo para a melhoria do nosso nível de serviço.

Aprovamos o Direcionamento Estratégico para o ciclo 2020 a 2024 junto ao Conselho de Administração e iniciamos a disseminação para os líderes. Para colocar os planos em prática, os projetos foram desdobrados em entregas e em atividades com prazos e responsáveis específicos, bem como orçamento necessário e indicadores para monitoramento da implantação e eficácia das ações.

A qualidade de vida no trabalho, bem como o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores, é considerada um fator crítico de sucesso e, por isso, a Companhia investe em ações sustentáveis que criem um ambiente de trabalho favorável ao alcance dos melhores resultados. Busca-se cada vez mais aprimorar a qualidade do capital humano.

O programa de Gestão de Desempenho, que objetiva o desenvolvimento de competências para a melhoria contínua da performance dos colaboradores, envolveu mais de 1.600 colaboradores, crescimento de 46,9% em relação ao ano anterior. Além disso, realizamos o primeiro ciclo de sucessão para o 1º nível gerencial, com mapeamento de potenciais sucessores e definição de ações de desenvolvimento, bem como revisamos o mapa sucessório da Diretoria.

Nas iniciativas de treinamento e capacitação, destacamos a formação da primeira turma da Escola Industrial, projeto piloto que desenvolveu as competências técnicas dos líderes da área industrial, em que profissionais selecionados passaram por três meses de imersão em temas referentes à produção de biscoitos, torradas e bolos. Avançamos também na Educação On-line, abordando temas nas mais diversas áreas de atuação e concluindo a implantação da nova ferramenta de gerenciamento de treinamentos, que viabiliza a hospedagem de conteúdos desenvolvidos internamente.

Disponibilizamos dois novos módulos do sistema *Human Capital Management* (HCM), um para gerenciar os processos de admissão, promoção, transferência e desligamento; e outro que possibilita uma melhor gestão dos treinamentos, viabilizando interação entre os colaboradores com foco em aprendizagem e capacitações on-line.

Em relação à remuneração e aos benefícios, destacamos a implantação de licença não remunerada para colaboradores que se ausentam para desenvolvimento de sua carreira e de benefício que subsidia parte do custo em plano mensal que permite acesso a academias e assessorias esportivas por todo o Brasil.

Nas frentes de Saúde e Segurança do Trabalho, destacamos a realização da segunda Pesquisa de Percepção de Cultura de Segurança e Saúde, que vai subsidiar planos de ação e propostas de melhorias; e a manutenção por três anos consecutivos do patamar acima de 80% de participação dos colaboradores nos Diálogos de Saúde e Segurança (DSS). Além disso, apresentamos resultado zero para o número de empregados com alta incidência ou alto risco de doenças relacionadas à sua ocupação. Esse dado permanece constante devido a periodicidade mensal das atividades de Medicina Preventiva visando a precaução de agravos, promoção da saúde e qualidade de vida dos colaboradores. Realizamos 260



ações de saúde nas unidades industriais com diversas abordagens, tais como palestras, campanhas de vacinação, massoterapia, stands educativos e informes periódicos com objetivo de conscientizar o colaborador sobre a importância de manter hábitos saudáveis e evitar doenças.

Mais ações de Desenvolvimento e Valorização do Capital Humano poderão ser acessadas no Relatório Integrado 2019, disponível no site corporativo, <http://mdiasbranco.com.br>, a partir do dia 06/03/2020.

## Responsabilidade socioambiental

---

Procuramos por meio de nossas práticas de gestão, tornar cada vez mais efetivo nosso comprometimento com a sustentabilidade do negócio. Acreditamos que os pilares – finanças, pessoas, sociedade, meio ambiente – são fundamentais para alcançarmos o desenvolvimento sustentável.

Nossa estratégia de sustentabilidade foi definida em 2014, fundamentada em estudos que identificaram as principais macrotendências de sustentabilidade no setor de alimentos. Desde então, avançamos na gestão da sustentabilidade por meio de Grupos de Trabalho (GTs) que propõem ações específicas em 8 temas materiais que consideram toda a nossa cadeia de valor. Os temas são: Nutrição e Saudabilidade; Embalagens; Resíduos, Água e Efluentes; Energia e Emissões; Comunidades e Investimento social; Cultura de Sustentabilidade e Insumos.

Os Grupos de Trabalho reportam suas iniciativas periodicamente ao Comitê de Sustentabilidade, responsável pelo gerenciamento e reporte dos resultados, que são acompanhados mensalmente pela diretoria, Vice-Presidentes e Presidente.

Os temas materiais, somados à nossa estratégia de crescimento do negócio, nossa estrutura de governança e nossas práticas de desenvolvimento e valorização de pessoas, nos permite atuar em linha com nossa Estratégia de Sustentabilidade, com as boas práticas de mercado e alinhadas com os ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Um dos temas materiais para a Companhia é Comunidades e Investimento social. Buscamos potencializar e acompanhar o engajamento com as comunidades do entorno e direcionar o investimento social privado de forma alinhada com a Política de Doações, prezando pelo bom relacionamento com as instituições apoiadas. Em 2019, aplicamos R\$ 3,4 milhões em investimento social (R\$ 2,2 milhões em 2018) e aprovamos no Conselho de Administração a Política de Doações e Patrocínios, que tem como diretriz o aporte de recursos para entidades e instituições idôneas e íntegras, motivadas por razões filantrópicas legítimas, que apoiam causas humanitárias, sociais, culturais, esportivas, ambientais, profissionais e educacionais, bem como praticam ações relacionadas ao bem-estar da comunidade onde a Companhia possui operação ou exerça atividades comerciais associadas ao seu negócio. Essa política reforça o nosso compromisso com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e o Pacto Global da ONU.

Saiba mais sobre nossas ações socioambientais no Relatório Integrado 2019, disponível no site corporativo, <http://mdiasbranco.com.br>.

## Estratégias e perspectivas

---

Nosso direcionamento estratégico é pautado na consolidação da M. Dias Branco como empresa de alimentos nacional e na pavimentação da sua atuação internacional, através do crescimento orgânico e por aquisições, com expansão da eficiência operacional, atuação em novos negócios e manutenção da política de dividendos, sempre comprometidos com a sustentabilidade e com os mais altos padrões de gestão empresarial e governança corporativa.

Estamos focados no desenvolvimento de novas avenidas de crescimento, em ganhos de produtividade, na satisfação de nossos clientes/consumidores e na geração de valor aos acionistas. Tudo isso através de um time forte e engajado, com remuneração alinhada aos objetivos de curto e longo prazo da Companhia.

Cresceremos nas regiões e subcategorias de produtos em que ainda temos uma menor participação de mercado, por meio de uma estratégia comercial executada com disciplina, investimentos de marketing assertivos e coerentes, um modelo de precificação mais sofisticado, com a tecnologia a serviço do modelo de negócios.

## Declaração da diretoria

---

Em observância às disposições contidas na Instrução CVM nº 480/2009, a diretoria declara que discutiu e reviu as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, com as quais concorda integralmente, assim como aprova as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
M. Dias Branco S. A. Indústria e Comércio de Alimentos

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da M. Dias Branco S. A. Indústria e Comércio de Alimentos ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da M. Dias Branco S. A. Indústria e Comércio de Alimentos e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da M. Dias Branco S. A. Indústria e Comércio de Alimentos e da M. Dias Branco S. A. Indústria e Comércio de Alimentos e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

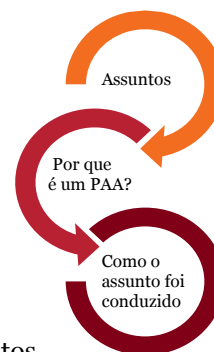
---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando a seguinte modificação significativa em relação ao ano anterior: Procedimentos de auditoria sobre a mensuração e reconhecimento de créditos tributários decorrentes da exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, determinado como PAA no exercício corrente.



### Porque é um PAA

### Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

#### Reconhecimento de receita (Notas 4(e) e Nota 25 às demonstrações financeiras)

##### a. Avaliação do adequado reconhecimento da receita

A Companhia opera na comercialização de seus produtos a partir de 14 plantas industriais localizadas em 9 estados do país, além de 35 centros de distribuição em 17 estados. O processo de reconhecimento de receita envolve um número elevado de controles, a fim de assegurar que as receitas de vendas sejam reconhecidas no período de competência correto, conforme práticas contábeis vigentes.

Esse processo leva em consideração ainda a existência de condições e termos contratuais distintos dependendo do tipo de transação.

Os riscos observados e que continuaram demandando foco em nossa auditoria referem-se ao reconhecimento de receita fora do período de competência e/ou estimativas e premissas para estimar essas receitas, na medida em que envolve: (a) a análise dos itens faturados no final do mês, para cada destino de entrega dos produtos acabados, uma vez que a Companhia efetua ajuste de corte das vendas levando em consideração o prazo médio de entrega de cada uma das suas rotas. Para aquelas rotas em que o

As evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas por meio de uma combinação de testes de controles e testes de transações, cujos principais estão detalhados a seguir:

- (i) Atualizamos o entendimento e testamos a efetividade dos controles-chave implementados pela Companhia para a determinação do momento adequado de reconhecimento de receita;
- (ii) Selecionamos uma amostra de transações de venda a prazo e testamos a liquidação subsequente de saldos e inspecionamos a documentação de entrega dos produtos vendidos e documentação-suporte que evidencia que a transação de venda ocorreu;
- (iii) Selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida na competência correta;

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>produto ainda esteja em trânsito em 31 de dezembro, a Companhia efetua o ajuste de corte e (b) métrica relevante para avaliação de performance das vendas e indicador para cumprimento de metas internas.</p>	<p>(iv) Para transações de vendas selecionadas, inspecionamos os canhotos de entrega, a fim de confrontar o prazo efetivo da entrega com o prazo médio estimado pela Companhia em seu ajuste de corte das vendas;</p> <p>(v) Comparamos, em base de testes, lançamentos contábeis com pedidos de clientes, notas fiscais e o efetivo recebimento das vendas, bem como efetuamos análise de números sequenciais de emissão de notas fiscais e;</p> <p>(vi) Avaliamos a adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto.</p> <p>Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para o reconhecimento da receita no correto período de competência, são apropriados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p>
<p><b>b. Mensuração da receita líquida</b></p>	
<p>A Companhia possui uma variedade de acordos comerciais junto aos seus clientes, que resultam na concessão de descontos, e que variam de acordo com as quantidades e categorias de mercadorias vendidas. A maioria dos descontos está refletida nos preços cobrados aos clientes ou são baseados em percentuais fixos, ligados à quantidade de mercadorias vendidas.</p> <p>Há pouca estimativa e julgamento envolvido na determinação do período e nos valores a serem reconhecidos. Contudo, devido ao elevado número de contratos em vigor e à quantidade de filiais existentes, identificamos um risco potencial de erro no processamento destas transações, especialmente relacionados à valorização dos respectivos descontos e de eventual registro fora do período apropriado. Dessa forma, mantivemos esse tema como um dos focos em nossa auditoria.</p>	<p>Como resposta a esse assunto, executamos os seguintes procedimentos de auditoria, entre outros:</p> <p>(i) Efetuamos atualização do entendimento e testamos a efetividade dos controles referentes aos cálculos e registros dos descontos comerciais;</p> <p>(ii) Inspecionamos, por amostragem, contratos para análise das condições contratuais, tendo recalculado os descontos comerciais; e</p> <p>(iii) Conferimos registros contábeis selecionados, analisando a adequação dos valores registrados, bem como sua respectiva competência, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras.</p> <p>Consideramos que os valores contabilizados de descontos são suportados por documentação que fundamentam os registros e as divulgações efetuadas em notas explicativas.</p>

---

**Porque é um PAA**

---

---

**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

---

**Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários (Nota 21 às demonstrações financeiras)**

A Companhia está envolvida em ações judiciais e processos administrativos perante alguns tribunais e órgãos governamentais. As estimativas de perda são avaliadas pela administração periodicamente e levam em consideração as posições dos assessores jurídicos que patrocinam as causas.

A estimativa de perda provável, bem como a mensuração dessas provisões envolvem julgamento dos assessores jurídicos e da Administração, e dependem do estágio de cada processo e do andamento de jurisprudências, que podem mudar com o passar do tempo.

Mantivemos essa área como foco de nossa auditoria em função do grau de julgamento envolvido na determinação da probabilidade de perda atribuída a cada processo. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos podem trazer impactos significativos sobre a posição patrimonial e financeira e desempenho das operações da Companhia.

Entre outros, efetuamos os procedimentos descritos a seguir, com o apoio de nossos especialistas tributários:

- (i) Entendimento dos controles internos da área, envolvendo a identificação, a constituição de passivos e as divulgações em notas explicativas;
- (ii) Revisão das principais atas de reuniões e reuniões com a administração para discussões de processos judiciais;
- (iii) Solicitamos e obtivemos confirmações, diretamente com os assessores jurídicos externos da Companhia, sobre as informações dos processos, incluindo o prognóstico de perda, e comparamos com os relatórios analíticos e saldos contábeis registrados pela administração; e
- (iv) Avaliamos se as divulgações das contingências mais significativas foram adequadamente incluídas em nota explicativa.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da provisão para passivos contingentes, assim como divulgações efetuadas, são razoáveis, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

**Reconhecimento e mensuração de crédito de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (Nota 8 às demonstrações financeiras)**

Conforme descrito na Nota 8, entre dezembro de 2018 e novembro de 2019, a Companhia obteve transitados em julgados no Supremo Tribunal Federal nove processos referentes a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, garantindo à Companhia o direito de reaver os valores já recolhidos e não prescritos, devidamente corrigidos. Em função disso, foi reconhecido ativo no montante do crédito de ICMS considerado indevidamente na

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- (i) Com o apoio de nossos especialistas tributários, efetuamos leitura das decisões, das opiniões legais emitidas e discussão com a administração e seus assessores jurídicos para avaliação dos critérios adotados para o reconhecimento do crédito.



<b>Porque é um PAA</b>	<b>Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria</b>
base de cálculo de PIS e COFINS, o qual foi mensurado com base em julgamentos e premissas da Companhia.	(ii) Confirmamos, em base de testes, a existência e procedência dos saldos de PIS e COFINS a recuperar com base em documentações suportes.
Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos valores envolvidos, ao julgamento subjacente à determinação das premissas base da mensuração do referido ativo e ao impacto que eventuais alterações nas premissas consideradas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras.	<p>(iii) Testamos, por amostragem, os cálculos preparados pela Companhia para mensurar os valores dos tributos a recuperar e, quando aplicável, a correspondente atualização monetária para o período objeto do processo judicial, identificando e reportando ajustes considerados não relevantes pela administração.</p> <p>(iv) Discutimos com a administração sua avaliação quanto a capacidade de realização do referido crédito tributário.</p> <p>(v) Por fim, efetuamos leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.</p> <p>Consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.</p>

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do Valor Adicionado**

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor**

---

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria

apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 6 de março de 2020

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Vinícius Ferreira Britto Rêgo  
Contador CRC 1BA024501/O-9

## M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

Balço patrimonial  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
Ativo		2019	2018	2019	2018
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	348.312	350.896	348.377	451.000
Contas a receber de clientes	6	957.325	946.653	957.533	1.043.026
Estoques	7	799.044	711.716	799.068	765.620
Tributos a recuperar	8	162.535	121.046	162.537	132.167
Aplicações financeiras		16.392	-	16.392	-
Instrumentos financeiros derivativos		7.963	23.925	7.963	23.925
Outros créditos		21.526	20.411	22.121	25.735
Despesas antecipadas		7.736	6.256	7.788	7.774
Total do ativo circulante		2.320.833	2.180.903	2.321.779	2.449.247
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras		3.782	13.053	3.782	13.053
Depósitos judiciais	21	257.434	129.704	257.439	243.032
Tributos a recuperar	8	273.880	77.107	273.880	77.107
Contas a receber de clientes	6	263	1.941	263	2.684
Incentivos fiscais/outros créditos		3.997	2.896	3.994	5.902
Ativos de indenização		57.773	1.944	57.773	57.773
		597.129	226.645	597.131	399.551
Investimentos	9	57.124	1.549.185	52.873	15.762
Propriedades para investimento	10	55.225	22.344	55.225	22.344
Imobilizado	11	3.349.190	2.600.385	3.351.610	3.190.488
Intangível	12	1.722.413	870.708	1.722.413	1.730.074
Total do ativo não circulante		5.781.081	5.269.267	5.779.252	5.358.219
Total do ativo		8.101.914	7.450.170	8.101.031	7.807.466

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores		149.219	127.888	149.044	152.356
Financiamentos e empréstimos com instituições financeiras	15	568.677	623.309	568.677	678.820
Financiamento de impostos	15	5.333	3.060	5.333	3.060
Financiamentos diretos	15	34.180	15.057	34.180	15.057
Arrendamento mercantil	13	15.075	-	15.075	-
Obrigações sociais e trabalhistas	18	167.344	137.845	167.428	166.102
Obrigações fiscais	19	83.646	96.796	83.819	106.942
Adiantamentos de clientes		10.164	6.928	10.164	8.163
Instrumentos financeiros derivativos	16	1.887	2.658	1.887	2.658
Outras contas a pagar		77.289	44.733	76.272	46.820
Dividendos	23	36.929	87.313	36.929	87.313
Subvenções governamentais	20	4.799	13.539	4.799	13.539
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.154.542</b>	<b>1.159.126</b>	<b>1.153.607</b>	<b>1.280.830</b>
<b>Não circulante</b>					
Financiamentos e empréstimos com instituições financeiras	15	161.511	160.085	161.511	323.419
Financiamento de impostos	15	5.328	6.414	5.328	6.414
Financiamentos diretos	15	204.648	226.015	204.648	226.015
Arrendamento mercantil	13	86.904	-	86.904	-
Obrigações fiscais	19	968	968	968	968
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	205.214	222.662	205.214	208.714
Outras contas a pagar		34.301	10.770	34.353	10.926
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	21	213.545	102.287	213.545	188.337
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>912.419</b>	<b>729.201</b>	<b>912.471</b>	<b>964.793</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social		2.508.400	2.258.633	2.508.400	2.258.633
Reservas de capital		26.343	21.506	26.343	21.506
Ajustes acumulados de conversão		121	117	121	117
Reservas de lucros		3.452.014	3.229.897	3.452.014	3.229.897
Dividendos adicionais		48.075	51.690	48.075	51.690
<b>Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores</b>	23	<b>6.034.953</b>	<b>5.561.843</b>	<b>6.034.953</b>	<b>5.561.843</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>8.101.914</b>	<b>7.450.170</b>	<b>8.101.031</b>	<b>7.807.466</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>25</b>	<b>5.460.773</b>	5.597.140	<b>6.103.608</b>	6.025.054
<b>Custos dos produtos vendidos</b>	<b>26</b>	<b>(3.891.191)</b>	(3.766.575)	<b>(4.250.464)</b>	(4.006.955)
<b>Subvenções para investimentos estaduais</b>	<b>20</b>	<b>298.704</b>	272.293	<b>308.128</b>	276.220
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.868.286</b>	2.102.858	<b>2.161.272</b>	2.294.319
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas de vendas	<b>26</b>	<b>(1.129.188)</b>	(1.060.074)	<b>(1.333.934)</b>	(1.186.245)
Despesas administrativas	<b>26</b>	<b>(258.135)</b>	(237.326)	<b>(293.252)</b>	(269.460)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	<b>27</b>	<b>53.744</b>	(73.946)	<b>5.321</b>	(86.389)
<b>Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos</b>		<b>534.707</b>	731.512	<b>539.407</b>	752.225
Receitas financeiras	<b>17</b>	<b>239.424</b>	223.237	<b>252.857</b>	233.107
Despesas financeiras	<b>17</b>	<b>(199.159)</b>	(171.669)	<b>(222.396)</b>	(186.846)
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>17</b>	<b>40.265</b>	51.568	<b>30.461</b>	46.261
Resultado da equivalência patrimonial	<b>9</b>	<b>(10.711)</b>	6.319	<b>(889)</b>	(1.418)
<b>Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>564.261</b>	789.399	<b>568.979</b>	797.068
Imposto de renda e contribuição social	<b>22</b>	<b>(7.377)</b>	(65.902)	<b>(12.095)</b>	(73.571)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>556.884</b>	723.497	<b>556.884</b>	723.497
<b>Resultado atribuível aos:</b>					
Acionistas controladores		<b>556.884</b>	723.497	<b>556.884</b>	723.497
<b>Lucro por ação ordinária - básico - R\$</b>	<b>29</b>	<b>1,64273</b>	2,13421	<b>1,64273</b>	2,13421
<b>Lucro por ação ordinária - diluído - R\$</b>	<b>29</b>	<b>1,64093</b>	2,13281	<b>1,64093</b>	2,13281
<b>Quantidade média de ações (ex-ações em tesouraria)</b>		<b>339.000.000</b>	339.000.000	<b>339.000.000</b>	339.000.000
<b>Quantidade média de ações (ordinárias e restritas)</b>		<b>339.370.926</b>	339.222.856	<b>339.370.926</b>	339.222.856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos**

Demonstração do resultado abrangente  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)



	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
Lucro líquido do exercício	<b>556.884</b>	<b>723.497</b>	<b>556.884</b>	<b>723.497</b>
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes				
Diferenças cambiais de conversão de controladas no exterior	<b>4</b>	<b>18</b>	<b>4</b>	<b>18</b>
	<b>4</b>	<b>18</b>	<b>4</b>	<b>18</b>
<b>Total dos resultados abrangentes</b>	<b>556.888</b>	<b>723.515</b>	<b>556.888</b>	<b>723.515</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)



	Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros			Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Dividendos adicionais	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Opções outorgadas	Reserva especial	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva para plano de investimento				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>2.258.633</b>	<b>4.977</b>	<b>16.529</b>	<b>1.062.993</b>	<b>300.685</b>	<b>1.866.219</b>	<b>117</b>	<b>-</b>	<b>51.690</b>	<b>5.561.843</b>
Aumento de capital	<b>23</b>	<b>249.767</b>	-	-	<b>(249.767)</b>	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	<b>556.884</b>	-	<b>556.884</b>
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes											
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	<b>9</b>	-	-	-	-	-	-	<b>4</b>	-	-	<b>4</b>
Total dos resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	<b>4</b>	<b>556.884</b>	-	<b>556.888</b>
<b>Transações com acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido</b>											
Distribuições para os acionistas											
Aprovação dos dividendos adicionais	<b>23</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	<b>(51.690)</b>	<b>(51.690)</b>
Ações outorgadas reconhecidas		-	<b>4.837</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>4.837</b>
Dividendos mínimos obrigatórios	<b>23</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>(36.925)</b>	-	<b>(36.925)</b>
Dividendos adicionais	<b>23</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>(48.075)</b>	<b>48.075</b>	-
Outras distribuições do lucro:											
Reserva legal	<b>23</b>	-	-	-	-	<b>7.774</b>	-	-	<b>(7.774)</b>	-	-
Reserva de incentivos fiscais - IRPJ	<b>23</b>	-	-	-	<b>29.644</b>	-	-	-	<b>(29.644)</b>	-	-
Reserva de incentivos fiscais - ICMS	<b>23</b>	-	-	-	<b>371.765</b>	-	-	-	<b>(371.765)</b>	-	-
Reserva estatutária	<b>23</b>	-	-	-	-	-	<b>62.701</b>	-	<b>(62.701)</b>	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>2.508.400</b>	<b>9.814</b>	<b>16.529</b>	<b>1.214.635</b>	<b>308.459</b>	<b>1.928.920</b>	<b>121</b>	<b>-</b>	<b>48.075</b>	<b>6.034.953</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)



	Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros			Ajustes	Lucros acumulados	Dividendos adicionais	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Opções outorgadas	Reserva especial	Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva para plano de investimento				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>1.765.278</b>	<b>1.463</b>	<b>16.529</b>	<b>1.218.264</b>	<b>264.510</b>	<b>1.655.981</b>	<b>99</b>	<b>-</b>	<b>69.787</b>	<b>4.991.911</b>
Aumento de capital	23	493.355	-	-	(493.355)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	723.497	-	723.497
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes											
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	9	-	-	-	-	-	-	18	-	-	18
Total dos resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	18	723.497	-	723.515
<b>Transações com acionistas, registrados diretamente no patrimônio líquido</b>											
Distribuições para os acionistas											
Aprovação dos dividendos adicionais	23	-	-	-	-	-	-	-	-	(69.787)	(69.787)
Ações outorgadas reconhecidas		-	3.514	-	-	-	-	-	-	-	3.514
Dividendos mínimos obrigatórios	23	-	-	-	-	-	-	-	(87.310)	-	(87.310)
Dividendos adicionais	23	-	-	-	-	-	-	-	(51.690)	51.690	-
Outras distribuições do lucro:											
Reserva legal	23	-	-	-	-	36.175	-	-	(36.175)	-	-
Reserva de incentivos fiscais - IRPJ	23	-	-	-	61.864	-	-	-	(61.864)	-	-
Reserva de incentivos fiscais - ICMS	23	-	-	-	276.220	-	-	-	(276.220)	-	-
Reserva estatutária	23	-	-	-	-	-	210.238	-	(210.238)	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>2.258.633</b>	<b>4.977</b>	<b>16.529</b>	<b>1.062.993</b>	<b>300.685</b>	<b>1.866.219</b>	<b>117</b>	<b>-</b>	<b>51.690</b>	<b>5.561.843</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

Demonstração do fluxo de caixa – Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
<b>Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>564.261</b>	789.399	<b>568.979</b>	797.068
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		169.149	145.122	233.536	182.313
Custo na venda de ativos permanentes		5.689	1.084	7.393	1.807
Equivalência patrimonial	9	10.711	(6.319)	889	1.418
Atualização dos financiamentos e das aplicações financeiras, variações cambiais ativas e passivas		64.688	77.440	79.371	89.824
Créditos tributários e atualizações		(275.499)	(47.376)	(284.996)	(47.376)
Atualização de depósitos judiciais		(4.372)	(4.936)	(8.292)	(7.478)
Atualização provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários		22.861	8.250	23.802	8.250
Atualização de arrendamento mercantil		5.640	-	8.307	-
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários		44.478	37.220	44.210	34.835
Ações outorgadas reconhecidas		4.837	3.514	4.837	3.514
Provisão/ perda do valor recuperável de clientes		27.103	17.686	30.658	17.393
Provisão de IR sobre financiamentos		3.077	2.701	3.077	2.701
Provisão(Reversão) do valor recuperável dos estoques		6.483	(765)	6.483	(765)
Provisão decorrente dos contratos de operações com derivativos		(12.513)	(36.437)	(12.513)	(36.437)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>					
(Aumento) Redução em contas a receber de clientes		92.359	(154.971)	57.255	(166.663)
(Aumento) nos estoques		(37.890)	(67.832)	(27.869)	(70.892)
(Aumento) nas aplicações financeiras		(16.392)	-	(16.392)	-
Redução nos impostos a recuperar		63.066	56.155	73.048	67.865
(Aumento) Redução em outros créditos		1.858	7.709	(3.273)	(47.110)
Aumento (Redução) em fornecedores		1.022	(8.446)	(3.312)	(11.746)
Aumento (Redução) nos impostos e contribuições		(8.684)	41.249	(5.925)	27.847
Aumento (Redução) nas subvenções governamentais		(8.741)	5.897	(8.741)	5.897
Aumento (Redução) em contas a pagar e provisões		7.359	(49.365)	13.409	(15.018)
<b>Juros pagos</b>		<b>(27.472)</b>	(23.119)	<b>(45.329)</b>	(31.108)
<b>Variações cambiais pagas</b>		<b>(36.352)</b>	(13.034)	<b>(36.352)</b>	(13.034)
<b>Imposto de renda e contribuição social pagos</b>		<b>(43.176)</b>	(52.265)	<b>(45.445)</b>	(52.274)
<b>Recebimentos de recursos por liquidação de operações com derivativos</b>		<b>25.272</b>	7.260	<b>25.272</b>	7.260
<b>Liberação de incentivos para reinvestimentos</b>		-	5.764	-	5.764
<b>Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais</b>		<b>648.822</b>	741.585	<b>682.087</b>	753.854
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>					
Aquisição de imobilizado e intangível		(281.075)	(294.869)	(319.590)	(300.025)
Amortização de dívida da aquisição de empresas		(6.840)	(23.775)	(6.840)	(23.775)
Aquisição de participação societária		-	(1.306.364)	-	(1.306.364)
Aplicação financeira a longo prazo		(6.208)	-	(6.208)	-
Resgate de aplicação financeira a longo prazo		9.579	-	9.579	-
Aplicações em investimentos		(39.716)	(7.700)	(38.000)	(7.700)
Caixa e equivalentes de caixa incorporado		33.775	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa adquirido		-	-	-	113.670
<b>Disponibilidades líquidas (aplicadas) nas atividades de investimentos</b>		<b>(290.485)</b>	(1.632.708)	<b>(361.059)</b>	(1.524.194)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Juros sobre capital próprio pagos		(139.000)	(132.370)	(139.000)	(132.370)
Financiamentos tomados		401.553	779.901	401.553	779.901
Pagamentos de financiamentos		(611.246)	(330.764)	(663.497)	(352.113)
Pagamento de arrendamento mercantil		(12.228)	-	(22.707)	-
<b>Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamentos</b>		<b>(360.921)</b>	316.767	<b>(423.651)</b>	295.418
<b>Demonstrações do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(2.584)</b>	(574.356)	<b>(102.623)</b>	(474.922)
No início do exercício		350.896	925.252	451.000	925.922
No fim do exercício		348.312	350.896	348.377	451.000
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(2.584)</b>	(574.356)	<b>(102.623)</b>	(474.922)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos

Demonstração do valor adicionado  
Exercícios findos em 31 de dezembro  
(Em milhares de reais)



	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2019</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2018</b>
<b>Receitas</b>				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	<b>6.236.277</b>	6.405.031	<b>7.004.640</b>	6.926.005
Outras receitas	<b>207.168</b>	66.731	<b>220.637</b>	66.731
Receitas relativas à construção de ativos próprios	<b>67.859</b>	65.859	<b>67.859</b>	65.859
Provisão/ perda do valor recuperável de clientes	<b>(27.103)</b>	(17.686)	<b>(30.658)</b>	(17.393)
	<b>6.484.201</b>	6.519.935	<b>7.262.478</b>	7.041.202
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>				
Custos dos produtos e das mercadorias vendidos e dos serviços prestados	<b>(2.664.705)</b>	(2.497.306)	<b>(2.815.103)</b>	(2.615.081)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<b>(1.598.815)</b>	(1.551.319)	<b>(1.841.178)</b>	(1.672.226)
Materiais relativos à construção de ativos próprios	<b>(22.319)</b>	(21.035)	<b>(22.319)</b>	(21.035)
	<b>(4.285.839)</b>	(4.069.660)	<b>(4.678.600)</b>	(4.308.342)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>2.198.362</b>	2.450.275	<b>2.583.878</b>	2.732.860
<b>Retenções</b>				
Depreciação e amortização	<b>(169.149)</b>	(145.122)	<b>(233.536)</b>	(182.313)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>2.029.213</b>	2.305.153	<b>2.350.342</b>	2.550.547
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>				
Resultado de equivalência patrimonial	<b>(10.711)</b>	6.319	<b>(889)</b>	(1.418)
Receitas financeiras	<b>239.424</b>	223.237	<b>252.857</b>	233.107
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>2.257.926</b>	2.534.709	<b>2.602.310</b>	2.782.236
<b>Distribuição do valor adicionado</b>				
<b>Pessoal e encargos</b>	<b>929.530</b>	899.119	<b>1.110.402</b>	1.012.288
Remuneração direta	<b>586.047</b>	582.222	<b>697.993</b>	659.659
Benefícios	<b>282.972</b>	266.868	<b>323.981</b>	295.007
FGTS	<b>60.511</b>	50.029	<b>88.428</b>	57.622
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>543.075</b>	706.924	<b>682.278</b>	814.234
Federais	<b>299.190</b>	426.175	<b>381.698</b>	495.183
Estaduais	<b>233.832</b>	272.779	<b>289.073</b>	310.377
Municipais	<b>10.053</b>	7.970	<b>11.507</b>	8.674
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>228.437</b>	205.169	<b>252.746</b>	232.217
Juros	<b>199.159</b>	171.669	<b>222.396</b>	186.846
Aluguéis	<b>29.278</b>	33.500	<b>30.350</b>	45.371
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>556.884</b>	723.497	<b>556.884</b>	723.497
Dividendos e juros sobre capital próprio	<b>85.000</b>	139.000	<b>85.000</b>	139.000
Incentivos fiscais	<b>386.330</b>	334.157	<b>401.409</b>	338.084
Lucros retidos	<b>85.554</b>	250.340	<b>70.475</b>	246.413
	<b>2.257.926</b>	2.534.709	<b>2.602.310</b>	2.782.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

---

### 1. Contexto operacional

A M. Dias Branco S. A. Indústria e Comércio de Alimentos ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, com ações listadas na B3 S.A., no segmento Novo Mercado (MDIA3). Iniciou suas atividades em 1951, sua sede está situada na Rodovia BR 116, KM 18, s/n, no Eusébio, Estado do Ceará, e tem por objeto social a industrialização, o comércio e a distribuição de produtos alimentícios derivados do trigo, especialmente biscoitos, massas alimentícias e farinha/farelo de trigo, atuando, também, na fabricação, comercialização e distribuição de margarinas e gorduras vegetais, bolos, mistura para bolos, torradas e *snacks*. Seu processo de produção é integrado e verticalizado, produzindo a maior parte de duas das principais matérias-primas para a produção de biscoitos e massas, no caso a farinha de trigo e a gordura vegetal. Cinco de seus moinhos de trigo estão fisicamente integrados a fábricas de biscoitos e massas, eliminando custos de transporte da farinha de trigo utilizada na produção desses dois itens principais.

Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia aprovou a incorporação da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A. (Piraquê), sociedade brasileira que atua no ramo alimentício, através da fabricação e comercialização de massas, biscoitos, salgadinhos e refrescos, empresa que foi adquirida em 16 de maio de 2018 e que possui duas unidades de produção localizadas no Estado do Rio de Janeiro, uma em Madureira, onde funcionam uma fábrica de biscoitos, massas alimentícias e gordura vegetal e outra localizada em Queimados, onde está instalada uma fábrica de biscoitos, operando de forma integrada com unidades destinadas a armazenagem e/ou distribuição de produtos, situadas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Bahia.

Após o processo de incorporação, a Companhia passou a contar com quatorze unidades de produção, sendo oito situadas na região Nordeste (Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte), quatro localizadas na região Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro) e duas instaladas na região Sul (Rio Grande do Sul e Paraná). Nessas unidades operam sete moinhos de trigo, nove fábricas de massas alimentícias, nove fábricas de biscoitos, duas fábricas de gorduras e margarinas vegetais, uma fábrica de *snacks* e bolos, uma fábrica de mistura para bolos e uma fábrica de torradas. Em operação integrada a essa estrutura de produção, a Companhia possui trinta e cinco centros de distribuição destinados à armazenagem, comercialização e/ou distribuição de seus produtos, localizados nos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo e Sergipe.

A Companhia detém as seguintes marcas no mercado nacional: Adria, Aldente, Basilar, Bonsabor, Estrela, Fortaleza, Finna, Isabela, Pelágio, Pilar, Piraquê, Predilieto, Richester, Salsito, Treloso, Vitarella e Zabet.

### 2. Reorganização societária

Conforme já mencionado, em 2018, a Companhia adquiriu a totalidade das ações representativas do capital social da Piraquê. A aquisição foi realizada pelo valor de R\$ 1.449.032, onde R\$ 1.299.032 foram pagos à vista e R\$ 150.000 ficaram retidos para serem liquidados em 5

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(cinco) parcelas, atualizadas pela taxa CDI, descontadas das contingências pagas pela Piraquê decorrentes de fatos anteriores à aquisição, conforme destacado na Nota Explicativa nº 15.3 (i).

Importam ressaltar que também serão objetos de complemento de preço, os benefícios econômicos decorrentes de ativos contingentes apurados pela Piraquê referente a períodos anteriores à data de aquisição, bem como alguns créditos fiscais já reconhecidos, além de depósitos judiciais já realizados até aquela data, que se convertido em renda em favor da Piraquê ou compensados deverão ser repassados aos vendedores.

A operação foi inserida na estratégia da Companhia de participar ativamente do processo de consolidação do setor, ampliando a liderança nacional nos segmentos de massas e biscoitos com crescimento acelerado nas regiões sul e sudeste, incluindo no portfólio produtos de maior valor agregado.

No tocante ao reconhecimento da transação de combinação de negócios, ressalte-se que a Companhia concluiu o período de mensuração de valores justos dos ativos adquiridos e passivos assumidos em 16 de maio de 2019 e, com base no laudo de avaliação emitido por consultoria especializada e independente, alocou o preço de aquisição da seguinte forma:

	<b>Alocação do preço de aquisição</b>
Parcela fixa do preço de aquisição	<b>1.449.032</b>
Parcela de contraprestação contingente do preço (i)	<b>75.137</b>
Total da contraprestação transferida	<b>1.524.169</b>
(-) Ativo de indenização (ii)	<b>(55.829)</b>
Total da contraprestação	<b>1.468.340</b>
(-) Patrimônio líquido da empresa adquirida	<b>(405.847)</b>
Preço pago excedente	<b>1.062.493</b>
(-) Ativos intangíveis identificados a valor justo	<b>(505.466)</b>
Marcas (iii)	(318.510)
Relacionamento não contratual com clientes (iv)	(185.921)
Acordo de não competição (v)	(1.035)
(-) Mais-valia de ativos fixos	<b>(247.496)</b>
(-) Ajuste a valor justo de outros ativos e passivos	<b>52.785</b>
Ágio (parcela no preço não alocada)	<b>362.316</b>

**Nota:** (i) Valor justo da contraprestação contingente na data de aquisição baseado na expectativa de realização de créditos passíveis de serem reembolsados aos antigos sócios. (ii) Refere-se ao ativo de indenização da adquirente reconhecido em função da obrigação dos vendedores em devolver ou descontar da parcela retida do preço as contingências que venham a se materializar; (iii) vida útil indefinida; (iv) vida útil definida estimada em 15,6 anos; (v) vida útil definida estimada em 5 anos.

Com o objetivo de simplificar a estrutura societária da Companhia e auferir maiores ganhos de sinergias pela redução de custos operacionais, promovidos pelo compartilhamento de estruturas, sobretudo administrativas, buscando maximizar benefícios de natureza patrimonial, legal e financeira, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Piraquê, em 27 de novembro de 2019.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

---

O acervo líquido incorporado pela Companhia apresenta a seguinte composição:

<b>Acervo da Piraquê</b>	<b>27/12/2019</b>
Ativo circulante	234.062
Ativo não circulante	519.335
<b>Total do ativo</b>	<b>753.397</b>
Passivo circulante	129.978
Passivo não circulante	184.057
<b>Total do passivo</b>	<b>314.035</b>
<b>Acervo líquido incorporado</b>	<b>439.362</b>

Por se tratar de controlada integral, a incorporação não produziu qualquer alteração na posição patrimonial consolidada, no resultado ou composição societária da Companhia.

Em decorrência do processo de incorporação da Piraquê, a parcela do preço pago excedente registrado como investimentos em empresas controladas na data da incorporação, foi transferida para os respectivos grupos de contas no balanço patrimonial (ativo de indenização para realizável a longo prazo; mais-valia de ativos fixos para imobilizado; marcas, relacionamento não contratual com cliente, acordo de não competição e ágio para ativo intangível; contingências indenizáveis para passivo não circulante).

### **3. Base de preparação**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e contemplam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração da Companhia no processo de gestão.

A autorização para a emissão dessas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 06 de março de 2020.

#### **a) Base de mensuração**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

#### **b) Moeda funcional**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, moeda funcional da Companhia. Em todas as informações financeiras apresentadas em reais os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**c) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos**

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em conformidade com os CPCs e as IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Dessa forma, os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são continuamente revistas, e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem: valor residual do ativo imobilizado, perdas para redução do valor recuperável de contas a receber, estoques e intangíveis com vida útil indefinida, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisão para litígios e demandas judiciais, valor justo de ativos e passivos em combinação de negócios e mensuração de instrumentos financeiros.

**4. Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia e suas controladas estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados. Aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das informações financeiras, são descritas a seguir.

**a) Consolidação**

**i. Controladas**

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram utilizadas informações financeiras das controladas encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

**Participação societária nas controladas**

Descrição	Proporção de participação			
	2019		2018	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
M.Dias Branco International Trading LLC (a)	100,00	-	100,00	-
M.Dias Branco International Trading Uruguay S.A (a)	-	100,00	-	100,00
M.Dias Branco Argentina S.A. (a)	100,00	-	100,00	-
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A (b)	-	-	100,00	-

**Notas:** (a) Investimentos no exterior;

(b) Empresa incorporada em 27 de dezembro de 2019.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

---

### Características das principais controladas

#### **M. Dias Branco International Trading LLC**

Sediada nos Estados Unidos da América, é controlada direta e tem como principal atividade a intermediação de compras de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem e o óleo vegetal que a Companhia utiliza em seu processo produtivo. A empresa encontra-se inoperante e, dessa forma, a Companhia pretende iniciar o procedimento de encerramento dessa subsidiária.

#### **M. Dias Branco International Trading Uruguay S. A.**

Sediada no Uruguai, é controlada indireta e tem como principal atividade a intermediação de compras de matérias-primas, principalmente o trigo para moagem que a Companhia utiliza em seu processo produtivo. A empresa encontra-se inoperante e, dessa maneira, a Companhia iniciou o procedimento de encerramento da entidade.

#### **M. Dias Branco Argentina S. A.**

A Companhia constituiu uma sociedade anônima com sede em Buenos Aires, com o objetivo principal de adquirir, importar e exportar trigo em grão, farinha de trigo e seus derivados. Contudo, a sociedade não chegou a operar e a Companhia decidiu por não dar continuidade ao processo, iniciando os procedimentos de fechamento da entidade.

### ii. Controladas em conjunto

As operações controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais das partes que compartilham o controle.

#### **Operação em conjunto**

##### **Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda ("Tergran")**

A Companhia possui o controle compartilhado com as Companhias Moinho Cearense S.A e J. Macêdo S.A, as quais possuem participação equivalente de 33,33% do seu capital e que nomeiam, de comum acordo, o diretor operacional encarregado pela Administração da Tergran. A Companhia considera o investimento como *joint operation*, ou operação em conjunto, e seus ativos, seus passivos, suas receitas e despesas são reconhecidos, em relação à sua participação, somente nas demonstrações consolidadas, haja vista que a Tergran possui personalidade jurídica própria, e, dessa forma, o investimento é reconhecido nas demonstrações individuais pelo método de equivalência patrimonial.

A Tergran é uma empresa que possui como objeto social a exploração da atividade de operadora portuária, realizando prestação de serviços de descarga e de armazenagem de trigo no Porto de Fortaleza, com o objetivo prioritário de aumentar a produtividade e reduzir custos no descarregamento dos navios cargueiros de trigo para seus três sócios.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

---

**Empreendimento controlado em conjunto**

***Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A.***

A Companhia possui participação societária no empreendimento controlado em conjunto com a Companhia Bunge Alimentos S.A (Bunge), as quais possuem participação equivalente de 50% do seu capital. O Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A. figura como arrendatária no contrato celebrado em 21 de setembro de 2017 com a União, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, que versa sobre arrendamento da área e infraestrutura pública para a movimentação e armazenagem de graneis sólidos de origem vegetal, especialmente trigo, localizada dentro do porto organizado do Rio de Janeiro/RJ. A Companhia reconhece seu investimento em relação à sua participação na operação pelo método de equivalência patrimonial, tanto nas informações financeiras individuais quanto nas consolidadas.

A participação da Companhia nesse negócio insere-se na sua estratégia de aprimoramento logístico para abastecimento de insumos destinados às suas unidades industriais instaladas na região Sudeste.

Em 31 de dezembro de 2019, a empresa encontrava-se em fase pré-operacional, dando início às suas operações em janeiro de 2020.

**b) Conversão de saldos em moeda estrangeira**

***i. Transações e saldos em moeda estrangeira***

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas das respectivas transações. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

***ii. Operações no exterior***

Os valores de ativos e passivos das controladas no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio da data das transações. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido. No momento da venda de uma controlada no exterior, o valor diferido acumulado reconhecido no patrimônio líquido, referente a essa controlada, é reconhecido na demonstração do resultado.

**c) Redução ao valor recuperável**

***i. Ativos financeiros***

A Companhia, no reconhecimento inicial de um ativo financeiro, classifica seus ativos como: custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

---

### Ativos financeiros ao custo amortizado

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos diretamente no resultado.

A Companhia devem avaliar se existe prova objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está sujeito a perda no valor recuperável e, consequentemente, contabilizar a perda estimada do ativo. Para o registro das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa a Companhia adota um modelo de *impairment*, híbrido de perdas esperadas e incorridas, com abordagem simplificada, registrando perdas esperadas durante todo o ciclo das contas a receber de clientes.

### Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

## ii. Ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio e marcas, não estão sujeitos à amortização e são testados para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os testes de *impairment* do ágio e das marcas são realizados, no mínimo, anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

A Administração revisa a cada data de balanço, o valor contábil líquido dos ativos e demais ativos não financeiros, sujeitos à depreciação e amortização, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

## d) Benefícios a empregados

A Companhia concede benefícios de curto prazo aos seus empregados, os quais são mensurados em uma base não descontada e incorridos como despesas, conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo. A participação nos lucros e resultados é reconhecida no resultado como custos e despesas operacionais.

Para diretoria não estatutária existe, ainda, um plano de remuneração baseado em ações, conforme destacado na Nota Explicativa nº 24.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

---

**e) Reconhecimento de receita**

A Companhia reconhece a receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades no momento em que o controle sobre os produtos é transferido, e pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber reconhecida quando: (i) há evidência convincente de que o controle de um bem ou serviço é transferido ao cliente, o que em geral ocorre na sua entrega; (ii) pelo valor que a entidade espera ter direito a receber em troca da transferência do bem ou serviço e (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional, conforme as vendas sejam reconhecidas.

Vale destacar que a entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescritos ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos.

**f) Segmento de negócios**

A Companhia atua no segmento alimentício com as seguintes linhas de produtos: biscoitos, massas, farinha e farelo de trigo, margarinas e gorduras vegetais, bolos, mistura para bolos, torradas e snacks. A produção e comercialização dos produtos alimentícios por parte da Companhia não contam com apuração ou mensuração de lucros ou prejuízos operacionais individualizados, que sejam regularmente revistos pelo principal gestor das operações, seja para subsidiar decisões de investimentos, seja para avaliar seu desempenho em separado.

Dessa forma, levando em conta que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados e que as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são tomadas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

**g) Combinação de negócios e ágio**

Combinações de negócios são registradas na data de aquisição, que representa o momento em que o controle é transferido para a Companhia. Os ativos adquiridos e passivos assumidos numa combinação de negócios são reconhecidos pelos seus respectivos valores justos na data de aquisição.

A Companhia mensura o ágio na data de aquisição como:

- o valor justo da contraprestação transferida que inclui a contraprestação contingente do preço; mais
- o montante reconhecido de qualquer participação não-controladora na adquirida; mais
- se a aquisição foi realizada em estágios, o valor justo de qualquer participação na adquirida antes da aquisição; menos

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

---

- ativos de indenização; menos
- o montante líquido (a valor justo) dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável.

Quando o excedente é negativo, um ganho decorrente do acordo da compra vantajosa é reconhecido imediatamente na demonstração de resultados do exercício.

Os custos de transação, que não sejam aqueles associados com a emissão de títulos de dívida ou de participação acionária, nos quais a Companhia incorre em relação a uma combinação de negócios, são reconhecidos como despesas à medida que são incorridos.

**h) Arrendamento mercantil IFRS 16/ CPC 06 (R2)**

A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2019 as diretrizes do IFRS 16/ CPC 06 (R2) – “Operações de Arrendamento Mercantil”, norma que determinou que os arrendatários reconhecessem a partir da data de transição, o direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para os contratos de arrendamento mercantil e para as operações com contratos que possuem características de arrendamento, ou seja, aquelas que transmitem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. A norma traz ainda como isenção de reconhecimento os arrendamentos de curto prazo, que são aqueles que possuem o prazo remanescente na data de adoção igual ou inferior a doze meses e os contratos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor.

No registro inicial foi adotada abordagem de transição retrospectiva simplificada, que consiste nos seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos: i) os passivos de arrendamento mercantil foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados à taxa incremental sobre os seus empréstimos, agrupadas de forma geral por natureza de ativo e prazo contratual; e ii) ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Os efeitos da mudança desta nova norma estão evidenciados na Nota Explicativa nº 13.

**i) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre lucro IFRIC 23/ ICPC 22**

A nova interpretação, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (IAS 12 – *Income Taxes*) quando os tratamentos fiscais são incertos, em virtude de quaisquer procedimentos fiscais adotados na apuração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) ou da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) que possam ser questionados por autoridade fiscal e, conseqüentemente, implicar aumento ou diminuição de ativos, passivos fiscais correntes e diferidos.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia avaliou a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tratamento fiscal de tributos sobre o lucro considerados como incertos e concluiu que não há impactos do ICPC 22, dado que os procedimentos adotados para apuração e reconhecimento dos tributos sobre o lucro refletem a aplicação das normas tributárias, bem como uma interpretação adequada considerando decisões e precedentes administrativos e judiciais.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e bancos	3.202	6.335	3.267	6.626
Aplicações financeiras em renda fixa	345.110	344.561	345.110	444.374
<b>Total</b>	<b>348.312</b>	<b>350.896</b>	<b>348.377</b>	<b>451.000</b>

O saldo das aplicações financeiras em renda fixa, em 31 de dezembro de 2019, refere-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) pós-fixados, remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) à rentabilidade média de 101,52%, (101,32% em 31 de dezembro de 2018). Essas aplicações são mantidas para negociação imediata e estão disponíveis para utilização nas operações da Companhia.

**6. Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são avaliadas pelo montante original da venda deduzido dos descontos concedidos, créditos de clientes e perdas estimadas, e estão apresentados da seguinte forma:

Composição dos saldos	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
No país	1.012.360	992.779	1.012.568	1.106.724
No exterior	27.112	13.700	27.112	13.700
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(81.884)	(57.885)	(81.884)	(74.714)
<b>Total</b>	<b>957.588</b>	<b>948.594</b>	<b>957.796</b>	<b>1.045.710</b>
Circulante	957.325	946.653	957.533	1.043.026
Não Circulante	263	1.941	263	2.684

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Aging list Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
A vencer	877.762	870.255	877.970	952.855
Vencidas	161.710	136.224	161.710	167.569
1 a 30 dias	60.135	62.500	60.135	72.831
31 a 60 dias	6.223	7.463	6.223	11.919
61 a 90 dias	8.040	6.514	8.040	7.820
91 a 180 dias	13.529	9.464	13.529	10.752
181 a 360 dias	24.665	12.189	24.665	14.071
mais de 360 dias	49.118	38.094	49.118	50.176
Subtotal	1.039.472	1.006.479	1.039.680	1.120.424
(-) Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	(81.884)	(57.885)	(81.884)	(74.714)
Contas a receber	957.588	948.594	957.796	1.045.710

A companhia adota um modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas, com abordagem simplificada, registrando perdas esperadas durante todo o ciclo das contas a receber de clientes. O modelo parte da avaliação das vendas realizadas em um período de 12 meses e do montante considerado incobrável relacionado a esse período. Do resultado apurado, levanta-se as taxas de inadimplência por "faixa" de recebimento que são aplicadas sobre o saldo das contas a receber de clientes.

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa é apresentada a seguir:

Detalhamento da movimentação	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>50.335</b>	<b>50.335</b>
Combinação de negócio - Piraquê	-	17.122
Provisão/(Reversão) de perdas estimadas no exercício	17.686	17.393
Baixas	(10.136)	(10.136)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>57.885</b>	<b>74.714</b>
Acervo de incorporação	7.520	-
Provisão/(Reversão) de perdas estimadas no exercício	27.103	30.658
Baixas	(10.624)	(23.488)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>81.884</b>	<b>81.884</b>

## 7. Estoques

O custo dos estoques baseia-se no custo médio ponderado, e os estoques incluem todos os gastos relativos a transporte, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros custos incorridos no seu traslado até as suas localizações e condições existentes. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, além dos custos dos materiais diretos e mão de obra, os estoques incluem os gastos gerais de fabricação, com base na capacidade normal de produção.

Os saldos dos estoques estão apresentados da seguinte forma:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Produtos acabados	213.134	108.007	213.134	124.856
Produtos em elaboração	25.231	28.305	25.231	30.208
Matérias-primas	308.026	384.888	308.026	401.690
Materiais de embalagens e almoxarifado	154.154	140.201	154.154	157.611
Materiais auxiliares e de manutenção	31.910	33.863	31.934	34.293
Importações em andamento <sup>(1)</sup>	61.172	426	61.172	936
Adiantamentos a fornecedores	5.417	16.026	5.417	16.026
<b>Total</b>	<b>799.044</b>	<b>711.716</b>	<b>799.068</b>	<b>765.620</b>

**Nota:** <sup>(1)</sup> Referem-se à importação de trigo e óleo.

A Companhia tem como política de avaliação da obsolescência de estoques o controle de data de validade dos itens e a análise daqueles sem movimentação há mais de 180 dias. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha perdas estimadas para redução do valor recuperável de estoque no montante de R\$ 8.533 (R\$ 4.885 em 31 de dezembro de 2018).

A movimentação perdas estimadas para redução do valor recuperável de estoque é apresentada a seguir:

Detalhamento da movimentação	Controladora e Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>8.814</b>
Provisão/(Reversão) de perdas estimadas no exercício	(2.022)
Baixas	(1.907)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>4.885</b>
<b>Provisão/(Reversão) de perdas estimadas no exercício</b>	<b>3.902</b>
<b>Baixas</b>	<b>(254)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>8.533</b>

## 8. Tributos a recuperar

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ICMS (i)	107.480	82.888	107.480	84.576
Imposto de renda e contribuição social (ii)	32.060	33.924	32.060	39.364
PIS e Cofins (iii)	194.606	8.340	194.606	10.972
Imposto de renda retido na fonte	4.371	11.386	4.373	11.438
IRPJ – crédito do PAT (iv)	7.713	7.331	7.713	7.331
IOF Créditos Extemporâneo	3.967	3.915	3.967	3.915
IPI s/ embalagem (v)	44.836	44.259	44.836	44.259
INSS (vi)	36.136	-	36.136	-
Outros	5.246	6.110	5.246	7.419
<b>Total</b>	<b>436.415</b>	<b>198.153</b>	<b>436.417</b>	<b>209.274</b>
Circulante	162.535	121.046	162.537	132.167
Não circulante	273.880	77.107	273.880	77.107

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

---

Destacam-se as principais origens dos tributos a recuperar:

- (i) ICMS: trata-se substancialmente de (a) créditos de aquisição de ativo imobilizado; (b) ressarcimento de ICMS pago na forma de substituição tributária das operações com o trigo, líquidos de perdas estimadas por redução ao valor recuperável, no montante de R\$ 50.351;
- (ii) Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), decorrentes de ajuste anual da declaração de imposto de renda da pessoa jurídica e CSLL 92 - Indébito transitado em julgado;
- (iii) PIS e Cofins, em virtude de pagamento a maior, créditos sobre aquisições de insumos e créditos extemporâneos decorrentes de ações judiciais ou administrativas, com destaque para as ações de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins, no montante de R\$ 174.351 e da exclusão da bonificação, na ordem de R\$ 5.842;
- (iv) Crédito de IRPJ relativo ao incentivo do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT);
- (v) Crédito de IPI pago sobre embalagem no período 1993 a 1998; e
- (vi) Crédito INSS decorrente de trânsito em julgado parcial de ação judicial (aviso prévio indenizado e 1/3 de férias), no montante de R\$ 36.136.

**Reconhecimento de créditos tributários decorrentes do trânsito em julgado da ação de exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS**

No tocante a essa matéria, a Companhia possui nove ações judiciais transitadas em julgado, no período de dezembro de 2018 a novembro de 2019, das quais três foram ajuizadas por M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos e as demais foram interpostas por empresas já incorporadas.

Ao longo de 2019, a Companhia adotou procedimentos para mensuração e reconhecimento dos créditos. Para o período anterior ao exercício de 2004, a Companhia ainda não identificou a documentação física e digital que suporte tal levantamento, em decorrência da inexistência de sistemas digitais específicos. Para tanto, está buscando mecanismos alternativos para mensuração dos valores em tais períodos.

No que diz respeito ao período entre os exercícios de 2008 a 2013, a Companhia identificou diversos eventos societários (incorporação das empresas Adria, Vitarella, Pelágio, Santa Lúcia) e alterações significativas da legislação relacionada às suas operações (Atos COTEPE n.º 28/11, 53/11, Protocolos ICMS n.º 184/09, 81/10, 86/10, dentre outros), fatores que tem demandado análises mais complexas para a apuração total dos valores.

Assim, a Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o montante de R\$ 174.351 atualizados pela Selic, referente às operações da M. Dias Branco com base apenas na metodologia prevista na Solução de Consulta COSIT nº 13/2018 (emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil), por entender que é o valor inconteste passível de recuperação.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

A Companhia seguirá com a apuração e reconhecimento na medida em que for mensurando os demais períodos envolvidos, inclusive pela metodologia julgada pelo Supremo Tribunal Federal e estima finalizar todo o levantamento e reconhecimentos respectivos até junho de 2020.

O montante de imposto a recuperar, registrado no ativo não circulante, apresenta a seguinte expectativa de realização:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
	2019
2021	<b>258.037</b>
2022	<b>8.337</b>
2023	<b>5.914</b>
2024	<b>1.592</b>
<b>Total</b>	<b>273.880</b>

## 9. Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas e controladas em conjunto são avaliados por equivalência patrimonial.

Os outros investimentos são avaliados ao custo de aquisição deduzido de perdas de redução do valor recuperável, quando aplicável.

### a) Composição dos saldos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Participações em companhias controladas e controladas em conjunto	<b>54.519</b>	438.441	<b>51.984</b>	14.873
Adiantamento para subscrição de capital	<b>1.716</b>	-	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	-	361.620	-	-
Valor justo de ativos adquiridos e passivos assumidos	-	748.984	-	-
Outros	<b>889</b>	140	<b>889</b>	889
<b>Total</b>	<b>57.124</b>	1.549.185	<b>52.873</b>	15.762

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**b) Movimentação dos investimentos em controladas**

Detalhamento da movimentação	Controladora							Consolidado		
	Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	M. Dias Branco Argentina S. A.	M. Dias Branco International Trading LLC	Terminal de Trigo do Rio de Janeiro – Logística S. A	Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A.(2)	Outros	Total	Terminal de Trigo do Rio de Janeiro – Logística S. A	Outros	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	2.834	3	108	8.591	-	140	11.676	8.591	140	8.731
Equivalência patrimonial	(140)	-	-	(1.418)	14.900	-	13.342	(1.418)	-	(1.418)
Depreciações, amortizações e baixas de mais-valia de ativos líquidos	-	-	-	-	(7.023)	-	(7.023)	-	-	-
Aquisição em participação societária <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	1.523.473	-	1.523.473	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	7.700	-	-	7.700	7.700	-	7.700
Variação cambial	-	(1)	18	-	-	-	17	-	-	-
Outros investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	749	749
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.694</b>	<b>2</b>	<b>126</b>	<b>14.873</b>	<b>1.531.350</b>	<b>140</b>	<b>1.549.185</b>	<b>14.873</b>	<b>889</b>	<b>15.762</b>
Equivalência patrimonial <sup>(1)</sup>	(291)	-	-	(889)	15.904	-	14.724	(889)	-	(889)
Lucros não realizados em operações com controladas <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	(2.810)	-	(2.810)	-	-	-
Depreciações, amortizações e baixas de mais-valia de ativos líquidos <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	(22.625)	-	(22.625)	-	-	-
Aquisição em participação societária	-	-	-	-	696	-	696	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	38.000	-	-	38.000	38.000	-	38.000
Adiantamento de Subscrição de Capital	1.716	-	-	-	-	-	1.716	-	-	-
Variação cambial	-	(1)	5	-	-	-	4	-	-	-
Acervo de incorporação	-	-	-	-	(436.651)	749	(435.902)	-	-	-
Transferência de ágio, mais-valia de ativos líquidos e lucros não realizados	-	-	-	-	(1.085.864)	-	(1.085.864)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>4.119</b>	<b>1</b>	<b>131</b>	<b>51.984</b>	<b>-</b>	<b>889</b>	<b>57.124</b>	<b>51.984</b>	<b>889</b>	<b>52.873</b>

**Nota:** <sup>(1)</sup> A equivalência patrimonial registrada no exercício de 2019 totalizou R\$ (10.711), dos quais R\$ 14.724 refere-se à participação de investimentos em controladas, R\$ (22.625) à amortização da mais-valia de ativos e R\$ (2.810) reversão de lucros não realizados em operações com controlada. <sup>(2)</sup> A Indústria de Alimentos Piraquê foi incorporada em 27 de dezembro de 2019.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 10. Propriedades para investimento

As propriedades para investimentos são mensuradas pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável acumulados, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A taxa de depreciação ponderada que expressa o tempo de vida útil dos bens classificados como propriedades para investimento é de 1,90% em 2019 (3,46% em 2018).

### a) Movimentação de propriedades para investimento

Detalhamento da movimentação	Controladora e Consolidado		
	Edificações	Terrenos	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	11.552	11.163	22.715
Depreciação	(371)	-	(371)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>11.181</b>	<b>11.163</b>	<b>22.344</b>
Adição <sup>(1)</sup>	12.502	27.677	40.179
Baixa <sup>(2)</sup>		(1.875)	(1.875)
Depreciação	(5.423)	-	(5.423)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>18.260</b>	<b>36.965</b>	<b>55.225</b>

**Nota:** <sup>(1)</sup> Reclassificação do imobilizado para propriedade para investimento;

<sup>(2)</sup> Venda parcial do terreno do Moinho Santa Lúcia.

Em 2019, face à desistência da construção da planta industrial em Juiz de Fora, o terreno adquirido com tal propósito foi transferido para propriedade para investimento, além do imóvel localizado em Recife, cujas operações de distribuição foram transferidas para um novo centro de distribuição em Paulista/PE. Assim, as propriedades para investimento contemplam seis imóveis localizados na Bahia, Ceará, Pernambuco, Piauí e Minas Gerais.

O valor justo de tais imóveis está representado pelo montante de R\$ 112.782, enquanto os quatro imóveis existentes no ano de 2018 estão representados pelo montante de R\$ 52.729, com base em laudos de avaliação emitidos por avaliadores externos.

## 11. Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, aplicando-se o método linear às taxas estabelecidas, e leva em conta o tempo de vida útil estimado dos bens, refletindo, assim, o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no final de cada período e ajustados de forma prospectiva.

As taxas de depreciação e amortização ponderadas que expressam o tempo de vida útil dos bens do ativo imobilizado e do direito de uso, respectivamente, estão assim distribuídas:

Descrição	Taxa de depreciação % (a.a)			
	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Edificações	1,67	1,82	1,61	1,71
Máquinas e equipamentos	5,94	5,88	5,92	5,91
Móveis e utensílios	9,48	9,52	8,19	8,16
Veículos	6,88	7,06	6,91	7,06
Instalações	5,72	5,63	5,33	5,24
Direito de uso <sup>(1)</sup>	11,93	-	14,73	-
Outros	4,95	5,13	4,95	5,11

**Nota:** <sup>(1)</sup>Ver Nota Explicativa nº 13.

**a) Movimentação do imobilizado**

Controladora

Custo	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento	Outros <sup>(4)</sup>	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	716.984	1.937.213	77.293	67.457	292.188	555.503	206.949	3.853.587
Adições	595	8.290	1.592	69	1.650	262.007	2.202	276.405
Baixas	(39)	(2.019)	(193)	(4.784)	(41)	(109)	(379)	(7.564)
Transferências	51.444	185.260	3.913	199	45.482	(292.949)	6.651	-
Reclassificação <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	-	(361)	-	(361)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>768.984</b>	<b>2.128.744</b>	<b>82.605</b>	<b>62.941</b>	<b>339.279</b>	<b>524.091</b>	<b>215.423</b>	<b>4.122.067</b>
Adições	2.317	7.830	2.245	565	1.580	271.051	4.298	289.886
Apropriação de créditos tributários	(16.232)	(6.343)	-	-	-	-	-	(22.575)
Acervo de incorporação	184.440	417.729	10.583	31.191	21.158	39.092	15.451	719.644
Mais -valia de ativos	91.271	78.397	1.050	(87)	-	-	76.865	247.496
Direito de uso <sup>(2)</sup>	78.219	-	-	7.609	-	-	1.185	87.013
Baixas	(794)	(5.966)	(294)	(2.944)	(32)	(82)	(164)	(10.276)
Transferências	249.518	198.783	6.948	460	29.181	(493.265)	8.375	-
Reclassificação <sup>(3)</sup>	(12.432)	-	-	-	(888)	134	(26.860)	(40.046)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.345.291</b>	<b>2.819.174</b>	<b>103.137</b>	<b>99.735</b>	<b>390.278</b>	<b>341.021</b>	<b>294.573</b>	<b>5.393.209</b>

**Nota:** <sup>(1)</sup>Reclassificação para o intangível em junho de 2018 R\$ 361; <sup>(2)</sup>Ver Nota Explicativa nº 13; <sup>(3)</sup>Reclassificação principalmente do imobilizado para propriedade para investimentos R\$ 40.179; <sup>(4)</sup>Refere-se, principalmente, a terrenos, benfeitorias, computadores e periféricos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Depreciação	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento	Outros	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	(192.304)	(910.366)	(50.696)	(44.395)	(118.344)	-	(70.512)	(1.386.617)
Depreciação	(12.462)	(96.877)	(5.010)	(2.929)	(15.696)	-	(8.572)	(141.546)
Baixas	2	1.763	161	4.138	39	-	378	6.481
Transferências	11	2	-	-	-	-	(13)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(204.753)</b>	<b>(1.005.478)</b>	<b>(55.545)</b>	<b>(43.186)</b>	<b>(134.001)</b>	<b>-</b>	<b>(78.719)</b>	<b>(1.521.682)</b>
Depreciação	(13.992)	(107.305)	(5.221)	(2.676)	(18.609)	-	(7.133)	(154.936)
Acervo de incorporação	(30.139)	(286.311)	(7.195)	(8.861)	(9.129)	-	(8.518)	(350.153)
Mais - valia de ativos	(4.334)	(13.900)	(202)	73	-	-	(366)	(18.729)
Amortização direito de uso <sup>(1)</sup>	(5.833)	-	-	(3.158)	-	-	(1.094)	(10.085)
Baixas	24	3.259	230	2838	14	-	155	6.520
Transferências	56	12	(33)	-	(7)	-	(28)	-
Reclassificação <sup>(2)</sup>	5.106	-	-	-	757	-	(817)	5.046
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(253.865)</b>	<b>(1.409.723)</b>	<b>(67.966)</b>	<b>(54.970)</b>	<b>(160.975)</b>	<b>-</b>	<b>(96.520)</b>	<b>(2.044.019)</b>
Saldos líquidos								
Saldos em 31 de dezembro de 2018	564.231	1.123.266	27.060	19.755	205.278	524.091	136.704	2.600.385
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.091.426</b>	<b>1.409.451</b>	<b>35.171</b>	<b>44.765</b>	<b>229.303</b>	<b>341.021</b>	<b>198.053</b>	<b>3.349.190</b>

**Nota:** <sup>(1)</sup> Ver Nota Explicativa nº 13. <sup>(2)</sup> Reclassificação para propriedade para investimentos R\$ 5.046.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$ 198.053, apresentado em "outros", refere-se, principalmente, a terrenos (R\$ 145.871), benfeitorias (R\$ 37.702), computadores e periféricos (R\$ 11.769) e outras imobilizações (R\$ 2.711).

**Consolidado**

Custo	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento	Outros <sup>(4)</sup>	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	720.008	1.939.722	77.359	67.456	292.562	555.503	207.065	3.859.675
Combinação de negócio-Piraquê	182.895	418.403	9.742	2.463	21.166	3.518	17.886	656.073
Mais-valia (Nota Explicativa nº 2)	91.271	78.683	768	(87)	-	-	76.861	247.496
Adições	595	9.105	1.817	70	1.652	265.833	2.287	281.359
Baixas	(38)	(4.710)	(208)	(5.788)	(76)	(108)	(379)	(11.307)
Transferências	51.444	185.302	3.913	170	45.482	(292.962)	6.651	-
Reclassificação <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	-	(361)	-	(361)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.046.175</b>	<b>2.626.505</b>	<b>93.391</b>	<b>64.284</b>	<b>360.786</b>	<b>531.423</b>	<b>310.371</b>	<b>5.032.935</b>
Adições	3.434	11.802	2.842	565	1.993	303.759	3.557	327.952
Apropriação de créditos tributários	(16.232)	(6.343)	-	-	-	-	-	(22.575)
Direito de uso <sup>(2)</sup>	79.561	-	-	37.408	-	-	2.016	118.985
Baixas	(795)	(6.823)	(2.641)	(2.982)	(33)	(785)	(2.165)	(16.224)
Transferências	249.518	199.028	6.948	460	29.181	(493.510)	8.375	-
Reclassificação <sup>(3)</sup>	(12.311)	(2.254)	2.673	-	(890)	134	(27.338)	(39.986)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.349.350</b>	<b>2.821.915</b>	<b>103.213</b>	<b>99.735</b>	<b>391.037</b>	<b>341.021</b>	<b>294.816</b>	<b>5.401.087</b>

**Nota:** <sup>(1)</sup> Reclassificação para o intangível em junho de 2018 R\$ 361; <sup>(2)</sup> Ver Nota Explicativa nº 13; <sup>(3)</sup> Reclassificação principalmente do imobilizado para propriedade para investimentos R\$ 40.179; <sup>(4)</sup> Refere-se, principalmente, a terrenos, benfeitorias, computadores e periféricos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Depreciação	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Imobilizações em andamento	Outros	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	(194.669)	(912.643)	(50.740)	(44.394)	(118.650)	-	(70.618)	(1.391.714)
Combinação de negócio-Piraquê	(19.341)	(245.420)	(6.927)	(1.477)	(7.614)	-	(8.685)	(289.464)
Depreciação da mais-valia	(1.734)	(5.593)	(49)	29	-	-	(145)	(7.492)
Depreciação	(14.414)	(115.318)	(5.319)	(2.962)	(16.290)	-	(8.976)	(163.279)
Baixas	2	4.364	176	4.534	49	-	377	9.502
Transferências	11	(26)	-	29	-	-	(14)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(230.145)</b>	<b>(1.274.636)</b>	<b>(62.859)</b>	<b>(44.241)</b>	<b>(142.505)</b>	<b>-</b>	<b>(88.061)</b>	<b>(1.842.447)</b>
Depreciação da mais-valia	(2.600)	(8.389)	(74)	44	-	-	(218)	(11.237)
Depreciação	(22.006)	(137.358)	(4.636)	(1.490)	(19.557)	-	(7.664)	(192.711)
Amortização direito de uso <sup>(1)</sup>	(6.893)	-	-	(10.895)	-	-	(1.104)	(18.892)
Baixas	24	6.922	1.257	1.613	14	-	934	10.764
Transferências	56	12	(33)	-	(7)	-	(28)	-
Reclassificação <sup>(2)</sup>	5.106	1.368	(1.671)	-	756	-	(513)	5.046
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>(256.458)</b>	<b>(1.412.081)</b>	<b>(68.016)</b>	<b>(54.969)</b>	<b>(161.299)</b>	<b>-</b>	<b>(96.654)</b>	<b>(2.049.477)</b>
Saldos líquidos								
Saldos em 31 de dezembro de 2018	816.030	1.351.869	30.532	20.043	218.281	531.423	222.310	3.190.488
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.092.892</b>	<b>1.409.834</b>	<b>35.197</b>	<b>44.766</b>	<b>229.738</b>	<b>341.021</b>	<b>198.162</b>	<b>3.351.610</b>

**Nota:** <sup>(1)</sup> Ver Nota Explicativa nº 13; <sup>(2)</sup> Reclassificação para propriedade para investimentos R\$ 5.046.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de R\$ 198.162, apresentado em "outros", refere-se, principalmente, a terrenos (R\$ 145.871), benfeitorias (R\$ 37.702), computadores de periféricos (R\$ 12.106) e outros imobilizações (R\$ 2.483).

A depreciação do imobilizado reconhecida no resultado consolidado em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 211.156 (R\$ 185.124 em 31 de dezembro de 2018).

**b) Benfeitorias em imóveis de terceiros**

A Companhia possui contratos de arrendamento de áreas portuárias onde estão instaladas três unidades fabris localizadas nas cidades de Cabedelo (PB), Fortaleza (CE) e Natal (RN). Nesses imóveis são realizadas benfeitorias que são amortizadas no menor período entre o prazo dos contratos de arrendamento e a vida útil dos bens. O saldo em 31 de dezembro de 2019 totalizava R\$ 36.869.

Segue detalhamento dos bens classificados como benfeitoria em imóveis de terceiros:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Benfeitoria em edificações	73.218	71.794
Depreciação acumulada	(35.588)	(32.431)
	<b>37.630</b>	<b>39.363</b>

**c) Garantias**

Em 31 de dezembro de 2019, o valor dos bens dado em garantia em operações diversas totalizava R\$ 939.135 (R\$ 797.747 em 31 de dezembro de 2018), sem considerar depreciações acumuladas.

**d) Custos de empréstimos**

O valor dos custos de empréstimos capitalizados em 31 de dezembro de 2019 totalizou R\$ 139 (R\$ 2.267 em 31 de dezembro de 2018). A taxa média utilizada para capitalização foi de 5,44 % (5,10% em 31 de setembro de 2018).

**e) Teste do valor recuperável dos ativos**

O ativo imobilizado da Companhia é submetido à análise de indicação de perda de seu valor recuperável para assegurar que o valor contábil não supera o valor recuperável. Após a análise de fontes de informações externas e internas, os ativos não apresentaram qualquer indício de perda, desvalorização ou dano físico que pudesse comprometer o fluxo de caixa futuro da Companhia.

## **12. Intangível**

Os intangíveis são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Caso os ativos intangíveis sejam adquiridos em uma combinação de negócios, são mensurados ao valor justo na data da aquisição.

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Ativos com vida útil definida</b>				
Softwares em operação	<b>88.730</b>	57.891	<b>88.730</b>	65.335
Softwares em andamento <sup>(1)</sup>	<b>26.841</b>	36.303	<b>26.841</b>	36.303
(-) Amortização acumulada	<b>(48.321)</b>	(30.870)	<b>(48.321)</b>	(38.013)
	<b>67.250</b>	63.324	<b>67.250</b>	63.625
<b>Outros Intangíveis</b>				
Relacionamento não contratual com clientes	<b>166.214</b>	-	<b>166.214</b>	178.038
Acordos de não competição	<b>690</b>	-	<b>690</b>	897
	<b>166.904</b>	-	<b>166.904</b>	178.935
<b>Ativos com vida útil indefinida</b>				
<b>Marcas</b>				
Vitarella	<b>107.011</b>	107.011	<b>107.011</b>	107.011
Pilar	<b>33.815</b>	33.815	<b>33.815</b>	33.815
Estrela, Pelágio e Salsito	<b>75.559</b>	75.559	<b>75.559</b>	75.559
Predilieto e Bonsabor	<b>11.530</b>	11.530	<b>11.530</b>	11.530
Piraquê e Aldente	<b>318.510</b>	-	<b>318.510</b>	318.510
(-) Perdas estimadas para redução ao valor recuperável de ativos <sup>(2)</sup>	<b>(7.699)</b>	(7.699)	<b>(7.699)</b>	(7.699)
Outras	<b>5.121</b>	5.072	<b>5.121</b>	5.072
	<b>543.847</b>	225.288	<b>543.847</b>	543.798
<b>Ágio pago por rentabilidade futura</b>				
Adria Alimentos do Brasil Ltda.	<b>34.037</b>	34.037	<b>34.037</b>	34.037
Vitarella	<b>400.710</b>	400.710	<b>400.710</b>	400.710
Pilar	<b>27.941</b>	27.941	<b>27.941</b>	27.941
Pelágio e J. Brandão	<b>67.661</b>	67.661	<b>67.661</b>	67.661
Moinho Santa Lúcia	<b>42.363</b>	42.363	<b>42.363</b>	42.363
Piraquê	<b>362.316</b>	-	<b>362.316</b>	361.620
Outros <sup>(3)</sup>	<b>9.384</b>	9.384	<b>9.384</b>	9.384
	<b>944.412</b>	582.096	<b>944.412</b>	943.716
	<b>1.722.413</b>	870.708	<b>1.722.413</b>	1.730.074

**Nota:** <sup>(1)</sup>Projetos de implantação de software em andamento com prazo estimado para conclusão em 2020; <sup>(2)</sup>Provisão para redução do valor recuperável da marca Predilieto; <sup>(3)</sup>Ágio decorrente de acervo líquido da empresa Craiova Participações Ltda., incorporada à Adria Alimentos do Brasil Ltda. em 27 de agosto de 2002.

Os softwares são amortizados durante cinco anos, exceto o sistema ERP, que é amortizado por dez anos, prazo definido com base no tempo de vida útil estimado e que reflete o benefício econômico do ativo intangível; já o relacionamento não contratual com cliente e acordo de não competição, ativos identificados no processo de alocação do preço de aquisição da Piraquê, tem vida útil definida de 15,6 anos e 5 anos, respectivamente. O ativos são amortizados pelo método linear ao longo de sua vida útil estimada.

Os ágios pagos por rentabilidade futura não são amortizados, e seu valor recuperável é testado anualmente.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**a) Movimentação do intangível**

**Controladora**

Detalhamento da movimentação	Software	Marcas	Relacionamento não contratual com clientes	Acordo de não competição	Ágio na aquisição de investimentos	Total
<b>SalDOS em 31 de dezembro de 2017</b>	49.771	224.963	-	-	582.096	856.830
Aquisições <sup>(1)</sup>	19.234	325	-	-	-	19.559
Reclassificação	361	-	-	-	-	361
Amortizações	(6.042)	-	-	-	-	(6.042)
<b>SalDOS em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>63.324</b>	<b>225.288</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>582.096</b>	<b>870.708</b>
Aquisições <sup>(1)</sup>	13.715	49	-	-	-	13.764
Acervo de incorporação	471	-	-	-	-	471
Mais-valia de ativos/ágio	-	318.510	166.214	690	362.316	847.730
Baixas	(58)	-	-	-	-	(58)
Reclassificação <sup>(2)</sup>	(134)	-	-	-	-	(134)
Amortizações	(10.068)	-	-	-	-	(10.068)
<b>SalDOS em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>67.250</b>	<b>543.847</b>	<b>166.214</b>	<b>690</b>	<b>944.412</b>	<b>1.722.413</b>

**Nota:** <sup>(1)</sup>Referem-se principalmente aos projetos ADP - Folha de Pagamento R\$ 5.293 (R\$ 9.188 em 31 de dezembro de 2018), HCM - Gestão de Capital Humano R\$ 4.833 e outros projetos R\$ 2.606 (R\$ 5.272 em 31 de dezembro de 2018); <sup>(2)</sup>Reclassificação para imobilizado R\$ 134.

**Consolidado**

Detalhamento da movimentação	Software	Marcas	Relacionamento não contratual com clientes	Acordo de não competição	Ágio na aquisição de investimentos	Total
<b>SalDOS em 31 de dezembro de 2017</b>	49.771	224.963	-	-	582.096	856.830
Combinação de negócio-Piraquê	388	318.510	185.921	1.035	361.620	867.474
Amortizações de mais-valia	-	-	(7.883)	(138)	-	(8.021)
Aquisições	19.437	325	-	-	-	19.762
Reclassificação	361	-	-	-	-	361
Amortizações	(6.332)	-	-	-	-	(6.332)
<b>SalDOS em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>63.625</b>	<b>543.798</b>	<b>178.038</b>	<b>897</b>	<b>943.716</b>	<b>1.730.074</b>
Combinação de negócio-Piraquê	-	-	-	-	696	696
Amortizações de mais-valia	-	-	(11.824)	(207)	-	(12.031)
Aquisições	14.164	49	-	-	-	14.213
Baixas	(57)	-	-	-	-	(57)
Reclassificação	(134)	-	-	-	-	(134)
Amortizações	(10.348)	-	-	-	-	(10.348)
<b>SalDOS em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>67.250</b>	<b>543.847</b>	<b>166.214</b>	<b>690</b>	<b>944.412</b>	<b>1.722.413</b>

A Companhia registrou como despesa os gastos com pesquisa e desenvolvimento, no valor de R\$ 11.620 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 10.407 em 31 de dezembro de 2018).

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

---

**b) Teste do valor recuperável dos ágios e marcas**

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia aplicou teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis com vida útil indefinida (ágio e marca), baseado no seu valor em uso, com a utilização do modelo de fluxo de caixa descontado.

Importa ressaltar que o processo de estimativa do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e projeções sobre os fluxos de caixa futuros, antes do imposto de renda e da contribuição social, taxas de crescimento e de desconto. Assim, as premissas do modelo tomaram por base as expectativas de crescimento do orçamento anual da Companhia, aprovado pela diretoria, seu desempenho histórico, bem como dados de mercado, representando, assim, a melhor estimativa da Administração acerca das condições econômicas que poderão prevalecer durante a vida útil econômica dos ativos que são responsáveis pela geração dos fluxos de caixa.

De acordo com as técnicas de avaliação de empresa, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 5 anos mais perpetuidade, e o modelo baseou-se nas seguintes premissas fundamentais:

- as receitas líquidas foram projetadas considerando-se um crescimento médio anual em torno de 7,8% (volume 4,2% e preço 3,4%), em função do desempenho histórico e das expectativas quanto ao desempenho futuro;
- os custos e despesas operacionais foram projetados com base no desempenho histórico da Companhia e em sua expectativa quanto à evolução dos custos dos insumos no contexto do crescimento das vendas projetadas;
- os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infraestrutura necessária para suportar o crescimento das vendas;
- os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a uma única taxa de desconto de 8,9% (8,8% em 2018). A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções além do período de 5 anos foi de 4% (4% em 31 de dezembro de 2018).

No caso específico do teste de *impairment* do ágio pago na aquisição da Piraquê, a avaliação do valor em uso foi efetuada por um período de 9 anos mais perpetuidade, considerando também como premissas para projetar volumes, preços, custos e despesas, o desempenho histórico da Piraquê e o orçamento anual. Os fluxos de caixa foram descontados a uma taxa de 9,8% e a taxa de 4% foi aplicada para extrapolar as projeções além do período de 9 anos.

Nesse processo de avaliação, o valor da Companhia obtido nos testes de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas, já que o valor contábil dos ativos não excedeu seu valor estimado de uso na data da avaliação.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**13. Arrendamento mercantil**

No processo de análise das mudanças introduzidas pelo Pronunciamento Técnico 06 (R2) – Arrendamento Mercantil, a Companhia reconheceu ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento de áreas portuárias onde estão instaladas três unidades fabris, conforme especificado na Nota Explicativa nº 11, letra b, contratos de aluguéis de imóveis, impressoras e locação de veículos.

A seguir, são apresentadas a mensuração inicial dos ativos e passivos, bem como as respectivas movimentações no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

**a) Direito de uso:**

Controladora	Imóveis <sup>(1)</sup>	Veículos	Computadores e periféricos	Total
<b>Reconhecimento inicial em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>33.324</b>	<b>7.119</b>	<b>2.027</b>	<b>42.470</b>
Adições	45.090	-	-	45.090
Acervo de Incorporação	282	22.062	822	23.166
Ajuste no contrato	(195)	489	(842)	(548)
Amortizações	(5.833)	(3.158)	(1.094)	(10.085)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>72.668</b>	<b>26.512</b>	<b>913</b>	<b>100.093</b>

**Nota:** <sup>(1)</sup> O reconhecimento inicial contempla o saldo de despesa diferida existente em 31 de dezembro de 2018 relativo a antecipação de pagamento de contrato de arrendamento, no montante de R\$ 2.667.

Consolidado	Imóveis <sup>(1)</sup>	Veículos	Computadores e periféricos	Total
<b>Reconhecimento inicial em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>34.617</b>	<b>36.550</b>	<b>2.829</b>	<b>73.996</b>
Adições	45.090	369	-	45.459
Ajuste no contrato	(146)	488	(813)	(471)
Amortizações	(6.893)	(10.895)	(1.103)	(18.891)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>72.668</b>	<b>26.512</b>	<b>913</b>	<b>100.093</b>

**Nota:** <sup>(1)</sup> O reconhecimento inicial contempla o saldo de despesa diferida existente em 31 de dezembro de 2018 relativo a antecipação de pagamento de contrato de arrendamento, no montante de R\$ 2.667.

As taxas médias de desconto utilizadas na mensuração inicial, baseadas em cotações junto a instituições financeiras, os vencimentos dos contratos e as respectivas taxas de amortização ponderadas que expressam o tempo de realização dos direitos de uso, estão assim distribuídos:

Natureza dos contratos	Taxa média de desconto	Vencimento <sup>(1)</sup>	Taxa de amortização	
			Controladora	Consolidado
Imóveis portuários	12,27%	mai/32	8,02%	8,02%
Imóveis	11,53%	ago/29	14,61%	14,61%
Veículos	10,15%	mai/23	30,56%	38,38%
Impressora	11,46%	dez/21	92,31%	53,45%

**Nota:** <sup>(1)</sup> Considerado o último vencimento do grupo de contratos.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**b) Passivo de arrendamento**

<b>Detalhamento da movimentação</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Reconhecimento inicial em 01 de janeiro de 2019</b>	<b>39.803</b>	<b>71.329</b>
Adições	45.090	45.459
Acervo de incorporação	24.221	-
Baixas	(547)	(409)
Juros apropriados	5.640	8.307
Pagamentos	(12.228)	(22.707)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>101.979</b>	<b>101.979</b>
<b>Circulante</b>	<b>15.075</b>	<b>15.075</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>86.904</b>	<b>86.904</b>

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

<b>Ano de vencimento</b>	<b>Controladora e Consolidado</b>
2021	<b>18.386</b>
2022	<b>18.493</b>
2023	<b>12.221</b>
2024	<b>10.367</b>
2025 a 2032	<b>27.437</b>
<b>Total</b>	<b>86.904</b>

**c) Montante reconhecido no resultado**

<b>Detalhamento da movimentação</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Amortizações de direito de uso	<b>10.085</b>	<b>18.891</b>
Juros sobre passivos de arrendamento	<b>5.640</b>	<b>8.307</b>
Pagamentos variáveis não incluídos na mensuração do passivo de arrendamento	<b>1.435</b>	<b>1.510</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>17.160</b>	<b>28.708</b>

**13.1 Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019**

Em 18 de dezembro de 2019 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu Ofício-Circular/CVM/ SNC/SEP/nº 02/2019 contendo orientações quanto a aspectos relevantes do CPC 06 (R2) – IFRS 16 a serem observados na preparação das demonstrações contábeis das Companhias arrendatárias para o exercício findo de 31 de dezembro de 2019.

Em atendimento ao Ofício, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	31 de dezembro de 2019													
	Consolidado													
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032
<b>Passivo</b>														
IFRS 16	101.979	86.904	68.518	50.025	37.804	27.436	23.428	19.031	14.121	9.537	5.920	3.669	1.142	-
Ofício CVM	116.073	101.729	82.605	62.511	48.948	37.016	32.322	26.867	20.448	14.210	9.094	5.741	1.819	-
	13,8%	17,1%	20,6%	25,0%	29,5%	34,9%	38,0%	41,2%	44,8%	49,0%	53,6%	56,5%	59,3%	0,0%
<b>Direito de uso</b>														
IFRS 16	100.093	78.378	58.819	41.132	30.549	22.350	18.222	14.151	10.085	6.556	3.912	2.287	661	-
Ofício CVM	113.344	89.467	67.800	48.058	36.019	26.667	21.779	16.955	12.136	7.937	4.770	2.787	805	-
	13,2%	14,1%	15,3%	16,8%	17,9%	19,3%	19,5%	19,8%	20,3%	21,1%	21,9%	21,9%	21,8%	0,0%
<b>Despesa financeira</b>														
IFRS 16	8.307	10.140	8.572	6.597	5.000	3.632	2.911	2.439	1.918	1.373	884	571	295	33
Ofício CVM	9.417	11.753	10.184	8.092	6.349	4.801	3.970	3.402	2.739	2.014	1.336	884	464	53
	13,4%	15,9%	18,8%	22,7%	27,0%	32,2%	36,4%	39,5%	42,8%	46,7%	51,1%	54,8%	57,3%	60,6%
<b>Amortização</b>														
IFRS 16	18.891	21.717	19.559	17.688	10.583	8.200	4.128	4.071	4.066	3.529	2.644	1.626	1.626	664
Ofício CVM	20.332	23.877	21.667	19.686	12.039	9.408	4.888	4.825	4.819	4.198	3.168	1.982	1.982	805
	7,6%	9,9%	10,8%	11,3%	13,8%	14,7%	18,4%	18,5%	18,5%	19,0%	19,8%	21,9%	21,9%	21,2%

A seguir é apresentado o demonstrativo do direito potencial de PIS/Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxo de caixa	2019	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação do arrendamento	146.743	101.979
PIS/ Cofins potencial (9,25%)	13.574	9.433

## 14. Transações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas decorrem, principalmente, de transações entre empresas da Companhia e suas controladas, profissionais-chave da Administração e transações com outras empresas ligadas direta ou indiretamente ao acionista controlador, as quais foram realizadas em condições satisfatórias aos interesses da Companhia, levando em conta análises feitas pela Administração para cada operação.

O acionista controlador é Dibra Fundo de Investimentos em Participações.

A seguir, apresentamos a relação de empresas com as quais a Companhia mantém transações:

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Partes Relacionadas	Principal natureza das transações
<b>Controladas <sup>(1)</sup></b>	
M. Dias Branco International Trading LLC	Compra de matéria-prima, contudo não houve transação no período
M. Dias Branco International Trading Uruguay S. A.	Compra de matéria-prima, contudo não houve transação no período
M. Dias Branco Argentina S. A.	Sem operação e em processo de baixa.
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A. <sup>(2)</sup>	Compra e venda de produtos industrializados
<b>Controlada em conjunto</b>	
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	Prestação de serviços na descarga de trigo
Terminal de Trigo do Rio de Janeiro - Logística S.A.	Empresa em fase pré-operacional
<b>Empresas cujo controlador é representado por vice-presidente da Companhia</b>	
Dias Branco Administração e Participação Ltda.	Aluguel de imóvel
Idibra Participações S. A.	Prestação de serviços em construção civil
Petroposto Comércio de Derivados de Petróleo Ltda <sup>(3)</sup>	Compra de combustível
Praia Centro Hotel Viagens e Turismo Ltda.	Prestação de serviços de hospedagem de colaboradores e prestadores de serviços
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	Prestação de serviços na descarga de trigo e outros serviços
Companhia Industrial de Cimento Apodi	Compra de materiais aplicados em obras civis
<b>Empresas em que o diretor-presidente e/ou os vice-presidentes da Companhia figuram como sócios</b>	
LDB Transporte de Cargas Ltda.	Transporte de cargas
LDB Logística e Transporte Ltda.	Transporte de cargas
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	Prestação de serviços de manutenção e instalação de equipamentos
<b>Empresa em que os vice-presidentes da Companhia figuram como quotista</b>	
Coemdibra – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco	Compra de material de consumo

**Notas:** <sup>(1)</sup> Percentual de participação consta na Nota Explicativa nº 4; <sup>(2)</sup> Empresa incorporada em 27 de dezembro de 2019;

<sup>(3)</sup> A partir de 01 de fevereiro de 2018, sócios considerados partes relacionadas da Companhia se retiraram da sociedade.

Há também as seguintes empresas ligadas ao acionista controlador ou a vice-presidentes que, por atender os critérios do CPC 05, enquadram-se como partes relacionadas, embora a Companhia não mantenha transações: IWS Construções Ltda., IMC Intermediação e Administração de Negócios Ltda., Apodi Transporte e Locação Ltda., Apodi Distribuição e Logística Ltda., Hotel Praia Mar Ltda., Aquiraz Investimentos Turísticos S. A., Colemont Seg Consultoria, Gerência de Riscos e Corretagem de Seguros S. A., CDB Participações Ltda-EPP, Praia do Futuro Empreendimentos Imobiliários Ltda., Equatorial Participações e Negócios S. A., Dias Branco Incorporadora SPE 001 Ltda., Dias Branco Incorporadora SPE 002 Ltda., Dias Branco Incorporadora SPE 003 Ltda., Dias Branco Incorporadora SPE 004 Ltda., Dias Branco Incorporadora SPE 005 Ltda., Dias Branco Incorporadora SPE 006 Ltda., Dias Branco Empreendimentos Imobiliários SPE 006 S.A, Ponta da Praia Empreendimentos Imobiliários SPE 001 Ltda., Rio Douro Consultoria Empresarial Ltda., Aquiraz Golf Clubs Administração e Comércio Ltda., Lago das Praias Belas Empreendimentos Imobiliários Ltda, Aveiro Multimercado FD Invest Crédito Privado Investimento Exterior, Águas Claras Participações Ltda., Bronze Administração e Participações S/A., Ouro Administração e Participações S/A., Prata Administração e Participações S/A., Platina Administração e Participações S/A., Titânio Administração e Participações S/A, Apodi Concreto Ltda e IDB Condominium Incorporações SPE Ltda.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**a) Condições das transações com as principais partes relacionadas**

Conforme já mencionado, as operações com partes relacionadas são realizadas em condições satisfatórias para a Companhia, em linha com as de mercado, cujos preços praticados podem variar conforme o tipo de serviço que é prestado e de produto que é vendido.

No caso das transações realizadas com a Piraquê até a incorporação, a condição de compra e venda era com prazo de pagamento de 30 dias após o faturamento. Já o pagamento à Tergran ocorre contra apresentação de fatura, assim como acontece com as demais transações com outras partes relacionadas.

**b) Os ativos e passivos mantidos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme demonstrado no quadro a seguir:**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Ativo</b>				
<b>Circulante</b>				
<b>Contas a Receber</b>				
Coemdibra – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco	31	63	31	63
LDB Logística e Transporte Ltda.	3	20	3	20
LDB Transporte de Cargas Ltda.	23	20	23	20
Idibra Participações S. A.	-	2	-	2
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A	-	248	-	-
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	1	1	1	1
	<b>58</b>	<b>354</b>	<b>58</b>	<b>106</b>
<b>Passivo</b>				
<b>Circulante</b>				
<b>Fornecedores</b>				
LDB Transporte de Cargas Ltda.	203	630	203	630
LDB Logística e Transporte Ltda.	142	109	142	109
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	91	570	91	570
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	1.018	2.039	1.018	2.039
Idibra Participações S. A.	513	5	513	5
Coemdibra – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco	1	3	1	3
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	769	-	-	-
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A	-	1.619	-	-
	<b>2.737</b>	<b>4.975</b>	<b>1.968</b>	<b>3.356</b>
<b>Outras contas a pagar</b>				
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	1.188	1.188	-	-
	<b>1.188</b>	<b>1.188</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Não circulante</b>				
<b>Contas a Pagar</b>				
M.Dias Branco Trading LLC	3	3	-	-
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	1.238	1.238	1.238	1.238
	<b>1.241</b>	<b>1.241</b>	<b>1.238</b>	<b>1.238</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**c) As transações feitas com partes relacionadas são demonstradas a seguir:**

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Venda de produtos</b>				
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	2	3	2	3
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	8	8	8	8
Coemdíbra – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco	541	611	541	611
LDB Transporte de Cargas Ltda.	11	9	11	9
LDB Logística e Transporte Ltda.	52	139	52	139
Idibra Participações S/A	2	3	2	3
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	28	29	28	29
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A	38.845	3.925	-	-
	<b>39.489</b>	<b>4.727</b>	<b>644</b>	<b>802</b>
<b>Compra de produtos</b>				
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A	35.629	6.228	-	-
	<b>35.629</b>	<b>6.228</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Venda de imobilizado/outros</b>				
Coemdíbra – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco	4	16	4	16
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	1	12	1	12
Idibra Participações S.A.	-	13	-	13
LDB Logística e Transporte Ltda.	11	69	11	69
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A	3.390	418	-	-
	<b>3.406</b>	<b>528</b>	<b>16</b>	<b>110</b>
<b>Compra de imobilizado/outros</b>				
Coemdíbra – Cooperativa de Empregados do M. Dias Branco	132	168	132	168
Petroposto Comércio de Derivados de Petróleo Ltda.	-	240	-	240
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	1.605	12.327	1.605	12.327
Dias Branco Administração e Participações Ltda.	8	12	8	12
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A	646	2.982	-	-
	<b>2.391</b>	<b>15.729</b>	<b>1.745</b>	<b>12.747</b>
<b>Contratação de serviços</b>				
LDB Transporte de Cargas Ltda.	16.387	16.739	16.387	16.739
LDB Logística e Transporte Ltda.	10.624	9.300	10.624	9.300
Terminal Portuário Cotegipe S. A.	6.895	9.180	6.895	9.180
Tergran – Terminal de Grãos de Fortaleza Ltda.	7.956	7.421	-	-
Praia Centro Hotéis, Viagens e Turismo Ltda.	2.056	2.032	2.056	2.032
Idibra Participações S. A.	820	686	820	686
AET – Engenharia e Soluções Tecnológicas Avançadas Ltda.	2.341	1.039	2.341	1.039
Companhia de Cimento Apodi	-	75	-	75
Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A	68	1.428	-	-
	<b>47.147</b>	<b>47.900</b>	<b>39.123</b>	<b>39.051</b>

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** **(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

---

### ***Outros assuntos***

A Companhia é comodante em alguns contratos de comodato de bens imóveis com a Dias Branco Administração e Participações Ltda. e de bens móveis com a Idibra Participações S.A. e com a Companhia Industrial de Cimento Apodi. Além disso é locatária de bens móveis da Idibra Participações S.A. e de um bem imóvel de propriedade da Dias Branco Administração e Participações Ltda.

No que tange à prestação de garantias em contratos financeiros vigentes da Companhia, a Sra. Maria Consuelo Saraiva Leão Dias Branco, Presidente do Conselho de Administração, figura como garantidora da maioria de tais contratos. Em parte desses instrumentos, figuram também como garantidores, em conjunto com a Sra. Maria Consuelo, alguns dos diretores estatutários.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de financiamentos consolidados garantidos nesses moldes estava representado pelo montante de R\$ 414.914 (R\$ 633.093 em 31 de dezembro de 2018).

### ***Remuneração do pessoal-chave da Administração***

Consideram-se pessoal-chave da Administração os membros da diretoria estatutária, os membros do Conselho de Administração e dos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou o montante de R\$ 29.883 (R\$ 16.329 em 31 de dezembro de 2018) relativo à remuneração do pessoal-chave da Administração, abrangendo salário, pró-labore, gratificações, benefícios de curto prazo, em especial participação nos resultados, quando aplicável, e benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo de um diretor estatutário. Vale salientar que o valor dos honorários da Administração evidenciados na Nota Explicativa nº 26 contempla apenas a remuneração direta, compreendendo itens como salários, pró-labore e gratificações. Dessa forma, a remuneração variável (benefícios de curto prazo) e os benefícios concedidos ao pessoal-chave da Administração não estão contemplados naquele valor.

A partir de 2019, com a alteração do plano de remuneração baseado em ações aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2019, os executivos no nível de diretor estatutário celetista eleito a partir de 2019 passaram a ser considerados potenciais beneficiários do plano. Para maiores informações, consultar Nota Explicativa nº 24.

O estatuto social não prevê a participação dos administradores nos resultados da Companhia, e, portanto, não há valor de participação nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

## 15. Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos da Companhia são atualizados monetariamente, quando aplicável, pelos correspondentes encargos contratuais e os financiamentos sujeitos à variação cambial que são atualizados pela respectiva taxa de câmbio de venda vigente no último dia útil do período.

Os financiamentos e empréstimos registraram em 31 de dezembro de 2019, saldo total de R\$ 979.677 (R\$ 1.252.785 em 31 de dezembro de 2018), e estão distribuídos em três categorias: financiamentos e empréstimos com instituições financeiras, financiamentos de impostos e financiamentos diretos.

### 15.1 Financiamentos e empréstimos com instituições financeiras

Descrição	Indexador	Juros (% a.a.)	Controladora			Juros (% a.a.)	Consolidado				
			Venc. <sup>(1)</sup>	2019	2018		Venc. <sup>(1)</sup>	2019	2018		
Moeda nacional											
BNDES-FINAME	TJLP	2,17	15/08/24	18.281	2.200	2,17	15/08/24	18.281	24.458		
BNDES-PSI <sup>(2)</sup>	R\$	2,99	15/01/24	105.607	177.478	2,99	15/01/24	105.607	236.154		
BNDES-PSI <sup>(2)</sup>	TJLP	-	15/02/21	-	139	-	15/02/21	-	139		
BNB-FNE	R\$	-	30/06/22	-	35.095	-	30/06/22	-	35.095		
BNDES-FINEM	IPCA	8,65	15/08/24	49.456	-	8,65	15/08/24	49.456	59.216		
BNDES-PROGEREN	IPCA	6,28	15/10/22	57.653	-	6,28	15/10/22	57.653	78.695		
					230.997	214.912			230.997	433.757	
Moeda estrangeira											
Financiamentos de importação (FINIMP)	USD	3,14	23/04/20	365.248	347.884	3,14	23/04/20	365.248	347.884		
Capital de giro (Lei nº 4.131)	USD	3,24	07/05/19	-	220.598	3,24	07/05/19	-	220.598		
Capital de giro (Lei nº 4.131)	EUR	0,18	07/05/20	133.943	-	0,18	07/05/20	133.943	-		
					499.191	568.482			499.191	568.482	
Total				730.188	783.394					730.188	1.002.239
Circulante				568.677	623.309					568.677	678.820
Não Circulante				161.511	160.085					161.511	323.419

**Nota:** <sup>(1)</sup> Último vencimento do grupo de contratos; <sup>(2)</sup> Contratos firmados para compra de imobilizado.

Os contratos firmados com recursos do BNDES e do FNE têm carência com duração entre 12 e 36 meses. Na maioria dos contratos os juros são pagos trimestralmente durante o período de carência, e, após esse período, o vencimento passa a ser mensal, exceto em algumas operações direta com o BNDES em que o principal e os juros são pagos anualmente. Os financiamentos de importação de insumos têm vencimentos semestrais e/ou anuais de principal e juros.

A movimentação de empréstimos e financiamentos é apresentada a seguir:



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

<b>Detalhamento da movimentação</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>278.250</b>	<b>278.250</b>
Combinação de negócio - Piraquê	-	235.800
Liberações	772.209	772.209
Provisão de juros, comissões e imposto	31.596	41.401
Variação cambial e monetária	61.192	63.772
Amortizações	(349.907)	(371.258)
Pagamento de juros e variação cambial	(9.946)	(17.935)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>783.394</b>	<b>1.002.239</b>
Liberações	392.104	392.104
Acervo de incorporação	163.421	-
Provisão de juros, comissões e imposto	28.061	40.471
Variação cambial e monetária	29.155	33.947
Amortizações	(602.205)	(656.974)
Pagamento de juros e variação cambial	(63.742)	(81.599)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>730.188</b>	<b>730.188</b>

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

<b>Ano de vencimento</b>	<b>Controladora e Consolidado</b>
2021	<b>64.754</b>
2022	<b>61.036</b>
2023	<b>25.211</b>
2024	<b>10.510</b>
<b>Total</b>	<b>161.511</b>

Os financiamentos e empréstimos consolidados são garantidos por hipoteca de imóveis, fiança bancária, notas promissórias (vide Nota Explicativa nº 14) e/ou alienação fiduciária dos bens financiados, no valor de R\$ 730.188 (R\$ 1.002.239 em 31 de dezembro de 2018).

Os contratos de abertura de crédito de importação de mercadorias, financiamentos externos, financiamentos através das linhas de crédito do BNDES e do FNE contêm cláusulas restritivas, habituais para esses tipos de operações, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações.

Essas cláusulas contratuais, dentre outras condições, restringem a autonomia da Companhia nos casos de alteração da estrutura societária, pois vedam expressamente qualquer alteração ou modificação da composição do seu capital social, incorporação, cisão ou fusão, transferência ou cessão, direta ou indireta, de seu controle societário sem a prévia e expressa concordância das respectivas instituições financeiras credoras; e exigem que a Companhia não possua (i) protestos legítimos; (ii) ações, demandas ou processos pendentes ou em vias de serem propostos, que, se decididos em desfavor da Companhia, teriam efeito prejudicial sobre a sua condição financeira ou prejudicariam sua capacidade de cumprir as obrigações

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

contratuais e exigem, ainda, que a transferência ou cessão de direitos e obrigações decorrentes dos contratos sejam aprovadas pelas respectivas instituições financeiras credoras e pelo Finame. Além das cláusulas supracitadas, deve-se (i) manter durante a vigência do contrato determinados percentuais dos índices: Dívida Líquida/Ebitda e Patrimônio Líquido/Passivo Total e (ii) manutenção do quadro de pessoal apresentado em projeto de liberação de financiamento. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não estava incorrendo em nenhuma das hipóteses de restrição previstas em seus contratos.

## 15.2 Financiamentos de impostos - Provin, Proadi e Desenvolve

A Companhia é beneficiária de subvenções para investimento de origem governamental, conforme esclarecido na Nota Explicativa nº 20. Os financiamentos aqui classificados dizem respeito à parcela não incentivada dos tributos, e se baseiam no ICMS devido apurado mensalmente.

Os saldos dos financiamentos de impostos apresentavam a seguinte composição no final do período:

Descrição	Indexador	Controladora e Consolidado		
		Venc. <sup>(1)</sup>	2019	2018
Moeda nacional				
Tributos estaduais (Proadi)	TR	10/10/19	-	98
Tributos estaduais (Provin)	TJLP	30/12/22	10.100	9.376
Tributos estaduais (Desenvolve)	TJLP	20/01/20	561	-
			10.661	9.474
Circulante			5.333	3.060
Não circulante			5.328	6.414

**Nota:** <sup>(1)</sup>Último vencimento do grupo de contratos.

Os financiamentos de tributos podem ter vencimento trimestral (Proadi), anual (Desenvolve) ou trienal/bienal (Provin).

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2019 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
2021	<b>3.134</b>
2022	<b>2.194</b>
<b>Total</b>	<b>5.328</b>

Os financiamentos do Provin e do Proadi são garantidos por notas promissórias.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**15.3 Financiamentos diretos - Aquisições de empresas**

Descrição	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
<b>Passivo circulante</b>		
Aquisição de ações da Pelágio	2.609	5.917
Aquisição de ações da Pilar	2.206	3.264
Aquisição de quotas do Moinho Santa Lúcia	7	4.892
Aquisição de quotas da Piraquê	29.358	984
	<b>34.180</b>	15.057
<b>Passivo não circulante</b>		
Aquisição de ações da Pelágio	2.462	2.403
Aquisição de ações da Piraquê	202.186	223.612
	<b>204.648</b>	226.015
<b>Total</b>	<b>238.828</b>	241.072
Circulante	<b>34.180</b>	15.057
Não circulante	<b>204.648</b>	226.015

Os financiamentos diretos são compostos por parcela retida do preço de aquisição vinculadas às garantias das contingências que porventura venham a surgir, atualizados pela taxa equivalente a 100% da variação do CDI, e pela parcela do preço contingente na aquisição da Piraquê.

O valor de R\$ 231.544, relativo à aquisição da Piraquê, é composto por:

- i) parcela retida do preço no montante de R\$ 165.505 que será liquidada em 5 parcelas, com vencimentos em 16/05/2020, 16/05/2021, 16/05/2022, 16/05/2023 e 31/12/2023, descontado das contingências pagas de responsabilidades dos vendedores;
- ii) parcela contingente do preço de aquisição, na ordem de R\$ 66.039, decorrente da expectativa de realização de créditos tributários passíveis de reembolso aos vendedores, que serão pagos à medida que forem convertidos em renda em favor da Piraquê ou compensados, conforme destacado na Nota Explicativa nº 2. Durante o exercício de 2018 e 2019, do total reconhecido de preço contingente (R\$ 75.137) foi liquidado R\$ 9.098.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

---

**16. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos**

A Companhia classifica seus ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias, dependendo da finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) ao valor justo por meio do resultado. A Companhia não mantém instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições ao risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros nos contratos de financiamento de insumos (trigo e óleo) e capital de giro. Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo e são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos durante o período são registrados diretamente na demonstração do resultado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão integralmente reconhecidas na contabilidade e são restritas ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, outras contas a receber, empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil, fornecedores, contas a pagar e contratos de swap.

A administração desses instrumentos se dá por meio de estratégias operacionais, visando garantir liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

**a) Instrumentos financeiros por categoria e evidenciação do valor justo**

Descrição	Indexador	Controladora				Consolidado			
		Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo	Saldo contábil	Valor justo
		2019	2019	2018	2018	2019	2019	2018	2018
Ativos Financeiros									
Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado									
Caixa e equivalentes de caixa		348.312	348.312	350.896	350.896	348.377	348.377	451.000	451.000
Contas a receber de clientes		957.588	957.588	948.594	948.594	957.796	957.796	1.045.710	1.045.710
Outros créditos		21.526	21.526	20.411	20.411	22.121	22.121	25.735	25.735
Aplicações financeiras		20.174	20.179	13.053	13.053	20.174	20.179	13.053	13.053
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo									
Instrumentos financeiros derivativos (contratos de swap)		7.963	7.963	23.925	23.925	7.963	7.963	23.925	23.925
Passivos financeiros									
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado									
Fornecedores		149.219	149.219	127.888	127.888	149.044	149.044	152.356	152.356
Financiamentos com instituições financeiras		730.188	746.651	783.394	776.903	730.188	746.651	1.002.239	991.518
Operações de repasse – BNDES	TJLP	18.281	18.281	2.339	2.374	18.281	18.281	24.597	24.542
BNDES PSI-Pré	Prefixado	105.607	101.658	177.478	170.109	105.607	101.658	236.154	224.638
FNE	Prefixado	-	-	35.095	35.895	-	-	35.095	35.895
BNDES – FINEM (Capital de giro)	IPCA	49.456	53.069	-	-	49.456	53.069	59.216	59.223
BNDES PROGEREN (Capital de giro)	IPCA	57.653	58.948	-	-	57.653	58.948	78.695	78.695
Financiamentos externos	USD	365.248	380.752	568.482	568.525	365.248	380.752	568.482	568.525
Capital de giro	EUR	133.943	133.943	-	-	133.943	133.943	-	-
Financiamentos diretos		238.828	238.828	241.072	241.072	238.828	238.828	241.072	241.072
Arrendamento mercantil		101.979	101.979	-	-	101.979	101.979	-	-
Contas a pagar		111.591	111.591	55.503	55.503	110.626	110.626	57.746	57.746
Passivos financeiros mensurados pelo valor justo									
Instrumentos financeiros derivativos (contratos de swap)		1.887	1.887	2.658	2.658	1.887	1.887	2.658	2.658

**b) Mensuração do valor justo**

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado, para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas de valor justo acima não necessariamente indicam os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia mantém contratos de swap registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração está classificado no Nível 2, conforme previsto no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

**c) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos**

*Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)*

Os valores das aplicações financeiras registrados nas informações financeiras como equivalentes de caixa se aproximam dos valores de realização, em virtude das operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata.

*Aplicação financeiras (custo amortizado)*

O valor justo foi determinado com base no valor presente do principal e em fluxos de caixa futuros, descontados pela variação de 100% do DI futuro apurados na data de apresentação das informações financeiras.

*Empréstimos e financiamentos*

O valor justo dos financiamentos de capital de giro atrelados à TJLP e IPCA foram determinados pelos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média das operações vigentes, apresentando spreads de 2,17% a.a. e 7,38% a.a. (2,32% a.a. e 2,19% a.a. em 31 de dezembro de 2018), respectivamente.

No caso dos financiamentos prefixados, o valor justo foi determinado com base no valor presente do principal e dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das informações financeiras individuais e consolidadas. Foi utilizada a taxa de 5,32% a.a. para as operações de Finame-PSI (6,87% a.a. em 31 de dezembro de 2018).

O valor justo dos financiamentos de insumos e para capital de giro com variação cambial em Dólar foi determinado pelos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média das últimas cotações realizadas. Foram utilizados os spreads de 2,50% a.a. e 0,18% a.a. (2,32% a.a. em 31 de dezembro de 2018), respectivamente.

Com relação às dívidas decorrentes das aquisições da Pilar, Pelágio, Moinho Santa Lúcia e Piraquê que conforme contratos são atualizados pela variação do CDI, o valor justo foi determinado considerando o mesmo percentual do CDI, de forma a refletir as condições de mercado.

#### *Contratos de swap*

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado com base nas taxas futuras nas datas dos balanços, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Tais informações também são confrontadas com aquelas prestadas pelas instituições envolvidas.

#### *Contas a receber, outros créditos, fornecedores e contas a pagar de curto prazo*

Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, dado o curto prazo das operações realizadas.

### **d) Gerenciamento de riscos financeiros**

A Companhia analisa seus principais riscos financeiros, define ações para sua mitigação e monitora o impacto econômico sobre o desempenho. A abordagem da Companhia frente a esses riscos é discutida e definida nas reuniões periódicas do Conselho de Administração.

No curso das atividades, a Companhia está exposta aos seguintes riscos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (incluindo risco de moeda, taxa de juros e preço das *commodities*).

#### *i. Risco de crédito*

Esse risco provém da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes de operações de venda ou de créditos junto a instituições, tais como depósitos e aplicações financeiras. Para minimizar esse risco, as políticas de vendas da Companhia são subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito), e da diversificação de suas vendas (pulverização do risco). Além disso, a Companhia possui seguro de crédito para proteção contra a inadimplência de clientes específicos, o que possibilita uma indenização de 90% sobre a perda líquida dos recebíveis desses clientes. O limite máximo de indenização é de R\$ 26.880, com vigência no período de 1 de julho de 2019 a 30 de junho de 2020. Atualmente, a cobertura do seguro de crédito abrange cerca de 173 clientes, no total de R\$ 203.056 (R\$ 166.645 em 31 de dezembro de 2018). Além disso, existem cerca de R\$ 45.603 (R\$ 46.613 em 31 de dezembro de 2018) de garantias constituídas mediante hipoteca e fiança bancária.

Adicionalmente, a Companhia possui perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, no montante consolidado de R\$ 81.884 (R\$ 74.714 em 31 de dezembro de 2018) representativos de 7,88% (6,67% em 31 de dezembro de 2018) do saldo de contas a receber em aberto, para fazer face ao risco de crédito.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza aplicações em instituições financeiras com baixo risco de crédito classificado por agências de *rating*. Além disso, cada instituição possui um limite máximo para saldo de aplicação.

*ii. Risco de liquidez*

As principais fontes de recursos financeiros utilizados pela Companhia residem no próprio volume de recursos advindos da comercialização dos seus produtos – com a característica de forte geração de caixa e baixa inadimplência, além dos valores recebidos a título de subvenções para investimento estaduais e federais (associadas à implantação/expansão de unidades industriais). Somam-se a esse montante os rendimentos de aplicações advindas das disponibilidades de caixa.

As principais necessidades de recursos financeiros da Companhia advêm de investimentos para expansão e modernização de sua estrutura de produção e logística, para aquisição de outras empresas e para a amortização do seu endividamento, pagamento de tributos, distribuição de dividendos e outros desembolsos operacionais.

Em regra, a Companhia não tem necessidade de capital de giro adicional, pois quando as condições de financiamento são favoráveis, opta-se por empréstimos de até 360 dias para pagamento de suas principais matérias-primas (trigo e óleo vegetal), prazo esse mais longo que aqueles concedidos aos seus clientes para pagamento dos produtos por eles adquiridos. Assim, a administração entende que a Companhia apresenta sólidas condições financeiras e patrimoniais, suficientes para implementar seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos são apresentados na Nota Explicativa nº 15.

Vale ressaltar que a Companhia tem limites aprovados em bancos de primeira linha. Entretanto, esses limites não são destinados a cobrir deficiência de liquidez, haja vista que não têm essa indicação. Caso a Companhia venha a ter, poderá utilizar financiamentos para capital de giro, através de instituições financeiras privadas.

*iii. Risco de mercado: preço das commodities*

Os preços das matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo são voláteis. Caso ocorra uma variação relevante nos preços dos insumos e matérias-primas, a Companhia pode não ser capaz de repassar tais aumentos aos preços de seus produtos na mesma velocidade dos aumentos dos custos, o que poderá vir a impactar a margem de lucro. Adicionalmente, a Companhia tem por prática a manutenção de estoques de trigo (incluindo contratos negociados para entrega futura), principal matéria prima, que pode variar de 2 a 4 meses de consumo dependendo da época do ano e da sazonalidade de cultivo. Esse procedimento pode ocasionar algumas variações entre o preço médio dos estoques e o valor de mercado em uma data específica.

Além disso, a Companhia acompanha o mercado mundial de *commodities*, monitorando os fatores que impactam a formação dos preços, tais como períodos de safra, eventos climáticos e decisões de política econômica, com o apoio de consultorias especializadas e sistemas de informações *online* com as principais bolsas de mercadorias do mundo. Nessas condições, avalia o momento mais oportuno para compra dessas *commodities*, podendo estabelecer contratos de compra para entrega futura de matéria-prima, fixando ou não o preço da *commodity*, colocando, assim, a Companhia sujeita ao risco de variação da *commodity* ou de variação cambial ou a ambos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura, no montante de 437.506 toneladas (309.198 toneladas em 31 de dezembro de 2018), onde 47.000 toneladas de óleo estavam com o



preço a fixar. Assim, considerando o valor de mercado para esses casos e preço firmado para os contratos fixados, eles representavam um montante equivalente a US\$ 115.594 (US\$ 70.896 em 31 de dezembro de 2018).

Diante do risco de variação no preço de óleo, a Companhia preparou uma análise de sensibilidade para o montante cujo preço não estava fixado (47.000 toneladas), levando em consideração a possibilidade de três cenários de variação no preço da commodity, com respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário provável, com o preço médio de mercado da commodity em 31 de dezembro de 2019, em US\$ 830; (ii) cenário possível: considerando um aumento de 25% nos preços médio de mercado, passando para US\$ 1.038, nesse cenário a perda estimada seria de US\$ 9.757; e (iii) cenário remoto: elevação da cotação dos preços da commodity em 50% da utilizada no cenário provável, passando a US\$ 1.246, a perda estimada seria de US\$ 19.514.

#### iv. Risco de taxa de câmbio

##### Riscos relacionados aos financiamentos em moeda estrangeira

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moeda estrangeira (dólar), decorrentes de importações das principais matérias primas, trigo em grão e óleo vegetal de soja e de palma, além de capital de giro.

Como estratégia para prevenção e redução dos efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia tem procurado evitar ou minimizar o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, mediante avaliação de contratação de operações de proteção cambial, mais usualmente operações de swap.

Nesse sentido, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 26 contratos vigentes de operações de swap para proteção dos financiamentos de importação de trigo (Finimp) e de capital de giro, com diversos vencimentos, até 07 de maio de 2020, em que na ponta ativa recebe, em média, dólar mais 2,83% e na ponta passiva paga, em média, 101,47% do CDI. Os valores de referência (nacional) totalizaram R\$ 469.803 e o valor justo bruto a receber desses instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2019 totalizava R\$ 8.180.

Contratos de swap	Valor de referência		Valor da curva		Valor justo	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
<b>Posição ativa</b>						
Moeda estrangeira (USD)	<b>469.803</b>	520.699	<b>499.175</b>	568.501	<b>497.959</b>	568.569
<b>Posição passiva</b>						
CDI	<b>469.803</b>	520.699	<b>489.710</b>	540.834	<b>489.779</b>	541.207
<b>Resultado</b>	-	-	<b>9.465</b>	27.667	<b>8.180</b>	27.362

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não apresentou descasamentos relevantes na posição de ativos e passivos sensíveis à variação cambial, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Empréstimos/financiamentos em moeda estrangeira (a)	<b>499.191</b>	568.482	<b>499.191</b>	568.482
Contratos de swap (b)	<b>(499.175)</b>	(568.501)	<b>(499.175)</b>	(568.501)
Ativos em moeda estrangeira (b)	-	-	<b>(6)</b>	(6)
Superávit apurado (a-b)	<b>16</b>	(19)	<b>10</b>	(25)

*Riscos relacionados aos contratos de compra para entrega futura em moeda estrangeira*

Como já mencionado no item "Risco de mercado: preço das commodities", a Companhia mantinha contratos firmados de compra de trigo e óleo para pagamento e entrega futura com total estimado em US\$ 115.594, sujeito a risco de variação cambial (US\$ 70.896 em 31 de dezembro de 2018).

*Análise de sensibilidade à variação do dólar dos contratos de compra de trigo para entrega futura*

A análise de sensibilidade levou em conta a possibilidade de três cenários de variação do dólar e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. O cenário provável considerou a cotação do dólar de R\$ 4,0307 no mesmo patamar de fechamento em 31 de dezembro de 2019. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um aumento na cotação do dólar em 25% (R\$ 5,0384) e 50% (R\$ 6,0461), respectivamente, nos termos da Deliberação CVM nº 475/2008.

Descrição	Posição em risco (USD)	Risco	Cenário provável	Cenário possível (R\$)	Cenário remoto (R\$)
<b>Contratos futuros</b>	115.594	Alta do dólar	-	(116.481)	(232.962)

*v. Risco de taxa de juros*

A Companhia está exposta, principalmente, às variações nas taxas de juros CDI e TJLP nas aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Ativos financeiros</b>				
Aplicações financeiras indexadas ao CDI	<b>365.284</b>	357.614	<b>365.284</b>	457.427
<b>Passivos financeiros</b>				
Operações em moeda estrangeira com derivativos atrelados ao CDI <sup>(1)</sup>	<b>(499.192)</b>	(540.834)	<b>(499.192)</b>	(540.834)
Financiamentos indexados ao CDI e TJLP	<b>(267.769)</b>	(248.806)	<b>(267.769)</b>	(271.063)
<b>Ativos – Passivos</b>	<b>(401.677)</b>	(432.026)	<b>(401.677)</b>	(354.470)

**Nota:** <sup>(1)</sup> Vide item iv - Risco de taxa de câmbio.

*Análise de sensibilidade à variação do CDI*

O quadro abaixo mostra a projeção de perda que seria reconhecida nos próximos 12 meses, caso fosse mantida a posição dos ativos indexados ao CDI líquidos dos passivos atrelados ao CDI e à TJLP em R\$ 401.677.

Descrição	Posição em risco	Risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
<b>Passivos líquidos</b>	(401.677)	Aumento do CDI	-	(4.418)	(8.837)

O cenário provável considerou a manutenção da cotação do CDI em 31 de dezembro de 2019 em 4,40% a.a. Os demais cenários, possível e remoto, consideraram um acréscimo da cotação em 25% (5,50% a.a.) e 50% (6,60% a.a.), respectivamente.

A Administração da Companhia entende que é baixo o risco de grandes variações no CDI em 2020, levando-se em conta o histórico e as projeções do mercado.

#### e) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia, ao administrar seu capital, são: salvaguardar a capacidade de sua continuidade, para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, e manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital através da análise de sua situação financeira e endividamento com base no índice de alavancagem financeira (dívida líquida/total do capital), por entender que esse indicador reflete de forma mais apropriada o nível relativo de seu endividamento e da sua capacidade de pagamento. A dívida líquida é composta pelos financiamentos e empréstimos, deduzida dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão distribuídos conforme demonstrado a seguir:

Consolidado	2019	2018
<b>Dívida de financiamentos e empréstimos</b>	<b>979.677</b>	1.252.785
(-) Caixa e equivalentes de caixa	<b>(348.377)</b>	(451.000)
(-) Aplicações financeiras de curto prazo	<b>(16.392)</b>	-
(-) Aplicações financeiras de longo prazo	<b>(3.782)</b>	(13.053)
(-) Instrumentos financeiros derivativos	<b>(6.076)</b>	(21.267)
<b>Dívida líquida (caixa líquido) (A)</b>	<b>605.050</b>	767.465
Patrimônio líquido	<b>6.034.766</b>	5.561.843
<b>Total do capital (B)</b>	<b>6.639.816</b>	6.329.308
<b>Índice alavancagem financeira (C = A / B x 100)</b>	<b>9,11%</b>	12,13%

A variação do índice de alavancagem financeira da Companhia é representada pela relação da dívida líquida sobre o patrimônio líquido. O indicador no período findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 9,11% contra 12,13% em 31 de dezembro em 2018. A redução deve-se, principalmente, a diminuição no nível de endividamento da Companhia.

Os montantes registrados no passivo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2019 e 2018 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Consolidado	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Superior a cinco anos
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>1.153.607</b>	<b>570.426</b>	<b>141.171</b>	<b>200.874</b>
Financiamentos e empréstimos <sup>(1)</sup>	608.190	310.429	61.058	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.887	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações	543.530	259.997	80.113	200.874
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.280.830</b>	<b>461.082</b>	<b>225.004</b>	<b>278.707</b>
Financiamentos e empréstimos <sup>(1)</sup>	696.937	361.584	145.655	48.609
Instrumentos financeiros derivativos	2.658	-	-	-
Fornecedores e outras obrigações	581.235	99.498	79.349	230.098

**Nota:** <sup>(1)</sup> Vide Nota Explicativa nº15.

## 17. Receitas (despesas) financeiras líquidas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	32.632	50.115	37.990	54.312
Juros Selic sobre créditos tributários	95.743	50.432	95.737	50.432
Atualização de depósitos judiciais	4.372	4.936	8.292	7.478
Variações cambiais ativas	101.203	112.563	101.257	113.040
Outros	5.474	5.191	9.581	7.845
	<b>239.424</b>	<b>223.237</b>	<b>252.857</b>	<b>233.107</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros sobre financiamentos	(25.352)	(26.168)	(42.950)	(39.938)
Juros sobre dívida de aquisição de empresa	(8.946)	(8.635)	(8.946)	(8.635)
Juros sobre arrendamento mercantil	(5.640)	-	(7.697)	-
Variações cambiais passivas	(129.773)	(159.463)	(129.806)	(159.562)
Ganhos (perdas) em operações com contratos derivativos	12.513	36.437	12.513	36.437
Comissões e despesas bancárias	(6.981)	(7.524)	(8.636)	(8.461)
Atualização de provisões para contingências	(27.929)	8.250	(27.929)	8.250
Outros	(7.051)	(14.566)	(8.945)	(14.937)
	<b>(199.159)</b>	<b>(171.669)</b>	<b>(222.396)</b>	<b>(186.846)</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras líquidas</b>	<b>40.265</b>	<b>51.568</b>	<b>30.461</b>	<b>46.261</b>

As receitas financeiras abrangem recebimentos de juros sobre fundos investidos, ganhos na alienação de ativos financeiros, atualização de créditos tributários e depósitos judiciais, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem desembolsos com juros sobre empréstimos, líquidos do desconto a valor presente das provisões, juros sobre arrendamento mercantil, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), reconhecidas nos ativos financeiros, exceto para as perdas com risco de crédito que são reconhecidas nas despesas comerciais e atualização de contingências tributárias, cíveis e trabalhistas.

Em 2019, a Companhia realizou complemento das provisões de contingências trabalhistas a título de atualização, considerando o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho – TST, com base em interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal - STF, de que o IPCA-E deverá ser adotado como índice de atualização dos débitos trabalhistas no interregno de 25.03.2015 (data definida pelo TST como marco inicial para utilização do IPCA-E) a 10.11.2017 (último dia antes da entrada em vigor da Lei nº 13.467/2017, que acrescentou o § 7º ao artigo 879 da CLT, determinando que a atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial deverá ser feita pela Taxa Referencial - TR). Para o período anterior a 25.03.2015 e posterior a 10.11.2017, o índice para atualização dos créditos decorrentes de condenação judicial em processos trabalhistas permanece sendo a TR. Dessa forma, reconheceu o montante de R\$ 16.843, face à mudança no procedimento de atualização.

Com exceção dos custos de empréstimos que são capitalizados como parte do ativo, todos os demais são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos relativos a empréstimos.

## 18. Obrigações sociais e trabalhistas

A composição dos saldos contemplam as seguintes provisões e encargos:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Provisões trabalhistas</b>				
Provisão de participação nos lucros e resultados	<b>55.193</b>	48.723	<b>55.193</b>	57.559
Provisão de férias	<b>55.787</b>	45.105	<b>55.806</b>	56.337
Outros	<b>3.126</b>	1.363	<b>3.126</b>	3.042
	<b>114.106</b>	95.191	<b>114.125</b>	116.938
<b>Encargos sociais e trabalhistas</b>				
INSS	<b>40.860</b>	32.406	<b>40.908</b>	36.361
FGTS	<b>10.809</b>	8.877	<b>10.826</b>	11.388
Outros	<b>1.569</b>	1.371	<b>1.569</b>	1.415
	<b>53.238</b>	42.654	<b>53.303</b>	49.164
<b>Total</b>	<b>167.344</b>	137.845	<b>167.428</b>	166.102

## 19. Obrigações fiscais

A composição dos saldos contemplam as seguintes obrigações fiscais:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
PIS/Cofins	<b>7.220</b>	21.710	<b>7.293</b>	24.368
Imposto de renda retido na fonte	<b>11.093</b>	13.342	<b>11.114</b>	15.846
Outras obrigações fiscais federais	<b>2.104</b>	1.714	<b>2.180</b>	3.382
ICMS	<b>62.829</b>	59.988	<b>62.829</b>	63.253
ISS	<b>1.368</b>	1.010	<b>1.371</b>	1.061
<b>Total</b>	<b>84.614</b>	97.764	<b>84.787</b>	107.910
Circulante	<b>83.646</b>	96.796	<b>83.819</b>	106.942
Não circulante	<b>968</b>	968	<b>968</b>	968

## 20. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais recebidas pela Companhia têm a natureza de subvenções para investimento, e se dividem em subvenções estaduais e federais, sendo todas monetárias e registradas pelos seus valores nominais.

Os recursos recebidos constituem fonte de reposição do capital investido nos empreendimentos econômicos resultantes dos projetos de investimento implementados pela Companhia e enquadrados nos respectivos programas públicos de fomento ao desenvolvimento. Todas essas subvenções para investimento são de caráter oneroso (em função de determinadas condições) e concedidas por prazo certo.

Para efeito da determinação do valor das subvenções para investimento que deve transitar no resultado, a Companhia utiliza o regime de competência, reconhecendo as subvenções independentemente do momento em que as realiza em termos financeiros, devido aos

seguintes fatores: (i) o histórico de cumprimento dos requisitos legais e contratuais necessários para usufruto dessas subvenções; e (ii) sua capacidade de assegurar o cumprimento dos requisitos necessários para recebê-las dos entes públicos respectivos.

No encerramento do exercício social, a parcela do lucro correspondente às subvenções para investimento é destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais, no patrimônio líquido, e é excluída da base de cálculo dos dividendos, haja vista que as subvenções têm a natureza de alocação de capital para investimentos, devendo ser obrigatoriamente reinvestidas na Companhia.

## 20.1 Incentivos fiscais estaduais

O valor de subvenções para investimento recebido dos estados é determinado a partir do montante de ICMS devido e incidente sobre os negócios realizados por unidades industriais incentivadas. Tais unidades são as construídas e implantadas nos termos de projetos de investimento de novos empreendimentos econômicos apresentados e aprovados pelos respectivos estados, no âmbito de suas políticas públicas de fomento ao desenvolvimento industrial.

As subvenções para investimentos estaduais, por serem, em sua maioria, calculadas com base no valor do ICMS computado no custo de produção, são alocadas ao resultado numa linha na Demonstração do Resultado do Exercício, logo abaixo do custo dos produtos vendidos.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia fez jus a R\$ 308.128 (R\$ 276.200 em 2018), decorrentes dos seguintes incentivos estaduais:

Incentivos fiscais estaduais / Unidade incentivada	Percentual de redução do ICMS	Válido até
<b>DESENVOLVE - Bahia: desconto no pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão para o moinho de trigo.</b>		
Moinho de trigo e fábrica de massas e de biscoitos (Salvador-BA)	Até 81%	Jun/2025
<b>PROVIN - Ceará: diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão para os moinhos de trigo e sobre o ICMS devido pelas operações com margarinas e gorduras especiais, quitados com recursos do FDI - Fundo de Desenvolvimento Industrial para ambas as unidades</b>		
Moinho de trigo (Fortaleza-CE)	74,25%	Nov/2024
Moinho de trigo integrado à fábrica de biscoitos e massas (Eusébio-CE)	74,25%	Jul/2025
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza-CE)	56,25%	Nov/2024
<b>PROADI - Rio Grande do Norte: diferimento do pagamento de parte do ICMS devido sobre a aquisição do trigo em grão e quitação desse ICMS com recursos do Proadi</b>		
Moinho de trigo e fábrica de massas (Natal-RN)	74,25%	Jul/2019
<b>PROEDI - Rio Grande do Norte: crédito presumido sobre o saldo devedor de ICMS mensal</b>		
Moinho de trigo e fábrica de massas (Natal-RN)	76,60%	Jun/2032
<b>FAIN - Paraíba: desconto de parte do ICMS sobre as aquisições do trigo em grão para o moinho de trigo</b>		
Moinho de trigo e fábrica de massas (Cabedelo-PB)	81%	Dez/2032
<b>PRODEPE - Pernambuco: aplicação de 45% quando a saída subsequente dos produtos derivados da farinha de trigo for destinada à região nordeste ou 51% quando a saída subsequente dos produtos derivados da farinha de trigo for destinada às regiões norte, centro-oeste, sul ou sudeste, sobre o valor do ICMS incidente sobre o trigo em grão consumido pela indústria em equivalente de farinha de trigo.</b>		
Fábrica de biscoitos e de massas (Jaboatão dos Guararapes-PE)	45% ou 51%	Mar/2024
<b>Tratamento Tributário Especial - Rio de Janeiro (Unidade Piraquê) - Redução do imposto de forma que a carga tributária resulte em percentual igual a 3% do valor das saídas de produção própria em operações internas e interestaduais, por venda e transferência.</b>		
Fábrica de biscoitos e de massas (Queimados-RJ)	75% ou 85%	Set/2038



No caso do incentivo da Indústria de Produtos Alimentícios Piraquê S.A. que apresenta prazo de fruição até setembro de 2038, considerando o Convênio ICMS nº 190, de 15 de dezembro de 2017, que estabelece o prazo de fruição dos incentivos fiscais limitado a dezembro de 2032, o benefício somente terá validade até referida data.

Já em relação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte – PROADI, extinto em 31 de julho de 2019, cabe destacar que foi substituído pelo Programa de Estímulo ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte – PROEDI, a partir de 01 de agosto de 2019, criado pelo Decreto nº 29.030/2019, sob a forma de crédito presumido equivalente de 75% a 80% do valor do ICMS a recolher. Atualmente, o programa rege-se pela Lei nº 10.640, de 26 de dezembro de 2019 regulamentada pelo Decreto nº 29.420 de 27 de dezembro de 2019.

### **Crédito presumido equiparado à subvenção para investimentos**

A partir de 2019, com base na Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, a Companhia passou a tratar como subvenção para investimento os benefícios fiscais outorgados na forma de crédito presumido/outorgado previsto no Regulamento do ICMS dos estados do Rio de Janeiro, Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul concedidos nas operações com produtos alimentícios realizadas por unidades industriais e comerciais. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia fez jus a R\$ 63.637 a título de crédito presumido.

### **Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal**

Em 06 de maio de 2016 foi publicado o Convênio ICMS nº 42/2016, o qual autoriza os estados e o Distrito Federal a condicionarem a fruição de incentivos fiscais ao depósito de, no mínimo, 10% calculados sobre o valor dos respectivos incentivos fiscais auferidos pelos contribuintes e destinados a um fundo de equilíbrio fiscal. As disposições desse Convênio são aplicáveis a todos os contribuintes que detenham incentivos e benefícios fiscais, financeiro-fiscais ou financeiros, inclusive os decorrentes de regimes especiais de apuração.

Inobstante o referido convênio disciplinar sobre o depósito de, no mínimo, 10% dos incentivos concedidos, alguns estados como Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, ao legislarem sobre o assunto, estabeleceram regras de dispensa do depósito quando verificado incremento de arrecadação no mês em relação ao mesmo período do ano anterior, bem como a possibilidade de depósito apenas complementar ao limite mínimo quando o incremento na arrecadação for inferior ao percentual de 10%. Dessa forma, considerando as regras específicas de cada estado durante o prazo de vigência dos Fundos, a Companhia poderá se enquadrar em situações de dispensa do depósito, ou ainda, efetuar os depósitos em montante inferior aos 10% dos incentivos.

Atualmente, as operações da Companhia nos estados da Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro estão sujeitas à referida norma, e prorrogaram a vigência da contribuição destinada ao referido fundo, exceto o estado do Rio Grande do Norte.

UF	Vigência		Prorrogação	
	Início	Término	Início	Término
Pernambuco	Ago/2016	Jul/2018	Ago/2018	Dez/2022
Ceará	Set/2016	Ago/2018	Jan/2019	Ago/2020
Bahia	Set/2016	Dez/2018	Jan/2019	Dez/2022
Paraíba	Out/2016	Mar/2019	Abr/2019	Set/2021
Rio de Janeiro	Dez/2016	Jul/2018	Ago/2018	Dez/2020
Rio Grande do Norte	Jan/2018	Dez/2019	-	-

Em 31 de dezembro de 2019, as despesas incorridas pela Companhia relativas à referida obrigação totalizaram R\$ 20.824 (R\$ 15.506 em 2018).

## **20.2 Incentivos fiscais federais**

A Companhia é beneficiária de subvenções federais obtidas por conta da realização de investimentos nas unidades industriais sediadas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

As subvenções são concedidas pelo prazo certo de 10 anos para os empreendimentos industriais que comprovarem, junto à Sudene, a realização de investimentos no Nordeste, mediante instalação, modernização, ampliação ou diversificação de unidades industriais na região, desde que atendidas todas as condições e obrigações exigidas na legislação pertinente para obtenção da contrapartida da União, dentro das políticas públicas de emprego de recursos federais no fomento ao desenvolvimento do Nordeste.

O valor das subvenções para investimento a ser recebido da União durante o prazo certo de sua concessão consiste em montante equivalente ao resultado da aplicação de até 75% sobre uma base de cálculo legalmente denominada "lucro da exploração", gerado por unidades industriais incentivadas. A quitação se realiza pela dedução do benefício sobre o valor devido de imposto de renda, com base na apuração do lucro real.

A subvenção federal é apresentada na Demonstração do Resultado como dedução do imposto de renda da pessoa jurídica. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia fez jus a R\$ 29.644 (R\$ 61.863 em 2018).

Os prazos de vigência das subvenções federais em vigor são detalhados a seguir:

<b>Unidades industriais</b>	<b>Índice de redução do IRPJ (%)</b>	<b>Período de validade</b>
Moinho de trigo, fábrica de biscoitos e massas (Eusébio - CE)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Fábrica de torradas (Eusébio - CE)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Moinho de trigo (Fortaleza - CE)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fábrica de gorduras e margarinas especiais (Fortaleza - CE)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Moinho de trigo (Natal - CE)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fábrica de massas (Natal - RN)	75	Jan de 2014 até Dez de 2023
Fábrica de massas e de biscoitos (Salvador - BA)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Moinho de trigo e mistura pronta para bolo (Salvador - BA)	75	Jan de 2015 até Dez de 2024
Fabricação de massas e biscoitos (Jaboatão dos Guararapes - PE)	75	Jan de 2018 até Dez de 2027
Fabricação de biscoitos, bolos e snacks (Maracanaú - CE)	75	Jan de 2016 até Dez de 2025
Fabricação de massas (Maracanaú - CE)	75	Jan de 2014 até Dez de 2023

A Administração da Companhia cumpre todas as exigências para obtenção dessas subvenções, especialmente as relacionadas à comprovação dos investimentos, geração dos empregos, volume de produção, bem como não distribui na forma de dividendos os valores deles decorrentes.

Até o momento, entende-se que não foi descumprida qualquer condição cuja inobservância impeça a continuidade do direito de usufruir os benefícios das subvenções governamentais concedidas.



## 21. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários, e ativos contingentes

No curso normal de suas operações, a Companhia é parte em ações judiciais e administrativas que envolvem questões tributárias, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, perante tribunais e órgãos governamentais.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos cíveis, trabalhistas e tributários, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de perda em prováveis, possíveis ou remotos. A análise é feita em conjunto com os escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia.

Existem processos em discussão nos âmbitos administrativo e judicial. Em 31 de dezembro de 2019, do total dos processos de naturezas trabalhista e cível, 3,77% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 96,23% estão sendo discutidos em âmbito judicial. Já em relação aos processos de natureza tributária, 51,19% estão sendo discutidos em âmbito administrativo e 48,81% estão sendo discutidos judicialmente.

Desses, somente os riscos classificados como prováveis são provisionados em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. Entretanto, em virtude da operação de combinação de negócio (aquisição da Piraquê), foram reconhecidos, também, provisões para processos com riscos de perda possível e remota, existentes na data da aquisição. Nesses casos, se materializadas as perdas, tais valores serão reembolsados pelos antigos sócios, conforme destacado na Nota Explicativa nº 2, caracterizando-se, assim, em contingência de natureza indenizável.

As provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia apresentava as seguintes provisões e depósitos judiciais, relacionados aos riscos cíveis, trabalhistas e tributários:

Descrição	Provisão				Depósitos Judiciais			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Trabalhistas e cíveis	<b>110.721</b>	50.860	<b>110.721</b>	85.545	<b>52.147</b>	38.386	<b>52.152</b>	40.876
Tributárias	<b>102.824</b>	51.427	<b>102.824</b>	102.792	<b>205.287</b>	91.318	<b>205.287</b>	197.135
Outros	-	-	-	-	-	-	-	5.021
Total	<b>213.545</b>	102.287	<b>213.545</b>	188.337	<b>257.434</b>	129.704	<b>257.439</b>	243.032

Em 31 de dezembro de 2019, os depósitos judiciais vinculados aos processos de classificação de risco de perda provável totalizavam R\$ 76.435 (R\$ 71.967 em 31 de dezembro de 2018).

a) Movimentação dos processos no período

Controladora	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Outras	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	43.852	65.951	2.324	112.127
Adições	20.615	9.030	-	29.645
Atualizações	(371)	(8.246)	46	(8.571)
Baixas/reversões	(13.236)	(15.308)	(2.370)	(30.914)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>50.860</b>	<b>51.427</b>	<b>-</b>	<b>102.287</b>
Adições	32.784	4.358	-	37.142
Acervo de incorporação	9.715	32.640	-	42.355
Contingências indenizáveis	23.985	19.667	-	43.652
Atualizações/reversões	16.691	(138)	-	16.553
Baixas/reversões	(23.314)	(5.130)	-	(28.444)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>110.721</b>	<b>102.824</b>	<b>-</b>	<b>213.545</b>

Consolidado	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Outras	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	43.852	65.951	2.324	112.127
Combinação de negócio-Piraquê	13.070	31.070	-	44.140
Contingências indenizáveis <sup>(1)</sup>	24.629	19.667	-	44.296
Adições	34.419	9.030	-	43.449
Atualizações/reversões	(371)	(7.616)	46	(7.941)
Baixas/reversões	(30.054)	(15.310)	(2.370)	(47.734)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>85.545</b>	<b>102.792</b>	<b>-</b>	<b>188.337</b>
Adições	33.876	4.358	-	38.234
Atualizações/reversões	16.691	804	-	17.495
Baixas/reversões	(25.391)	(5.130)	-	(30.521)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>110.721</b>	<b>102.824</b>	<b>-</b>	<b>213.545</b>

**Nota:** <sup>(1)</sup> Vide Nota Explicativa nº 2.

b) Movimentação dos depósitos judiciais no período

Controladora	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Outras	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	32.526	90.805	2.324	125.655
Adições	20.364	541	5	20.910
Atualizações	851	4.039	(2.329)	2.561
Baixas	(15.355)	(4.067)	-	(19.422)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>38.386</b>	<b>91.318</b>	<b>-</b>	<b>129.704</b>
Adições	30.980	679	-	31.659
Acervo de incorporação	9.762	112.152	-	121.914
Atualizações/reversões	832	3.540	-	4.372
Baixas	(27.813)	(2.402)	-	(30.215)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>52.147</b>	<b>205.287</b>	<b>-</b>	<b>257.434</b>

Consolidado	Cíveis e trabalhistas	Tributárias	Outras	Total
<b>SalDOS em 31 de dezembro de 2017</b>	32.531	90.805	2.324	125.660
Combinação de negócios - Piraquê	1.545	103.449	5.107	110.101
Adições	21.830	553	10	22.393
Atualizações	899	6.408	125	7.432
Baixas	(15.929)	(4.080)	(2.545)	(22.554)
<b>SalDOS em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>40.876</b>	<b>197.135</b>	<b>5.021</b>	<b>243.032</b>
Adições	35.730	756	-	36.486
Atualizações	1.029	7.214	101	8.344
Baixas	(27.889)	(2.534)	-	(30.423)
Reclassificação	2.406	2.716	(5.122)	-
<b>SalDOS em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>52.152</b>	<b>205.287</b>	<b>-</b>	<b>257.439</b>

Segue o cronograma esperado de realização dos processos em 31 de dezembro de 2019:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
	2019
2021	1.091
2022	10.597
2023	33.038
2024	13.996
2025 em diante	44.102
<b>Total</b>	<b>102.824</b>

### c) Naturezas dos processos

#### Cíveis e trabalhistas

A Companhia figura como ré em 949 processos (895 em 31 de dezembro de 2018) de naturezas trabalhista e cível cuja probabilidade de perda é classificada como provável no valor de R\$ 78.303 e R\$ 8.433, respectivamente (R\$ 53.463 e R\$ 7.453 em 31 de dezembro de 2018), e em virtude da combinação de negócios, também, provisões para processos com riscos de perda possível e remota, de R\$ 23.985. As principais matérias discutidas nos processos trabalhistas envolvem pedidos de declaração de reconhecimento de vínculo empregatício, hora extra e seus reflexos, indenização por acidente de trabalho, responsabilidade subsidiária, indenização por danos morais e materiais. Já a maioria das ações cíveis envolve problemas usuais e peculiares do negócio, relativos a pedidos de indenização por inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito, ações de rescisão de cláusulas de contratos de distribuição e ações de reparação de danos.

#### Tributárias

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as provisões para riscos tributários estão demonstradas conforme segue:

Descrição	Controladora			
	2019		2018	
	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais
IPI – depósito judicial (a)	6.325	6.294	6.180	6.180
IRPJ – depósito judicial (b)	32.082	31.885	-	-
CSLL – depósito judicial (c)	-	3.164	3.089	3.089
IPTU – depósito judicial (d)	2.895	4.549	2.653	4.416
ICMS (e)	17.932	-	17.874	-
Honorários advocatícios de êxito (f)	20.995	-	19.753	-
Contingências indenizáveis (g)	19.667	-	-	-
Outros	2.928	2.289	1.878	2.242
	<b>102.824</b>	<b>48.181</b>	51.427	15.927

Descrição	Consolidado			
	2019		2018	
	Contingências	Depósitos Judiciais	Contingências	Depósitos Judiciais
IPI – depósito judicial (a)	6.325	6.294	6.180	6.180
IRPJ – depósito judicial (b)	32.082	31.885	31.155	31.158
CSLL – depósito judicial (c)	-	3.164	3.089	3.089
IPTU – depósito judicial (d)	2.895	4.549	2.653	4.416
ICMS (e)	17.932	-	17.874	-
Honorários advocatícios de êxito (f)	20.995	-	19.753	-
Contingências indenizáveis (g)	19.667	-	19.667	11.197
Outros	2.928	2.289	2.421	2.785
	<b>102.824</b>	<b>48.181</b>	102.792	58.825

(a) A Companhia ingressou com Mandado de Segurança para afastar a exigência do IPI incidente sobre aeronave arrendada, importada sob o regime de admissão temporária. A Companhia efetuou depósito judicial no montante total do crédito tributário, cuja ação foi julgada improcedente. Atualmente, aguarda-se o julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região do pedido de levantamento dos valores depositados a maior, já que a aeronave permaneceu menos tempo em território nacional do que o estipulado contratualmente.

(b) A Piraquê, empresa incorporada, ingressou com ação ordinária visando o cancelamento da cobrança administrativa de IRPJ, em virtude da limitação de 30% (trinta por cento) do lucro na compensação de prejuízos fiscais (art. 42 da Lei 8.981/1995). Alega-se a ocorrência de prescrição, nos termos do art. 156, V, c/c 174 do Código Tributário Nacional, tendo procedido com o depósito judicial em sua totalidade para suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A ação foi julgada parcialmente procedente em 1ª instância, tendo sido cancelado 85,64% do auto de infração. A União Federal interpôs recurso de apelação que foi julgado procedente. A Piraquê interpôs Recurso Especial que não foi admitido, tendo sido apresentado agravo de instrumento, o qual aguarda julgamento no Superior Tribunal de Justiça.

A Piraquê impetrou mandado de segurança visando não ser compelida a adicionar ao lucro líquido, para fins de determinação da base de cálculo do IRPJ relativos aos períodos base mensais encerrados em 31.01.1992 e 28.02.1992, a parcela dos encargos de depreciação, amortização, exaustão, ou de custo de bem baixado a qualquer título, que

corresponder à diferença de correção monetária pelo IPC e pelo BTN Fiscal, no ano de 1990, nos termos dos arts. 39 e 41 do Decreto nº 332/91. A Piraquê efetuou o depósito judicial no montante total do débito. O processo aguarda o julgamento do recurso no Supremo Tribunal Federal.

- (c) A Companhia ingressou com ação anulatória cumulada com repetição do indébito objetivando a anulação de crédito tributário referente à CSLL do exercício de 1992. A Companhia efetuou o depósito judicial no montante total do débito. A ação foi julgada procedente reconhecendo o direito de restituição dos valores recolhidos a maior, com trânsito em julgado em 16/12/2019. Aguarda-se a expedição de alvará para levantamento dos valores depositados.
- (d) A Companhia ingressou com ação declaratória com repetição de indébito visando desconstituir o lançamento tributário referente ao IPTU do ano de 2014 do Grande Moinho Aratu, tendo em vista a majoração do tributo sem respaldo legal. A Companhia efetuou o depósito judicial no montante total do débito. O processo foi julgado procedente em 1ª instância, favorável à Companhia. O estado da Bahia apresentou recurso de apelação, que aguarda julgamento no Tribunal de Justiça daquele Estado.
- (e) Valores exigidos pelo Estado do Ceará, relativos a suposto lançamento de crédito a maior de ICMS (deferidos pela Célula de Gestão Fiscal da Substituição Tributária e Comércio Exterior- CESUT) originados da restituição de indébito das operações com farelo de trigo pagas na aquisição de trigo em grão que ocorreram entre a vigência do Protocolo 46/00 e a data da publicação do protocolo 50/06.
- (f) Referem-se aos honorários advocatícios que serão devidos aos advogados que patrocinam as causas, a partir do êxito das ações, e são calculados sobre os respectivos valores envolvidos, com risco de perda possível ou remota. Além disso, avalia-se a fase processual das ações.
- (g) Referem-se a processos tributários da Piraquê, empresa incorporada, de caráter indenizatório, em função da obrigação dos vendedores em devolver ou descontar da parcela retida do preço as contingências que venham a se materializar.

#### **Passivos contingentes – risco de perda possível**

Adicionalmente às provisões constituídas, a Companhia possui diversas contingências trabalhistas, cíveis e tributárias em andamento, nas quais figuram no polo passivo e cuja perda, segundo a opinião de consultores jurídicos internos e externos, é possível, totalizando aproximadamente R\$ 1.081.918(R\$1.038.420 em 31 de dezembro de 2018).

Dentre os processos tributários, merecem destaque aqueles relevantes que versam sobre as seguintes matérias: i) subvenção para investimento no montante de R\$ 363.944; ii) crédito outorgado indevido de ICMS, totalizando R\$ 330.391, iii) Crédito indevido de ICMS - Margem de Valor Agregado - Protocolo ICMS 46, totalizando R\$ 34.619 e (iv) IPI alíquota zero, no montante de R\$ 140.663.

Quanto aos processos tributários cujas discussões estão relacionadas ao tema "subvenções para Investimento", explica-se que a Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração, para exigência de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins, em virtude da redução das bases de cálculos dos referidos tributos pelo não cômputo dos incentivos recebidos pelos Estados nas suas respectivas bases.

Salientamos que a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, após julgamento parcial procedente do processo administrativo nº 10380.009928/2004-18 no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, extinguiu parte do crédito fiscal, remanescendo a discussão no âmbito judicial.

Ademais, o débito constante no processo nº 10380.723251/2012-34 relativo à subvenção para investimentos foi extinto pelo CARF, remanescendo a discussão quanto à tributação de IRPJ de despesas não necessárias (locação de aeronave).

Quanto ao tema “crédito outorgado indevido de ICMS”, trata-se de autos de infração lavrados sob a motivação de que a Companhia não detinha o direito de uso do crédito outorgado concedido pelo Estado, por já ter se beneficiado de outros créditos na entrada dos produtos.

Referente ao assunto “ICMS - Margem de Valor Agregado - Protocolo ICMS 46”, trata de execução fiscal ajuizada pelo Estado do Piauí para exigência de crédito tributário de ICMS, lançados por meio de cinco autos de infrações, por suposto recolhimento a menor de ICMS do período de maio a dezembro de 2001 e exercícios de 2002, 2003, 2004 e 2005, em virtude da inobservância da Margem de Valor Agregado.

No caso da matéria “IPI Alíquota Zero”, são execuções fiscais ajuizadas em razão da Companhia ter compensado créditos decorrentes de ação judicial. Tal ação judicial questionou a utilização do saldo credor do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI anterior a janeiro de 1999, decorrente da aquisição de insumos (matéria prima, produto intermediário e material de embalagem), aplicados na industrialização de produtos isentos ou tributados à alíquota zero, com IPI devido na saída de outros produtos, nos termos da Lei nº 9.779/99, sem as limitações da IN/SRFB n 33/99, por ser efeito do Princípio da Não-Cumulatividade.

### **Ativos contingentes**

A Companhia possui processos ativos com expectativa de ganho provável, de acordo com a avaliação de seus assessores legais. Com relação às ações que ainda não transitaram em julgado, estes potenciais ativos são considerados como contingentes e não são reconhecidos até que sua probabilidade de materialização seja líquida e certa.

Desses processos, a Companhia destaca como mais relevantes a ação nº 0014056-09.1987.4.03.6100 interposta pela Zabet S/A Indústria, empresa incorporada pela Companhia, e que têm por objeto a exclusão do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) da base de cálculo das Contribuições ao Programa de Integração Social (“PIS”) e à Contribuição ao Financiamento da Seguridade Social (“Cofins”).

Face aos procedimentos adotados para reconhecimento de crédito tributário de ações que já transitaram em julgado e que discutem a mesma matéria, conforme destacado na Nota Explicativa nº 8, estima-se que a mensuração dos valores envolverá diversas variáveis, incluindo a existência de documentação disponível para apuração, interpretação de normas e legislações vigentes em cada período abrangido pelo cálculo, dentre outros fatores com diferentes escalas de complexidade.

## 22. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários promulgados até a data do encerramento do período, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito às situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao fisco.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

### 22.1. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com a aplicação das alíquotas fiscais combinadas

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social [A]</b>	<b>564.261</b>	789.399	<b>568.979</b>	797.068
<b>Alíquota fiscal combinada [B]</b>	<b>34%</b>	34%	<b>34%</b>	34%
[A X B] Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	<b>191.849</b>	268.396	<b>193.453</b>	271.003
<b>Adições permanentes [C]</b>	<b>15.580</b>	12.557	<b>8.076</b>	11.067
Despesas não dedutíveis	<b>5.799</b>	7.589	<b>7.769</b>	10.085
Equivalência patrimonial	<b>9.781</b>	4.968	<b>307</b>	982
<b>Exclusões permanentes [D]</b>	<b>(170.408)</b>	(153.188)	<b>(159.790)</b>	(146.636)
Equivalência patrimonial	<b>(15.007)</b>	(13.342)	<b>(224)</b>	(4.338)
Incentivos fiscais estaduais <sup>(1)</sup>	<b>(121.273)</b>	(92.580)	<b>(126.400)</b>	(93.915)
Benefício fiscal- Juros de Capital Próprio	<b>(28.900)</b>	(47.260)	<b>(28.900)</b>	(47.260)
Prejuízo fiscal	-	-	-	(2.528)
Outros itens	<b>(5.228)</b>	(6)	<b>(4.266)</b>	1.405
<b>[A X B+C-D] Imposto de renda e contribuição social no resultado antes da isenção</b>	<b>37.021</b>	127.765	<b>41.739</b>	135.434
Subvenção governamental do imposto de renda [E] <sup>(1)</sup>	<b>(29.644)</b>	(61.863)	<b>(29.644)</b>	(61.863)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do período pós-isenção [F]	<b>7.377</b>	65.902	<b>12.095</b>	73.571
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>14.911</b>	5.949	<b>37.170</b>	11.379
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>(7.534)</b>	59.953	<b>(25.075)</b>	62.192
[F/A] Alíquota efetiva	<b>1,31%</b>	8,53%	<b>2,13%</b>	9,23%

**Nota:** <sup>(1)</sup>Vide Nota Explicativa nº 20 – Subvenções governamentais.

Conforme já destacado na Nota Explicativa nº 20.1, em 2019, a Companhia passou a considerar créditos presumidos/outorgados como subvenção para investimento, o que justifica, em parte, a redução da alíquota efetiva em relação ao ano 2018.



## 22.2. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Ativo diferido</b>				
Perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa	11.413	7.099	11.413	8.293
Provisão para litígios e demandas judiciais	64.366	28.449	64.366	42.646
Provisão de despesas com logística e verbas contratuais	11.160	9.082	11.160	9.082
Perdas estimadas com créditos de impostos	17.119	19.634	17.119	19.634
Provisão de despesas com honorários advocatícios	14.715	8.954	14.715	8.954
Provisões de PLR e outros eventos	19.568	16.642	19.568	20.384
Provisão para redução do valor recuperável de ativos	2.840	2.840	2.840	2.840
Provisão para perdas em estoques	2.901	1.661	2.901	1.661
Prejuízos fiscais	-	-	-	22.165
Amortização do balanço a valor justo	1.338	6.309	1.338	6.309
Outras provisões	15.340	2.064	15.340	3.811
	<b>160.760</b>	<b>102.734</b>	<b>160.760</b>	<b>145.779</b>
<b>Passivo diferido</b>				
Diferenças de depreciação (taxas fiscais x vida útil)	167.088	131.814	167.088	142.600
Amortização fiscal do ágio pago por rentabilidade futura	185.922	173.433	185.922	173.433
Atualização dos depósitos judiciais	11.294	9.303	11.294	25.812
Perdas (ganhos) em operação com contratos de swap	3.063	9.906	3.063	9.303
Outras provisões (reversões)	(1.393)	940	(1.393)	3.345
	<b>365.974</b>	<b>325.396</b>	<b>365.974</b>	<b>354.493</b>
<b>Passivo diferido líquido</b>	<b>205.214</b>	<b>222.662</b>	<b>205.214</b>	<b>208.714</b>

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias no prazo máximo de dez anos, considerando a expectativa de realização das provisões que o geraram.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários basearam-se, principalmente, nas expectativas de desfecho dos processos que originaram as provisões para contingências, bem como nos critérios da legislação tributária para dedutibilidade das perdas com créditos de liquidação duvidosa.

Com base no histórico de realizações dos passivos representativos de riscos tributários, trabalhistas e cíveis, dentre outros, e das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, o imposto de renda e CSLL diferidos das informações financeiras apresentam a seguinte expectativa de realização:

Ano de vencimento	Controladora e Consolidado
2021	32.824
2022	19.058
2023	21.323
2024	26.476
2025 a 2027	61.079
<b>Total</b>	<b>160.760</b>



## 23. Patrimônio líquido

### a) Capital social – Controladora

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social da Companhia era de R\$ 2.258.633, representado por 339.000.000 ações ordinárias.

Em 11 de março de 2019, os membros do Conselho de Administração aprovaram o aumento de capital social em R\$ 249.767 sem modificação no número de ações, mediante a capitalização de reservas de incentivos fiscais de redução de imposto de renda e de reinvestimento, relativos ao ano-calendário de 2014 a 2017, passando o capital social para R\$ 2.508.400.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 84.735.641 ações ordinárias em circulação, o que corresponde a 25,00% do total (25,00% em 31 de dezembro de 2018). O capital social autorizado é de 459.200.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, e pode ser aumentado sem reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, mediante capitalização de reservas, com ou sem a modificação do número de ações.

### b) Reservas

#### *Reserva legal*

É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo a parcela referente à subvenção para investimentos, nos termos do artigo 193 da lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2019, a reserva legal da Companhia totalizou R\$ 308.459 (R\$ 300.685 em 31 de dezembro de 2018).

#### *Reserva de incentivos fiscais*

É constituída anualmente a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimento recebidas pela Companhia, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 20. Em 31 de dezembro de 2019, as reservas de incentivos fiscais totalizaram R\$ 1.214.635 (R\$ 1.062.993 em 31 de dezembro de 2018).

#### *Reserva para plano de investimento*

É uma reserva prevista no estatuto social da Companhia, constituída a partir da parcela remanescente do lucro, ou seja, do lucro do exercício líquido das reservas de incentivos fiscais, da reserva legal e dos dividendos propostos, salvo deliberação diversa pela assembleia geral. Sua finalidade é o fortalecimento do capital de giro da Companhia e o reinvestimento de recursos gerados internamente. Essa reserva poderá, por deliberação do Conselho de Administração, ser capitalizada, utilizada na absorção de prejuízos ou na distribuição de dividendos aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2019 a reserva de plano de investimento totalizou R\$ 1.928.920 (R\$ 1.866.219 em 31 de dezembro de 2018). Essa reserva observará o limite máximo de 95% do capital social.

Segundo o estatuto social da Companhia, o saldo das reservas de lucros, com exceção das reservas de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar o capital social. Caso exceda o limite, a assembleia geral irá deliberar sobre a aplicação do excesso, no sentido de aumentar o capital ou distribuir dividendos.

#### Reserva especial – Lei nº 8.200/1991

A Companhia contabilizou em exercícios anteriores a 1995 a correção monetária especial prevista no artigo 2º da lei nº 8.200/1991 sobre bens do ativo permanente. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a reserva especial totalizava R\$ 16.529.

#### c) Remuneração de acionistas

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da lei nº 6.404/1976, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre o capital próprio, com observância dos limites previstos em lei. O montante dos juros sobre o capital próprio deverá ser sempre imputado ao dividendo obrigatório.

Na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 23 de dezembro de 2019, foi aprovado o crédito no valor de R\$ 85.000 aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio. O crédito foi efetuado no dia 31 de dezembro de 2019, com base nas posições acionárias existentes no fechamento do pregão da B3 do dia 30 de dezembro de 2019, e o pagamento aos acionistas ocorrerá no dia 30 de abril de 2020.

A proposta será submetida à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, que será realizada em 17 de abril de 2020.

Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

Descrição	2019	2018
Lucro líquido do exercício <sup>(1)</sup>	<b>556.884</b>	723.497
(-) Reserva legal (5%)	<b>(7.774)</b>	(36.175)
(-) Reserva de incentivos fiscais estaduais	<b>(371.765)</b>	(276.220)
(-) Reserva de incentivos fiscais federais	<b>(29.644)</b>	(61.864)
(=) Base de cálculo para os dividendos mínimos	<b>147.701</b>	349.238
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<b>36.925</b>	87.310
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório <sup>(2)</sup>	<b>48.075</b>	51.690
Remuneração bruta – juros sobre o capital próprio	<b>85.000</b>	139.000
(-) IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	<b>(3.925)</b>	(7.537)
Remuneração aos acionistas, líquida de IRRF	<b>81.075</b>	131.463
Percentual da remuneração sobre a base de cálculo	<b>57,55%</b>	39,80%
Quantidade média de ações – mil (ex-ações em tesouraria)	<b>339.000</b>	339.000
Dividendos pagos por ação aos acionistas pessoas jurídicas, dispensados de IRRF	<b>0,2507</b>	0,4100
Dividendos pagos por ação aos acionistas pessoas físicas, líquidos de IRRF	<b>0,2392</b>	0,3485

**Nota:** <sup>(1)</sup> Apurado conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. <sup>(2)</sup> O valor excedente correspondente a 2019 foi registrado no patrimônio líquido como "Dividendos adicionais", em virtude de ainda não ter sido aprovado pela assembleia geral ordinária, que será realizada somente no dia 09/04/2020, assim como o valor de 2018, aprovado em assembleia geral extraordinária em 18/04/2019.

#### d) Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão estão representados por variações cambiais de investimentos no exterior.

## **24. Plano de remuneração baseado em ações**

A Companhia possui um plano de remuneração baseado em ações, aprovado em 13 de abril de 2017, com o objetivo de permitir que os participantes elegíveis adquiram ações com vistas a: (a) criar o senso de propriedade, promovendo o comportamento de "dono do negócio", intensificando e fortalecendo o elo entre a empresa e os executivos (diretoria não estatutária); (b) estimular a obtenção de patamares elevados e sustentáveis de performance no curto e longo prazo; (c) promover o desenvolvimento da alta liderança; (d) viabilizar a existência de um modelo de recompensa "ganha-ganha" baseado no retorno gerado para os acionistas; e, (e) assegurar a competitividade do pacote de remuneração total e a retenção dos principais líderes.

Trata-se de um programa de incentivo de longo prazo com outorga de ações restritas, inicialmente previsto para executivos no nível de diretor não estatutário, e que foi alterado para contemplar executivos no nível de diretor estatutário celetista nomeados a partir de 2019, conforme deliberação em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de dezembro de 2019.

As outorgas das ações são realizadas anualmente, por um período de 04 (quatro) anos de vigência do plano, sempre no mês de maio, formalizadas por meio de termo de adesão ao plano entre a Companhia e os beneficiários. No caso dos potenciais beneficiários contratados em 2019, as ações serão concedidas de forma proporcional aos meses de sua contratação e o valor para fixação do preço das ações será o mesmo considerado para os demais beneficiários no ano de referência. As ações concedidas não poderão exceder a 0,25% da quantidade total de ações da Companhia, ao longo de todo o período de vigência.

Para cada concessão anual haverá carência de três anos e, ao final desse período, se atendidos os critérios de performance, haverá a transferência da posse das ações para o executivo. Nesse modelo, não há desembolso financeiro por parte do executivo.

Em maio de 2017, foram firmados os primeiros termos de adesão ao plano, onde foram concedidas 132.535 ações restritas, distribuídas entre 17 executivos, cujo direito de tornarem-se titulares das ações será abril/2020.

Em maio de 2018, foram firmados novos termos de adesão ao plano, onde foram concedidas 154.836 ações restritas distribuídas entre 18 executivos, com direito de tornarem-se titulares das ações em abril/2021.

Em maio de 2019, foram firmados novos termos de adesão ao plano, onde foram concedidas 170.872 ações restritas distribuídas entre 17 executivos, com direito de tornarem-se titulares das ações em abril/2022. Adicionalmente, em 27 de dezembro de 2019, 6 executivos admitidos em 2019 firmaram termo de adesão ao plano, sendo concedidas 59.883 ações restritas.

As variações na quantidade de ações restritas estão evidenciadas a seguir:

	Nº de ações restritas	
	2019	2018
Saldo no início do exercício	287.371	132.535
Ações outorgadas	230.755	154.836
Outorgas canceladas	(64.481)	-
Saldo no final do exercício	453.645	287.371

As ações restritas são mensuradas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas como despesa, ao longo do período em que o direito é adquirido, em contrapartida ao patrimônio líquido, como opções outorgadas.

A despesa referente ao valor justo das ações restritas, incluindo os encargos sociais, reconhecida no período findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com o prazo transcorrido para aquisição do direito das ações restritas, foi de R\$ 4.813 (R\$ 4.491 em 31 de dezembro de 2018).

## 25. Receita líquida

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Receita bruta</b>	<b>6.759.310</b>	6.968.896	<b>7.573.325</b>	7.513.676
Mercado interno	6.698.202	6.923.816	7.511.130	7.467.712
Mercado externo	61.108	45.080	62.195	45.964
Devoluções, descontos e cancelamentos	(523.033)	(563.865)	(568.685)	(587.670)
Impostos incidentes sobre vendas	(775.504)	(807.891)	(901.032)	(900.952)
<b>Receita líquida</b>	<b>5.460.773</b>	5.597.140	<b>6.103.608</b>	6.025.054

A receita líquida por linha de produto da Companhia, em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, é apresentada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Biscoitos	2.746.257	2.986.750	3.287.015	3.327.669
Massas	1.194.482	1.188.996	1.318.183	1.274.082
Farinha e farelo	1.055.418	954.061	1.025.747	953.119
Margarina e gordura	330.764	318.298	334.476	318.857
Outras linhas de produtos <sup>(1)</sup>	133.852	149.035	138.187	151.327
<b>Receita líquida</b>	<b>5.460.773</b>	5.597.140	<b>6.103.608</b>	6.025.054

**Nota:** <sup>(1)</sup> Referem-se às outras linhas de produtos: bolos, snacks, mistura para bolos, refrescos e torradas.

## 26. Resultado por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função, e mostra a seguir o detalhamento do custo dos produtos vendidos e despesas por natureza consideradas relevantes:

Custo dos produtos vendidos	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Matéria-prima	(2.539.478)	(2.413.380)	(2.688.917)	(2.530.391)
- Trigo	(1.729.921)	(1.542.113)	(1.729.226)	(1.541.025)
- Óleo	(356.101)	(393.241)	(380.283)	(408.803)
- Açúcar	(135.695)	(140.672)	(147.464)	(148.049)
- Farinha de terceiros	(58.497)	(69.621)	(139.851)	(143.738)
- Gordura de terceiros	(5.052)	(3.750)	(5.050)	(3.630)
- Outros	(254.212)	(263.983)	(287.043)	(285.146)
Embalagens	(383.033)	(399.514)	(414.410)	(419.031)
Mão de obra	(506.684)	(510.547)	(568.143)	(541.282)
Gastos gerais de fabricação <sup>(1)</sup>	(332.849)	(326.826)	(412.156)	(374.084)
Depreciação e amortização	(129.147)	(116.308)	(165.879)	(141.403)
Custo das mercadorias revendidas	-	-	(959)	(764)
<b>Total</b>	<b>(3.891.191)</b>	<b>(3.766.575)</b>	<b>(4.250.464)</b>	<b>(4.006.955)</b>

Despesas	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Despesas com vendas</b>				
Despesas com marketing e vendas	(400.829)	(328.064)	(452.626)	(358.349)
Despesas com salários e benefícios a empregados	(387.062)	(380.033)	(507.644)	(457.846)
Despesas com fretes	(322.256)	(341.172)	(343.187)	(356.831)
Despesas de depreciação e amortização	(19.041)	(10.805)	(30.477)	(13.219)
<b>Total</b>	<b>(1.129.188)</b>	<b>(1.060.074)</b>	<b>(1.333.934)</b>	<b>(1.186.245)</b>
<b>Despesas administrativas e gerais</b>				
Despesas com salários e benefícios a empregados	(137.537)	(114.267)	(150.230)	(128.105)
Outras despesas administrativas	(87.853)	(93.574)	(107.955)	(110.960)
Honorários da administração	(13.967)	(13.166)	(13.967)	(13.166)
Despesas de depreciação e amortização	(18.778)	(16.319)	(21.100)	(17.229)
<b>Total</b>	<b>(258.135)</b>	<b>(237.326)</b>	<b>(293.252)</b>	<b>(269.460)</b>
<b>Outras receitas (despesas), líquidas <sup>(2)</sup></b>				
Despesas tributárias	(30.076)	(33.769)	(34.807)	(35.271)
Depreciação e amortização	(2.183)	(1.689)	(16.079)	(10.462)
Outras receitas (despesas)	86.003	(38.488)	56.207	(40.656)
<b>Total</b>	<b>53.744</b>	<b>(73.946)</b>	<b>5.321</b>	<b>(86.389)</b>

Nota: <sup>(1)</sup> Refere-se à força motriz, manutenção e outros custos; <sup>(2)</sup> Vide Nota Explicativa nº 27.

## 27. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

A seguir são apresentadas as outras (receitas) e despesas operacionais:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Receita de venda de avarias, sucatas e insumos	4.769	5.488	5.116	3.812
Receita de vendas de bens do imobilizado	6.140	1.899	5.676	4.998
Créditos extemporâneo - Restituição de Indébitos	22.914	17.099	22.914	17.099
Reversões Provisões Operacionais	1.690	12.291	1.690	12.291
Crédito extemporâneo - PIS/Cofins <sup>(1)</sup>	142.413	11.617	146.256	11.617
Crédito de PIS/Cofins Importação	-	8.111	-	8.111
Crédito extemporâneo - ICMS	14.631	-	20.286	-
Crédito extemporâneo - INSS s/faturamento	1.558	-	1.558	-
Ressarcimento de Mercadoria Sinistrada	2.446	3.977	2.446	3.977
Outras	13.054	6.663	17.142	10.380
	<b>209.615</b>	<b>67.145</b>	<b>223.084</b>	<b>72.285</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>				
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, tributários e honorários de êxito	(44.478)	(37.220)	(45.137)	(34.649)
Custo da venda dos bens do ativo imobilizado	(5.689)	(1.084)	(7.440)	(4.845)
Auto de infração no Inmetro	(3.437)	(6.666)	(3.437)	(6.666)
Provisões (reversões) estimadas ou realizadas em estoques	(16.715)	(19.361)	(21.865)	(22.587)
Fundo estadual de equilíbrio fiscal	(20.824)	(15.506)	(20.824)	(15.506)
Custo da venda de varreduras, sucatas e insumos	(15.470)	(17.454)	(15.470)	(16.371)
Gastos em reestruturação <sup>(2)</sup>	(10.782)	-	(42.140)	-
Despesas Tributárias	(30.076)	(33.769)	(34.807)	(35.271)
Despesas com depreciação e amortização	(2.183)	(1.689)	(16.079)	(10.462)
Outras	(6.217)	(8.342)	(10.564)	(12.317)
	<b>(155.871)</b>	<b>(141.091)</b>	<b>(217.763)</b>	<b>(158.674)</b>
<b>Total</b>	<b>53.744</b>	<b>(73.946)</b>	<b>5.321</b>	<b>(86.389)</b>

**Nota:** <sup>(1)</sup> Vide Nota Explicativa nº 8. <sup>(2)</sup> O valor nas informações consolidadas, referem-se principalmente às despesas com indenizações no valor de R\$ 27.553, dos quais R\$ 12.435 são decorrentes do PDV.

## 28. Plano de demissão voluntária - "PDV"

A Companhia firmou acordo coletivo de trabalho para regulamentar plano de demissão voluntária - "PDV" com o "Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Trabalhadores em Empresas de Transportes de Cargas e Diferenciados no Município do Rio de Janeiro" e com o "Sindicato dos Empregados Vendedores, Viajantes e Promotores do Comércio no Estado do Rio de Janeiro", com aprovação por assembleia de empregados.

O PDV, programa de caráter excepcional e temporário, de adesão voluntária durante um período determinado, tem como objetivo proporcionar condições especiais pré-acordadas com a finalidade de satisfazer as partes, empregado e empregador, mediante concessão de reparação financeira aos empregados que queiram se desligar e que se enquadrem nas regras estabelecidas nos acordos coletivos.

O público alvo foi das áreas comercial, trade marketing e logística, mais especificamente os seguintes cargos: consultor de vendas, supervisor de vendas, degustador, promotor de vendas, promotor vendedor, motorista de entrega e auxiliar de entrega. Dessa forma, de abril de 2019 até o período findo de 31 de dezembro de 2019, houve 605 (seiscentos e cinco) adesões.

A modalidade de rescisão do contrato de trabalho definida foi a de mútuo acordo, nos termos do art. 484-A da CLT. Além das verbas rescisórias obrigatórias, a Companhia se comprometeu com o pagamento de benefícios adicionais para estimular a adesão.

De acordo com o PDV aprovado, e nos termos do art. 477-B da CLT, os empregados que aderiram ao programa outorgam à Companhia quitação plena e irrevogável de todo e qualquer direito decorrente da extinção da relação empregatícia, seja a que título for.

## 29. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Companhia, e na quantidade proporcional média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

O lucro por ação diluído das opções de ações é calculado com base no lucro atribuível aos acionistas da Companhia, e na quantidade média ponderada ajustada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, conforme segue:

Descrição	Controladora e Consolidado	
	2019	2018
Lucro líquido do período	<b>556.884</b>	723.497
Média ponderada de quantidade de ações ordinárias (a)	<b>339.000</b>	339.000
<b>Lucro básico por ação (R\$)</b>	<b>1,64273</b>	2,13421
Ajuste por ações restritas (b)	<b>371</b>	223
Média ponderada de quantidade de ações ordinárias para cálculo do lucro diluído por ação (a + b)	<b>339.371</b>	339.223
<b>Lucro diluído por ação (R\$)</b>	<b>1,64093</b>	2,13281

## 30. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os principais bens sujeitos a riscos, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros. A determinação dos bens a serem cobertos por seguro é feita a partir da análise da natureza da atividade envolvida, da eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, da distribuição logística de suas plantas industriais e centros de distribuição, além da relação entre o dano potencial de um eventual sinistro versus o custo do seguro.



Dentro de sua política de administração de riscos e da reavaliação permanente quanto à suficiência dos seguros existentes, a Companhia tem como procedimento contratar serviços de análise dos riscos operacionais a que está sujeita, de modo a verificar a qualidade das premissas usadas na determinação de quais bens segurar e, quanto aos cobertos por apólice de seguro, a suficiência dos montantes segurados.

A Companhia mantém seguros contratados para os prédios, mercadorias, matérias-primas, produtos em elaboração, embalagens, maquinismos, ferramentas, móveis, utensílios e instalações. As apólices em vigor apresentam as seguintes coberturas:

Descrição	Limite máximo de indenização	Vigência da apólice
Incêndio (inclusive decorrente de tumultos), queda de raio no local e explosão de qualquer natureza	300.000	04/12/19 a 04/12/20
Queda de aeronaves ou quaisquer outros engenhos aéreos ou especiais	300.000	04/12/19 a 04/12/20
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres e fumaça	20.000	04/12/19 a 04/12/20
Desmoronamento	10.000	04/12/19 a 04/12/20
Tumultos, greves e lock-out	5.000	04/12/19 a 04/12/20
Quebra de máquinas	4.500	04/12/19 a 04/12/20
Derrame ou vazamento de chuveiros automáticos (sprinklers) e rede de hidrantes	2.000	04/12/19 a 04/12/20
Fermentação própria e combustão espontânea	2.000	04/12/19 a 04/12/20

### 31. Eventos subsequentes

Em 20 de janeiro de 2020, foi aprovado pelo Conselho de Administração, o programa de recompra de ações, com o objetivo de adquirir ações de emissão da própria Companhia para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação com vistas a: (a) atender ao Programa de Incentivo de Longo Prazo com Ações Restritas aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 13 de abril de 2017; e, (b) maximizar a geração de valor para os acionistas.

A quantidade de ações a ser adquirida no âmbito do Programa de Recompra estará limitada a 8.472.614 ações ordinárias que representam a 10% (dez por cento) do total de Ações em Circulação em 13/01/2020, no prazo de 18 meses, iniciando em 21/01/2020 com encerramento em 21/07/2021.



Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior  
Presidente e Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia  
Vice-Presidente Financeira

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes  
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco  
Vice-Presidente Industrial - Moinhos

Gustavo Lopes Theodozio  
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Rômulo Ruberti Calmon Dantas  
Vice-Presidente Comercial

Magali Carvalho Façanha  
Contadora CRC - CE 12410/O-6

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaramos, na qualidade de diretores da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e aprovamos as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Eusébio, 06 de março de 2020.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior  
Presidente e Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia  
Vice-Presidente Financeira

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes  
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco  
Vice-Presidente Industrial – Moinhos

Gustavo Lopes Theodozio  
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Rômulo Ruberti Calmon Dantas  
Vice-Presidente Comercial

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

Declaramos, na qualidade de diretores da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, sociedade por ações com sede no Município de Eusébio, Estado do Ceará, na Rodovia BR 116 KM 18, s/n, Jabuti, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 07.206.816/0001-15, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Eusébio, 06 de março de 2020.

Francisco Ivens de Sá Dias Branco Júnior  
Presidente e Vice-Presidente Industrial - Biscoitos, Massas e Margarinas

Maria das Graças Dias Branco da Escóssia  
Vice-Presidente Financeira

Maria Regina Saraiva Leão Dias Branco Ximenes  
Vice-Presidente de Administração e Desenvolvimento

Francisco Cláudio Saraiva Leão Dias Branco  
Vice-Presidente Industrial – Moinhos

Gustavo Lopes Theodozio  
Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria

Rômulo Ruberti Calmon Dantas  
Vice-Presidente Comercial

## **Relatório do Comitê de Auditoria**

Os membros do Comitê de Auditoria da M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos ("Companhia"), no exercício de suas atribuições, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê de Auditoria e na Instrução CVM n.º 308/99 (conforme alterada), analisaram a qualidade e a integridade das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia, os trabalhos executados pela auditoria interna e pela PWC Auditores Independentes, por unanimidade, recomendam a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

São Paulo-SP, 06 de março de 2020.

Carlos Roberto de Albuquerque Sá  
Coordenador do Comitê

Elionor Farah Jreige Weffort  
Membro do Comitê

Jorge Roberto Manoel  
Membro do Comitê